

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM
NO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SC**

Juaci do Amaral

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Sandra Maria de Arruda Furtado

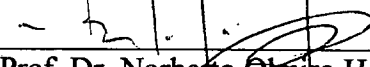
**Área de Concentração: Utilização e Conservação de
Recursos Naturais**

**Florianópolis – Santa Catarina
2002**

“Transformações na paisagem no Município de Imaruí, SC”.

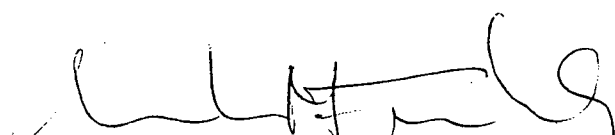
Juaci do Amaral

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração, Utilização e Conservação de Recursos Naturais, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

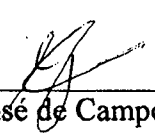


Prof. Dr. Norberto Otávio Horn Filho
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

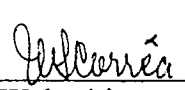
APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 18/06/2002




Dra. Sandra Maria de Arruda Furtado (Presidente e Orientadora-UFSC)



Dr. Nazareno José de Campos (Membro-UFSC)



Dra. Walquíria Krüger Corrêa (Membro-UFSC)



M.Sc. Maria Dolores Buss (Membro-UFSC)

Florianópolis - 2002

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meus sinceros agradecimentos:

À professora Sandra Furtado, minha orientadora e amiga, pelos valiosos ensinamentos, força e compreensão durante todo o período do Mestrado.

A toda a minha família, pelo apoio e estímulo durante toda a minha caminhada, especialmente ao meu pai (*in memória*) que, mesmo adoentado, contribuiu significativamente para realização deste trabalho.

A todos os meus companheiros de Mestrado, pela força recebida durante esses anos de caminhada.

Ao amigo Luiz Antônio e sua esposa Cristiane, pela acolhida em Florianópolis.

Ao meu amigo Orlando e sua companheira Luzia Renata, que sempre me ajudaram.

Aos meus companheiros de Imaruí, pela ajuda nos trabalhos de campo.

Aos pescadores e agricultores de Imaruí, que estão na ativa, pela colaboração durante a realização das entrevistas.

Aos pescadores e agricultores idosos de Imaruí, assim como suas esposas, que contribuíram significativamente, concedendo-me incansáveis entrevistas para que fosse possível compreender as transformações na paisagem de Imaruí.

Aos funcionários do Arquivo Municipal de Laguna, do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, pela colaboração durante a fase inicial dessa pesquisa.

Aos funcionários do Centro de Memória da Assembléia, pela ajuda nos estudos dos documentos manuscritos.

A todos os professores e funcionários do Departamento de Geociências, especialmente a Marli, Secretária do Curso de Pós-graduação.

Aos funcionários da Biblioteca Setorial do Centro de Filosofia e Ciências Humanas pela colaboração.

...se você quer ser universal, fale de sua aldeia.

Leon Tolstoi

SUMÁRIO

Lista de Figuras	vii
Lista de Tabelas	viii
Lista de Gráficos	ix
Lista de Fotos	x
Lista de Siglas, Abreviaturas e Símbolos.....	xi
Resumo	xii
Abstract	xiii
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - IMARUÍ: ASPECTOS FÍSICOS E A OCUPAÇÃO INICIAL	19
1.1 LOCALIZAÇÃO E ASPECTOS FÍSICOS	19
1.2 A ORIGEM DO NOME	24
1.3 A OCUPAÇÃO DA ÁREA	26
1.3.1 A Formação do Território Lagunense	27
1.3.2 A Fundação da Freguesia de Vila Nova e a Economia do Início da colonização.....	30
1.3.3 A Ocupação das Terras do Atual Município de Imaruí	34
1.3.3.1 A ocupação das terras da margem oeste da Lagoa do Mirim e do Rio D'Una	35
1.3.3.2 A ocupação das terras da margem noroeste e norte da Lagoa do Imaruí, do vale do Siqueiro e do Aratingaúba	40
1.4 A CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE SÃO JOÃO BATISTA DE IMARUÍ	44
CAPÍTULO 2 - AS ATIVIDADES PESQUEIRAS E AS MUDANÇAS NA PAISAGEM	50
2.1 A PESCA DO PEIXE	53
2.1.1 A Pesca da Emenda	54
2.1.2 A Pesca do Cerco	56
2.2 A PESCA DO CAMARÃO	59
2.2.1 A Pesca do Aviãozinho	67

2.2.2 A Pesca do Engodo	70
2.2.3 A Pesca do Jerivá	72
2.3 OS CONFLITOS EXISTENTES NA ATIVIDADE PESQUEIRA	72
2.3.1 Conflito Entre Pescadores e Atividade de Rizicultura	73
2.3.2 Conflito Entre Pescadores de Diferentes Modalidades de Captura do pescado	74
2.3.3 Conflito Entre Pescadores e a Polícia de Proteção Ambiental/IBAMA	75
2.3.4 Conflito Entre Pescadores e Ocupantes das terras de Marinha	76
CAPÍTULO 3 - AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E AS MUDANÇAS NA PAISAGEM	78
3.1 A PAISAGEM RURAL	78
3.2 AS ALTERAÇÕES NO QUADRO PRODUTIVO E AS MUDANÇAS NA PAISAGEM RURAL, DE 1960 A 2000	83
3.3 ESTRUTURA FUNDIÁRIA	94
3.4 A ÁREA URBANA	95
3.5 A MUDANÇA NO QUADRO DEMOGRÁFICO	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	115
ANEXOS	125

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da área de estudo	20
Figura 2 - Freguesia de Vila Nova de Sant'Ana	31
Figura 3 – Localização de propriedades em Saco Grande, em 1802.....	37
Figura 4 - Planta original da Vila de Imaruí	97
Figura 5 – Planta da cidade de Imaruí em 1957	100
Figura 6 – Planta da cidade de Imaruí em 2000	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da população da Freguesia de Imaruí, em 1854 e 1872	48
Tabela 2 - Calendário pesqueiro das lagoas do Complexo Lagunar	58
Tabela 3 - Medidas anteriormente usadas na venda de produtos da pesca e da agricultura	61
Tabela 4 - Número e tipo de embarcações no Município de Imaruí, em 1956	62
Tabela 5 - Unidades industriais para produção de camarão em Imaruí, no período de 1938 a 2000	66
Tabela 6 – Distribuição espacial dos engenhos (farinha e açúcar) e alambiques, em atividades, nos anos de 1961 e 2000	84
Tabela 7 – Distribuição do número e área dos estabelecimentos rurais por categoria Dimensionais no Município de Imaruí, de 1970 a 1995/96	94
Tabela 8 - Rendimento mensal (%), em salário mínimo, por chefe de domicílio no Município de Imaruí em 1991.....	106
Tabela 9 - Evolução da população total, urbana e rural de Imaruí, de 1970 a 2000	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Preço real da tonelada de mandioca em Santa Catarina, de 1947 a 1987	83
Gráfico 2 – Efetivo da pecuária bovina em Imaruí, de 1963 a 2000	90
Gráfico 3 – Evolução da ocupação das terras de Imaruí, em 1970, 1985 e 2000 ...	93
Gráfico 4 - Evolução da população total, urbana e rural de Imaruí, de 1970 a 2000	108

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Casa em estilo luso-açoriano construída no final do século XIX	47
Foto 2: Pesca do aviãozinho	69
Foto 3: Ilha Vieira	77
Foto 4: Engenho de farinha de mandioca desativado	81
Foto 5: Estufa de fumo desativada	87
Foto 6: Encostas ocupadas com grama brachiara	91
Foto 7: Antiga Fazenda Santa Rosa	92
Foto 8: Início da arborização da Praça Getúlio Vargas, em 1953	101
Foto 9: Escola de Ensino Primário fechada na década de 90	105
Foto 10: Índios da Tribo Guarani-M'bya – Aldeia Indígena Maragatu	109

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

°C – Grau Centígrado.

Cd – Cádmiio.

ICEPA/SC – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina.

cm – Centímetro.

CNA – Confederação Nacional da Agricultura.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Cu – Cobre.

FATMA - Fundação do Meio Ambiente.

g – Grama.

ha – Hectare.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INPH – Instituto de Pesquisas Hidroviárias.

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

kg – Quilograma.

km – Quilômetro.

km² - Quilômetro quadrado.

l – Litro.

m – Metro.

mm – Milímetro.

NE – Nordeste.

Ni – Níquel.

NW – Noroeste.

PROVARZEAS – Programa Nacional para Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis.

PVC – Poly Vinyl Chloride.

SE – Sudeste.

SIPAMA - Serviço de Inspeção dos Produtos Agropecuários e Materiais Agrícolas.

SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca.

SW – Sudoeste.

t – Tonelada.

Zn – Zinco.

RESUMO

O presente estudo trata do Município de Imaruí e tem como objetivo principal a análise dos processos sócio-espaciais que promoveram mudanças em sua paisagem. Imaruí, distante 93 km de Florianópolis (SC) e peculiar por suas lagoas, foi ocupado por açorianos que se fixaram em Vila Nova a partir de 1749 e por lagunenses. Firmados em uma economia de pequena produção, os lavradores mantinham-se economicamente com produtos agrícolas e técnicas de plantio de seus antecedentes, com considerada exportação desses produtos, principalmente a farinha de mandioca. A partir da década de 1960, o desenvolvimento industrial no Estado de Santa Catarina atraiu parte da população para centros industriais como Joinville e Criciúma em busca de melhores condições de vida. As modalidades de pesca tradicionais, como a *emenda*, utilizada para o peixe e a *pesca de espera*, usado para o camarão, foram substituídas por formas de captura predatórias, introduzidas no início da década de 70, entre as quais o *aviãozinho*, o *engodo* e as de *arrasto*, com a conseqüente escassez do pescado, nos últimos anos. A grande quantidade de poluição recebida pelas lagoas também esvazia o setor. As áreas agrícola e pesqueira sofreram profundas transformações com o abandono das atividades tradicionais e com a introdução de novas. Na área rural, o cultivo da pastagem para criação do gado de leite e corte fez desaparecer os grandes plantios da mandioca e fumo, e tornou decadentes as unidades tradicionais de beneficiamento de produtos cultivados. A pastagem natural, por sua vez, vem sendo substituída por arroz irrigado e pelo cultivo de camarão em cativeiro. A paisagem do município, passível a essas transformações, altera-se de mudança em mudança processada pela ação humana na exploração de produtos da terra e do mar.

ABSTRACT

This study deals with the municipality of Imarui and its main goal is the analysis of the social-spatial processes that changed its landscape. Imaruí, 93 km (58 miles) away from Florianópolis (the capital city of Santa Catarina) and peculiar for its lakes, was occupied by Azoreans who settled in *Vila Nova* from 1749 on and by inhabitants of *Laguna*. Having established a small-scale economy, the farmers made a living on the crops and farming techniques of their predecessors, exporting a great deal of their products, especially cassava meal. Since the 1960's, the industrial development of the State of Santa Catarina has drawn many people to industrial cities like *Joinville* and *Criciúma*, looking for a better standard of living. The traditional ways of fishing like *emenda* (used for fish) and *pesca de espera* (used for shrimps), have been replaced by predatory capture techniques, introduced in the beginning of the 1970's, for example, *aviãozinho*, *engodo*, *arrasto*, what has caused a fish shortage in the past few years. The large amount of pollution dumped in the lakes adds to the problem and damages fishing activities. The agricultural and fishing areas have gone through profound changes, because many people abandoned their traditional activities as new ones were introduced. In the rural area, the growing of pasture for raising meat and dairy cattle did away with the growing of cassava/manioc and tobacco and brought about the decadence of the traditional plants that manufactured these crops. The natural pasture, in turn, has been replaced by irrigated rice and the raising of shrimps in ponds. The landscape of Imaruí, susceptible to these transformations, has been slowly but continuously altered by Man in his exploitation of the resources of land and sea.

INTRODUÇÃO

O Município de Imaruí, com pouco mais de 540 km², localizado na microrregião geográfica de Laguna, teve sua ocupação inicial na segunda metade do século XVIII por lagunenses e colonos açorianos. Baseado em um modelo de pequena produção familiar, com destaque para a produção de mandioca, Imaruí experimentou fases de grande progresso até a metade do século XX.

O processo de formação de um capitalismo industrial brasileiro, sobretudo a partir da década de 60, desencadeou uma série de transformações que levou a desestruturação do setor agrícola, principalmente daquele cuja força de trabalho era familiar. Em Imaruí, estas transformações contribuíram para o abandono das técnicas produtivas tradicionais, promovendo o surgimento de outras.

Nas lagoas do Mirim e Imaruí foram introduzidas novas formas de captura do pescado, como a rede de cerco, na pesca do peixe, e o “aviãozinho”, o engodo e as de arrasto, na pesca do camarão. Algumas dessas modalidades são significativamente predatórias e contribuem, cada vez mais, para a escassez do pescado.

As áreas de planície flúvio-delta-lagunar, de solo glei úmico, são utilizadas para a cultura de arroz irrigado, principalmente nas planícies do Rio D’Una, Aratingaúba e Siqueiro. O uso intensivo de agrotóxicos nessa cultura tem acarretado sérios problemas aos pescadores que sobrevivem da pesca no município. A concentração de metais pesados, proveniente do uso de agrotóxicos, nas águas do Rio D’Una é muito superior à concentração estabelecida pelo CONAMA (LOPES, 1998).

Nas áreas de encostas ocorre a expansão da pastagem cultivada em detrimento dos cultivos tradicionais, principalmente o da mandioca.

A cobertura vegetal original, Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica), defesa natural dos mananciais, vem se reduzindo significativamente na área do município. Com efeito, a população tem enfrentado sérios problemas de racionamento de água, não somente no verão como em outros períodos do ano.

Como cidadão do município de Imaruí, e com uma família que reside na comunidade de Sítio Novo, há várias gerações, desde cedo me despertou a vontade de estudar as transformações ocorridas no processo produtivo de Imaruí que

promoveram as mudanças na paisagem do município. Minha contribuição será para aprofundar o conhecimento do município, cuja literatura ainda é escassa. Essa falta de pesquisa sobre Imaruí se revela já quando se pretende conhecer a sua formação, inexistindo na bibliografia dos municípios de Santa Catarina dados sobre como ocorreu a sua ocupação. Também não existem trabalhos voltados aos aspectos socioeconômicos, nem aos ambientais, exceto aquele produzido por LOPES (1998) que trata dos impactos da atividade da rizicultura na bacia do Rio D'Una; mesmo assim, este trabalho aborda somente uma pequena parte do território municipal, já que a maior parte dessa bacia hidrográfica está localizada em outros municípios.

Apresentamos, pois, como objetivo geral do trabalho analisar os processos sócio-espaciais que promoveram mudanças na paisagem no Município de Imaruí. E, objetivos específicos: 1) compreender o processo produtivo que deu origem aos modelos agrícola e pesqueiro desenvolvidos na área; 2) compreender os processos produtivos no setor pesqueiro que ocasionaram a mudança na paisagem lagunar; 3) compreender os processos produtivos no setor agrícola que ocasionaram a mudança na paisagem rural.

Nesta dissertação usamos como princípio norteador o conceito de paisagem. Vários trabalhos, e aqui incluindo dissertações feitas no Curso de Mestrado em Geografia da UFSC, utilizam este conceito. Dentre estes, podemos citar o de Adriano Figueiró, que faz um resgate da evolução histórica do conceito; o desenvolvido por Rafaela Vieira, que delimita as unidades de paisagem e de suscetibilidade a riscos na sub-bacia do Ribeirão Garcia, e ainda o de Luís Otávio Cabral que aborda como os usuários do Parque Municipal da Lagoa do Peri valorizam a paisagem vivenciada.

Muito embora o conceito de paisagem seja antigo na geografia, nas últimas décadas houve uma retomada desse conceito como se percebe com a republicação do trabalho clássico de SAUER, de 1925, pela UERJ, no livro Paisagem, Tempo e Cultura, por CORRÊA e ROSENDAHL (1998).

A reativação deste conceito é comentada por CABRAL (1999), para quem a paisagem é olhada sob objetivos e visões diferenciadas, porém sempre associada com as formas visíveis sobre a superfície. É opinião do autor que "a paisagem

apresenta-se como um conceito abrangente e impreciso” (p. 35) e que assim deve permanecer já que incita a olhar para outros horizontes.

Para SÁNCHEZ, apud GAMA (1998, p. 20),

A paisagem é um setor da superfície terrestre onde existe um certo nível de organização de um conjunto de componentes específicos do meio ambiente local, sendo que a tipologia, dinâmica e inter-relações da diversidade física, biológica e cultural do sistema paisagístico, podem ser individual ou integradamente estudadas e mapeadas, com diferentes graus de detalhamento segundo o nível de percepção da paisagem.

Por esta definição, o autor admite que o conceito paisagem possa ser utilizado para estudar os componentes da natureza como, por exemplo, a geologia, os solos, a geomorfologia, a vegetação, de forma integrada ou até mesmo isolada.

Entretanto, a grande maioria dos autores parte da definição de SAUER, apud CORRÊA e ROSENDAHL (1998, p. 23) para quem a paisagem “...é uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais” e que “toda paisagem tem uma individualidade, bem como uma relação com outras paisagens e isso também é verdadeiro com relação às formas que compõem a paisagem.” Continua o autor: “...A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado” (p. 59).

Por estas citações de SAUER consideram-se, pois, dois tipos de paisagens: aquela relativa somente às formas “naturais” por ele denominadas de paisagem natural, e aquelas provenientes da interação entre a chamada paisagem natural e a cultura, formando o que ele denomina de paisagem cultural.

Por outro lado, CLAVAL (1999, p. 15) assim se refere:

As paisagens constituem um objeto de estudo fascinante para aqueles que se interessam pela geografia cultural, mas a sua interpretação nunca é fácil: falam dos homens que as modelam e que as habitam atualmente, e daqueles que lhe precederam; informam sobre as necessidades e os sonhos de hoje, e sobre aqueles de um passado muitas vezes difícil de datar.

Conforme esta distinção, a paisagem é estudada pela chamada geografia cultural, estando nela embutidas as ações humanas. SAUER acentua ainda: “A paisagem traz a marca da atividade produtiva dos homens e de seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades” (CLAVAL, 1999, p.14).

Embora o professor Milton Santos não costume usar o termo geografia cultural, pois para ele “o mundo é um só, a geografia é uma só”, esse define a paisagem como o resultado de uma acumulação de tempos, em algumas de suas publicações. Em *A Natureza do Espaço* (1997), distingue espaço de paisagem, caracterizando-o “...como a soma indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações...” (p. 63) e que para estudar este objeto, há que se buscar conceitos para dar conta do todo e de suas partes. A paisagem seria um destes conceitos, assim como território seria outro. Ainda para este autor “A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza” (p. 83), sendo deste modo “...transtemporal, juntando objetos passados e presentes, numa construção transversal (p. 83). Mais adiante, afirma que: “Considerada em si mesma, a paisagem é apenas uma abstração, apesar de sua concretude como coisa material. Sua realidade é histórica e lhe advém de sua associação com o espaço social” (p. 87).

E esta abstração referida por Milton Santos talvez represente um eco do que já havia sido afirmado por SAUER apud CORRÊA e ROSENDAHL (1998, p. 28):

O julgamento pessoal do conteúdo da paisagem é determinado mais por interesse. A geografia é distintamente antropocêntrica no sentido do valor ou do uso da terra para o homem. Nós estamos interessados naquela parte da paisagem que nos diz respeito como seres humanos porque nós somos parte dela, vivemos com ela, somos limitados por ela e a modificamos. Desse modo, nós selecionamos aquelas qualidades da paisagem em particular que são ou possam ser úteis para nós.

Assim, a análise da paisagem é essencialmente interpretativa e como tal é realizada segundo um esquema construído com base na formação de quem interpreta, sendo uma ação carregada do particularismo de quem a executa.

Para descrever as mudanças na paisagem no Município de Imaruí este trabalho foi dividido em três capítulos.

O primeiro apresenta um estudo sobre a ocupação das terras que hoje fazem parte do atual território do Município de Imaruí, na tentativa de entender o processo produtivo que deu origem aos modelos agrícola e pesqueiro desenvolvidos pelos descendentes dos colonos até os dias atuais, mas, sobretudo, até meados do século XX; nesse capítulo foram utilizados os trabalhos de diversos

autores catarinenses, preferencialmente aqueles dedicados à colonização açoriana. Integra pesquisas realizadas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, no Centro de Memórias da Assembléia Legislativa de Santa Catarina e no Arquivo Municipal de Laguna.

No segundo capítulo, são apresentadas as técnicas pesqueiras tradicionais, assim como as introduzidas a partir dos anos 60, na tentativa de entender as mudanças nos processos produtivos, que nortearam as transformações na paisagem das lagoas. Para a sua elaboração foram realizadas entrevistas com pescadores idosos e pescadores que ainda estão na atividade, na tentativa de entender as mudanças nas modalidades de pesca, assim como os conflitos decorrentes desta atividade. Nas transcrições das entrevistas citadas neste trabalho, foi respeitada a linguagem coloquial dos entrevistados.

No terceiro capítulo, para entender as mudanças na paisagem rural, decorrentes das alterações no processo produtivo agrícola, são discutidos os cultivos tradicionais e os introduzidos a partir da década de 60. Para isso, estudos foram realizados, principalmente, nos censos agropecuários de 1960 a 2000. Porém, somente são apresentados os dados a partir de 1970 em função de o atual Município de São Martinho, emancipado de Imaruí em 1962, ainda estar inserido nos dados de 1960. Nesse mesmo capítulo são discutidas as mudanças na paisagem urbana de Imaruí. Para tal, foram realizados estudos nos Arquivos utilizados para a elaboração do primeiro capítulo, e ainda foram interpretadas as fotos aéreas de 1957 e 1978, escala 1:25.000, como também foram realizados trabalhos de campo utilizando o Sistema de Posicionamento Global (GPS).

CAPÍTULO 1 - IMARUÍ: ASPECTOS FÍSICOS E A OCUPAÇÃO INICIAL

1.1 LOCALIZAÇÃO E ASPECTOS FÍSICOS

O Município de Imaruí está localizado no sudeste do Estado de Santa Catarina, na microrregião de Laguna, abrangendo uma superfície de 542,24 km² e situado, aproximadamente, entre as latitudes 28° 04' 18" a 28° 21' 35" Sul e longitude 48° 43' 50" a 48° 57' 37" Oeste. A cidade fica à margem da Lagoa do Imaruí a 93 km de Florianópolis. Limita-se ao norte com o Município de Paulo Lopes, ao leste com Imbituba, ao sul com Laguna, a oeste com São Martinho e Armazém, a sudoeste com Gravatal (figura 1).

A paisagem é caracterizada pela Serra do Leste Catarinense, correspondendo ao Domínio Morfoestrutural - Embasamento em Estilo Complexo; o relevo se caracteriza pela seqüência de serras e morros condicionados de forma subparalelos, com predominância no sentidos N-S e NE-SW. Cinco principais serras se destacam: a do São Tomás com 700, sendo o Morro do Cará seu ponto de maior altitude; a de São Luís com 478 m; a de Santa Albertina com 638 m; a do Aratingaúba com 700 m; e a das Capivaras com até 896 m, o ponto de maior altitude do município.

O município é banhado pelas lagoas do Imaruí e do Mirim. Essas, juntamente com a Lagoa Santo Antônio, formam a maior laguna¹ do Estado de Santa Catarina, com extensão de aproximadamente 184 km². De acordo com CARUSO JÚNIOR (1995), esse corpo aquoso é resultante dos depósitos arenosos eólicos/marinhos integrantes da barreira arenosa do período geológico pleistocênico. A mistura da água doce, proveniente da significativa vazão dos rios que deságuam nessa laguna, com a água salgada oceânica forma um regime estuarino. Assim, em alguns pontos das lagoas, nos períodos de chuvas intensas, a salinidade pode ser de 2 g/l, enquanto naqueles referentes à estiagem alcança valores de até 25 g/l.

¹ Laguna é o termo geomorfológico correto para designar o pequeno golfo que popularmente se denominou Lagoa do Mirim, Lagoa do Imaruí e Lagoa de Santo Antônio. O conjunto destas lagoas é comumente chamado de Complexo Lagunar.

A profundidade da Lagoa do Mirim varia entre 2,8 m a 1,0 m; na Lagoa do Imaruí os valores são também desta ordem, com as zonas mais profundas na margem leste, enquanto na margem oeste a profundidade é extremamente baixa, muita vezes menor que 0,5 m (INPH, 1992).

As três principais bacias hidrográficas que drenam a área do município são a do Rio Siqueiro, a do Rio Aratingaúba e a do Rio D'Una.

O Rio Siqueiro, situado ao sul do município, constitui o limite entre Imaruí e Laguna. Nasce na vertente leste da Serra do Siqueiro sobre rochas do Pré-Cambriano, sendo encachoeirado no seu alto curso. Seus afluentes drenam solos podzólicos vermelho-amarelo álico com alto poder erosivo. No médio curso, suas águas percorrem uma pequena planície fluvial recente que grada para planície flúvio-delta-lagunar, indo desaguar na Lagoa do Imaruí. Na porção superior da bacia do Siqueiro localiza-se a comunidade de Rio Prainha e parte da comunidade de Sítio Novo na porção inferior.

A bacia do Aratingaúba, localizada a sudoeste do município, tem como divisor de águas, a oeste, a Serra do Aratingaúba; a leste, o Morro Grande; a norte, a Serra de São Luís e, a nordeste, a Serra de Santa Albertina. Nesta última nasce o principal curso do rio, em terrenos do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, a 660 m de altitude. O seu curso principal, de norte para sul, está sobre rochas do Pré-Cambriano e sedimentares da Formação Rio do Sul (Grupo Itararé), passa posteriormente sobre uma planície flúvio-delta-lagunar e deságua na Lagoa do Imaruí, percorrendo uma extensão de aproximadamente 22 km. Com exceção desta planície flúvio-delta-lagunar, onde ocorre solo do tipo glei húmico, profundo e arenoso, com acumulação de matéria orgânica, todo o restante da bacia é constituída por solos podzólicos vermelho-amarelo, com baixa fertilidade natural e bem drenados, com alto risco de erosão. Da jusante para a montante, cinco comunidades localizam-se nessa bacia: Costa de Baixo, São Tomás, Porto do Aratingaúba, Aratingaúba e Forquilha do Aratingaúba; assim como grande parte das comunidades de Sertão do Cangueri e Samambaia.

O Rio D'Una, situado a nordeste do município, constitui o limite entre Imaruí e Imbituba. O Rio Chicão, um dos seus principais afluentes, limita Imaruí com Paulo Lopes. O rio principal da bacia nasce na Serra do Capivari em terras do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro com direção NW para SE, sobre rochas do Pré-

Cambriano; seus afluentes drenam solos podzólicos vermelho-amarelo álico com alto poder erosivo. No seu curso inferior, ocorre uma grande planície flúvio-delta-lagunar com solos do tipo glei húmico, deságua na Lagoa do Mirim, depois de percorrer aproximadamente 56 km. Na bacia do Rio D'Una, localizam-se, da jusante para montante, sete comunidades: Passagem do Rio D'Una, Riacho Ana Matias, Várzea do Rio D'Una, Forquilha do Rio D'Una, Barreiros do Rio D'Una, Águas Mornas e Laranjal.

Além de uma densa rede de canais de 2ª e 3ª ordem, ainda podemos encontrar, no Município de Imaruí, outras bacias hidrográficas de menor porte, que as comentadas anteriormente, como a do Rio das Garças, a do Rio Mané Chico, a do Ribeirão do Saco Grande e do Ribeirão do Imaruí. Nesta última, é feita a captação de água que abastece a cidade e algumas comunidades do interior.

A vegetação original da área do município é a Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica), sendo as espécies de árvores mais comuns, de acordo com KLEIN (1978): a canela-preta (*Ocotea catharinensis*), a peroba-vermelha (*Aspidosperma olivaceum*), o cedro-rosa (*Cederla fissilis*), o palmiteiro (*Euterpe edulis*), o pau-óleo (*Copaifera trapezifolia*), o garaparim (*Vantanea compacta*) e o guaramirim-da-folha-miúda (*Eugenia kleinii*). Atualmente estas espécies são encontradas com mais facilidade somente no noroeste do município, nos 77,87 km² que pertencem ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Nas Serras do Aratingaúba, São Luís, assim como em alguns locais no vale do Rio D'Una, fora da área do parque, ainda é possível encontrar alguns exemplares dessas espécies.

A capoeira, com predominância da vassoura (*Baccharis dracunculifolia*), encontra-se em áreas de encostas, denotando, de acordo com KLEIN (1980), que o abandono das atividades agrícolas ocorreu entre 5 e 10 anos.

As atividades pastoris se apresentam em grandes áreas do município. Nas planícies flúvio-delta-lagunares encontram-se as pastagens naturais, em menores proporções, recobrando pântanos e setores inundados periodicamente pelas marés. Nas áreas de solos do tipo podzólico vermelho-amarelo e podzólico vermelho-amarelo álico, destacam-se em grandes proporções a grama brachiara (*Brachiara brizantha*) introduzida no município na década de 60.

Os capins praturás (*Spartina densiflora* e *Spartina alterniflora*), vegetação pioneira em ambientes lamíticos, formam cordões ao longo das desembocaduras

dos rios e outras reentrâncias, nas margens oeste das Lagoas do Mirim e do Imaruí.

A vegetação de mangue, especificamente a *Laguncularia racemosa* (mangue-branco), pode ser encontrada, em raríssimos exemplares, ao longo da margem oeste da Lagoa do Mirim, com uma pequena concentração na foz do Rio Mané Chico. Já, ao longo da margem oeste da Lagoa do Imaruí, essa vegetação é mais facilmente encontrada, especialmente na foz do Rio das Garças e nas comunidades de Samambaia e Sítio Novo. Este último local, devido a grande densidade do mangue-branco e a siriúva (*Avicennia schaueriana*), numa extensão de aproximadamente 50 hectares, pode ser considerado como o último bosque de manguezal do Hemisfério Sul. Desse ponto até Laguna, limite Astral dessa vegetação, somente encontramos raríssimos exemplares, dessas essências florestais.

Nas ilhas, localizadas nas lagoas do Imaruí e do Mirim, podemos encontrar algumas espécies de vegetação de transição, como a aroeira-vermelha (*Schinus terebinthifoliuns*), a figueira-da-folha-miúda (*Ficus organensis*), a capororoca (*Rapanea parvifolia*), a maria-mole (*Guapira opposita*), o coqueiro ou gerivá (*Arecastrum romanzoffianum*), entre outras espécies.

O clima da área, de acordo com dados apresentados por MONTEIRO E FURTADO (1995), é caracterizado por apresentar verões quentes com temperaturas máximas nos meses de janeiro e fevereiro, fica, em média, em torno de 24 °C. O inverno, pouco rigoroso, apresenta temperatura média em torno de 16 °C nos meses de junho a agosto. As chuvas provocadas por frentes frias e por linhas de instabilidade, são mais abundantes nos meses de janeiro a março, chegam a atingir a média mensal de 200 mm; os meses de maio a junho são os menos chuvosos, com uma média de precipitação mensal de 55 mm.

1.2 A ORIGEM DO NOME

Os trabalhos já publicados que tratam do vocábulo *imaruí* fazem referência à obra de BOITEUX (1912), *Notas para a história catarinense*, e principalmente à do IBGE (1959), *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*; esta última, uma das principais fontes de consulta à história do município.

De acordo com o IBGE (op. cit., p. 160):

Segundo a tradição, o nome é originário de “Maruim”, mosquito encontrado na região. Em documentos antigos a grafia era “Imaruhy”. Há contudo, quem afirme que a denominação foi dada por uma tribo de índios que habitava o local. Segundo Lucas Boiteux, o vocábulo vem de “mberú” mosca e “i” pequena, ou seja mosquito.

Sem dúvida, o vocábulo *imaruí* foi criado pelos índios carijós, de origem Tupi-guarani, que habitavam as ilhas e as margens das lagoas, mas não necessariamente o local onde está situada a cidade, assim como afirma IBGE.

Os índios denominavam quase todos os locais de caça, pesca e os dos principais acontecimentos do dia-a-dia. No Município de Imaruí, hoje, encontramos mais seis localidades cujo nome tem origem na língua Tupi-guarani: *Samambaia*, aquele que se torce em espiral; *Itapeva*, pedra chata (lage); *Itaguaçu*, pedra grande; Rio de *Una*², rio preto; *Taguaraçutuba*, local com muita taquara grossa; *Aratingaúba*, deriva do termo *Guaratingaúba*, que significa árvore da garça branca³.

Quanto ao vocábulo *imaruí*, há uma certa discordância, de acordo com as gramáticas consultadas, em relação ao significado apresentado por BOITEUX (op. cit.). Segundo diversos estudiosos da língua Tupi-guarani, entre eles SAMPAYO (1928), o termo “mberú” significa mosca e “mberu-i” significa mosquito, com o “i” no final da palavra, pois o diminutivo, no Tupi-guarani, deve ser feito, assim como na língua portuguesa, com o sufixo após o substantivo. Portanto, o “i” que BOITEUX se refere como “pequena”, não é o “i” que inicia o vocábulo *imaruí*, mas sim aquele que está no final da palavra e que recebe acento agudo. Ainda de

² Embora Rio D’Una não seja conhecido somente como uma localidade, mas sim como toda a região do vale, achamos importante apresentar o significado desse vocábulo.

³ De acordo com o Boiteux (op. cit.), *Aratingaúba* significa árvore do papagaio branco, porém o autor não faz referência à *Guaratingaúba*, termo usado para designar esse mesmo local nas concessões de sesmarias doadas a lagunenses no final do século XVIII e início do século XIX, assim como nos documentos oficiais emitidos pela Câmara de Laguna nesse período.

acordo com SAMPAYO (1928), o termo *mberu-i* deu origem a *maroim*, *maruim* e *maruhy*, que tem o mesmo significado, isto é, mosquito, um substantivo derivado. Esses termos foram redigidos em cartas de sesmarias, doadas a lagunenses e descendentes de açorianos, para designar a área onde hoje se localiza a cidade e terras adjacentes. Porém, esses eram denominações populares e não o nome oficial do lugar.

Entretanto, o “r” que inicia o vocábulo *imaruí* foi desprezado por quem tenta explicá-lo. Este “r” inicial é derivado do termo “y”, um substantivo primitivo, que em Tupi-guarani significa rio ou água. Desse modo, o vocábulo *imaruí* deriva de dois termos justapostos: “y” (rio ou água) e *maruhy* (mosquito), isto é, rio de mosquitos ou água de mosquitos⁴. Assim, o substantivo principal é rio ou água e não mosquito, pois no Tupi-guarani o possuidor vem primeiro e o possuído depois.

Possivelmente, o termo se originou das águas lagunares que margeiam as áreas pantanosas, proliferadoras de mosquitos. Desse modo, o vocábulo *imaruí* pode significar, também, lagoa de mosquitos.

Quanto à grafia do vocábulo, em documentos oficiais do início do século XIX ainda permanecia a forma tradicional, isto é, *Imaruhy*. No decorrer desse mesmo século, na ortografia portuguesa, o “h”, quando separava hiato, foi sendo suprimido; e em 1904 o “y”, em palavra de origem Tupi-guarani, substituído pelo “r”, oficializado somente em 1934 no Brasil (COUTINHO, 1976)⁵.

⁴ Derivação de alguns vocábulos de origem Tupi-guarani ao longo dos tempos:

Y-maruhy	imaruy	imaruí	rio de mosquitos, água de mosquitos;
Y-carahy	icaray	icarái	água sagrada, rio sagrado;
Y-piranga		ipiranga	água vermelha, rio vermelho;
Y-panema		ipanema	água ruim, rio sem peixe ou ruim para a pesca.

⁵ Essas mudanças ortográficas podem ser analisadas nos vários documentos oficiais publicados no século XVIII ao século XX, como as cartas de sesmarias, ofícios, leis e decretos.

1.3 A OCUPAÇÃO DA ÁREA

A linha imaginária do Tratado de Tordesilhas assinado por Portugal e Espanha, em 1494, “cortava” o Brasil de Belém do Pará à Laguna em Santa Catarina. Assim, ao oeste ficavam as terras da Espanha e ao leste as de Portugal. No entanto, esse limite deixou de existir com a união das duas Coroas em 1580, quando D. Felipe, II Rei da Espanha, assumiu também o governo de Portugal.

Em 1640, Portugal tornou-se novamente independente. Nesse período já havia ultrapassado a velha linha imaginária e ocupado parte do antigo território espanhol.

No entanto, o país começava a entrar em profundas crises econômicas, pois havia perdido várias colônias na Ásia e na África, principalmente para Holanda que, seguida pela Inglaterra e França, implantava o sistema capitalista mercantil, iniciando fortes concorrências no comércio de produtos coloniais (RIBEIRO, 1983). Assim, necessitava a Metrópole de explorar, ainda mais, a nova colônia.

Paralelamente a todo esse processo de crises econômicas, havia sérias disputas entre Portugal e Espanha pela posse das terras do Sul do Brasil.

Foi sob esse contexto que Portugal resolveu colonizar, definitivamente, as terras do atual Estado de Santa Catarina até o Rio da Prata. Assim, coube aos vicentistas a fundação da póvoa de Nossa Senhora das Graças do Rio São Francisco (São Francisco do Sul), em 1660, Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis), em 1662, e Santo Antônio dos Anjos da Laguna, em 1676⁶. Em 1680, o projeto político português no tocante à expansão colonizadora alcançou a região do Prata, com a fundação da Colônia de Sacramento na margem esquerda do rio, em frente a Buenos Aires. A partir de então, intensificaram-se ainda mais as lutas entre as duas nações, somente amenizadas, no final de 1777, através do Tratado de Santo Idelfonso.

Para SILVA (1992, p. 30), a ocupação das terras do sul era uma grande possibilidade de a Metrópole expandir seu comércio, garantindo a posse e a exploração da área e, conseqüentemente, impedindo a dominação da Espanha.

⁶ Segundo ULYSSÉA (1956), apesar de incertezas, a data mais provável para a fundação de Laguna é 1684.

Inseria-se nesta ampliação a garantia do acesso ao Prata, além do estabelecimento da exploração, no litoral catarinense, de óleo de baleia que, a exemplo dos metais preciosos (ouro, prata) e outras produções coloniais, pudesse alimentar os capitais comerciais portugueses.

A fortificação da margem do Prata foi a primeira atitude que os portugueses tomaram para dominar a área e a possibilidade de chegar às minas de ouro e prata. Minas das quais os europeus tiveram notícias e passaram a cobiçá-las, pois “o ouro e a prata eram as chaves que o Renascimento empregava para abrir as portas do paraíso no céu e as portas do mercantilismo capitalista na terra” (GALEANO, 1992, p. 26).

A pesca da baleia era outra atividade lucrativa, pois desde o início do século XVII se praticava na Bahia, e nas águas do mar catarinense havia quantidade expressiva desses mamíferos (BOITEUX, 1914).

1.3.1 A Formação do Território Lagunense

A princípio, a região de Laguna não oferecia muita opção no tocante à exploração comercial, a não ser os cardumes de peixe que abundavam nas lagoas, e que mais tarde vieram suprir a Colônia de Sacramento. No entanto, Laguna era vista como ponto irradiador da ocupação do território sulino.

No início do século XVIII, a população residente em Laguna era de 300 habitantes que moravam em ranchos de pau-a-pique, sobreviviam da venda do peixe seco e da cordoaria de cipó-imbé (ULYSSÉA, 1956).

Em 1714, Laguna foi elevada à categoria de vila (município) e em 1720 sua jurisdição foi estendida até a Ponta das Garoupas (atual Município de Porto Belo), confrontando, ao norte, com a Vila de São Francisco do Sul.⁷

A missão dos vicentistas não parava em Laguna; em 1725 partiram em expedição para explorar as terras ao sul, nos campos de Tramandaí e de Viamão, fundando as primeiras estâncias gaúchas. Foram em busca de ouro e prata, e não os encontrando naquelas terras, passaram a comercializar a carne e o couro do gado, animal que em expedições anteriores encontraram em grande abundância,

⁷ Em 23 de março de 1726, Laguna perde Desterro que é elevada à categoria de vila; desde então a jurisdição de Laguna passou a ser até os morretes, ao norte de Garopaba (GALVÃO, 1881).

originário das reduções jesuíticas. A carne, que saía através do porto de Laguna, era comercializada nas feiras de Curitiba e Sorocaba, conforme comenta PIAZZA (1983).

Através do comércio da carne e do couro do gado sulista, Laguna experimentou fase de grande progresso, que foi declinando a partir da abertura da Estrada de Conventos em 1728, que ligava Rio Grande do Sul a São Paulo pelos sertões de Lages. A partir de então, o gado foi sendo desviado para Curitiba e Sorocaba, e Laguna passou a sobreviver do comércio do gado criado nos campos de Araçatuba, do Araranguá e da própria vila, como também do peixe seco, da farinha e da cordoaria de cipó-imbé (ULYSSEÁ, 1956).

A criação e o comércio do gado nas campanhas sulinas, ainda de acordo com este último autor, atraíram para lá, a partir de 1733, parte da população da Vila de Laguna. Em 1735 a maioria dos seus homens foi recrutada para defender a Colônia de Sacramento, em virtude de um ataque espanhol; também foi da vila que saiu a alimentação para suprir a Colônia nesse período. Essa migração se intensificou aos poucos e Laguna foi ficando despovoada.

Assim, o projeto de ocupação das terras da zona costeira catarinense chegou em meados do século XVIII com sérios problemas de ordem demográfica. Havia considerável preocupação da Coroa no tocante ao domínio da área, pois as questões de limites entre Portugal e Espanha não havia findado, e o pequeno contingente populacional que existia na Província, deixava-a vulnerável a uma invasão espanhola.

Em 1738 foi criada a Capitania de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro ligadas ao Rio de Janeiro, sob o governo do Brigadeiro José da Silva Paes. Diante das sucessivas crises econômicas do comércio português, Silva Paes tratou de fortificar a zona costeira das novas capitanias, além de aconselhar a Coroa a mandar, das Ilhas dos Açores e da Madeira, 4.000 casais para povoar essas terras.

Para Silva Paes, com a vinda dos ilhéus para Santa Catarina e Rio Grande, haveria considerado aumento na atividade agrícola, e com isso aumentariam as rendas da Coroa. E também, os filhos dos ilhéus poderiam ser recrutados para a defesa do território.

A princípio, o Conselho Ultramarino não foi simpático ao pedido de Silva Paes, mas no dia 8 de agosto de 1746 resolveu aceitar a idéia e, então, no final

daquele mês, D. João V mandou afixar, nas Ilhas dos Açores e da Madeira, o edital de inscrição para as pessoas que quisesse migrar para a nova terra. Assim, transcrevemos uma parte desse edital:

...fazer mercê aos casais das ditas Ilhas que quiserem ir estabelecer no Brasil de lhes facilitar o transporte e estabelecimento, mandando-os transportar à custa da sua Real fazenda, não só por mar, mas também por terra, até os sítios que se lhes destinarem para as suas habitações, não sendo homens de mais de 40 anos e não sendo mulheres de mais de 30; e logo que chegarem a desembarcar no Brasil a cada mulher que para ele for das Ilhas de mais de 12 anos e de menos de 25, casada ou solteira, se darão 2\$400 réis de ajuda de custo, e aos casais que levarem filhos se lhes darão por de os vestir mil réis por cada filho, e logo que chegarem aos sítios que hão de habitar se dará a cada casal uma espingarda, 2 enxadas, uma enxó, 1 martelo, 1 facão, 2 facas, 2 tesouras e 1 serra com a sua lima e travadeira, 2 alqueires de sementes, 2 vacas e 1 égua, e no primeiro ano se lhes dará a farinha que entender bastar para o sustento, que são três quartas de alqueires por mês para cada pessoa, assim dos homens como das mulheres, mas não as crianças que não tiverem sete anos, e aos que tiverem até 14 anos se lhes dará quarta e meia par cada mês... (CABRAL, 1950, p. 13).

De acordo com o edital, não se tem dúvida que a exigência da Coroa no tocante à idade fértil dos recrutados era de garantir a sucessiva ocupação da área, assim como o incentivo à vinda de casais com filhos era vista como possibilidade imediata do recrutamento (CAMPOS, 1991).

A viagem, que levava em média três meses, era árdua, quase todos adoeciam e muitos faleceram antes de chegar à terra prometida e sonhada. A primeira viagem chegou no início de 1748, e até 1756 foram realizadas mais três. De acordo com FLORES (2000), 6.071 pessoas vieram das Ilhas dos Açores e da Madeira para a zona costeira de Santa Catarina e do Rio Grande. Assim, começava a segunda tentativa de povoação do Sul do Brasil.

De São Miguel a Laguna, incluindo principalmente a Ilha de Santa Catarina, os açorianos foram fixando-se e formando núcleos populacionais, dando apoio ao sistema de colonização iniciado pelos vicentistas. De 1748 a 1756, surgiram seis novas freguesias em Santa Catarina: Santo Antônio de Lisboa e Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, na Ilha de Santa Catarina, em 1750; no continente próximo à Ilha, São José da Terra Firme e Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito, também em 1750 e São Miguel da Terra Firme, em 1752; Vila Nova de Sant'Ana em 1755, no atual Município de Imbituba (FARIAS, 1998).

Para CAMPOS (1991), a vinda de casais açorianos e madeirenses fazia parte da estratégia de fortificação da área, pois foram transformados em colonos-

soldados, além de abastecer os setores não produtivos (milícias, corpo administrativo, etc.) e o comércio.

1.3.2 A Fundação da Freguesia de Vila Nova e a Economia do Início da Colonização.

Em 1749, dos açorianos que chegaram a Desterro, 40 famílias, num total de 215 pessoas, foram enviadas a Laguna, e teriam por missão fundar uma póvoa ao sul da vila, além do Cabo de Santa Marta. O terreno úmido e desprovido de madeira para construção fez com que os colonos retornassem para o norte, juntando-se a um pequeno povoado na localidade que mais tarde foi denominada de Vila Nova. De acordo com CABRAL (1950), estes colonos foram fornecidos de ferramentas, sementes, roupas e alimentos durante um ano⁸.

Em 1751 chegaram novos colonos açorianos à Vila Nova, aumentando consideravelmente o contingente populacional da localidade.

O governador da Província de Santa Catarina, Manoel Escudeiro, assim a descrevia em carta ao Ministro Diogo de Mendonça Corte Real:

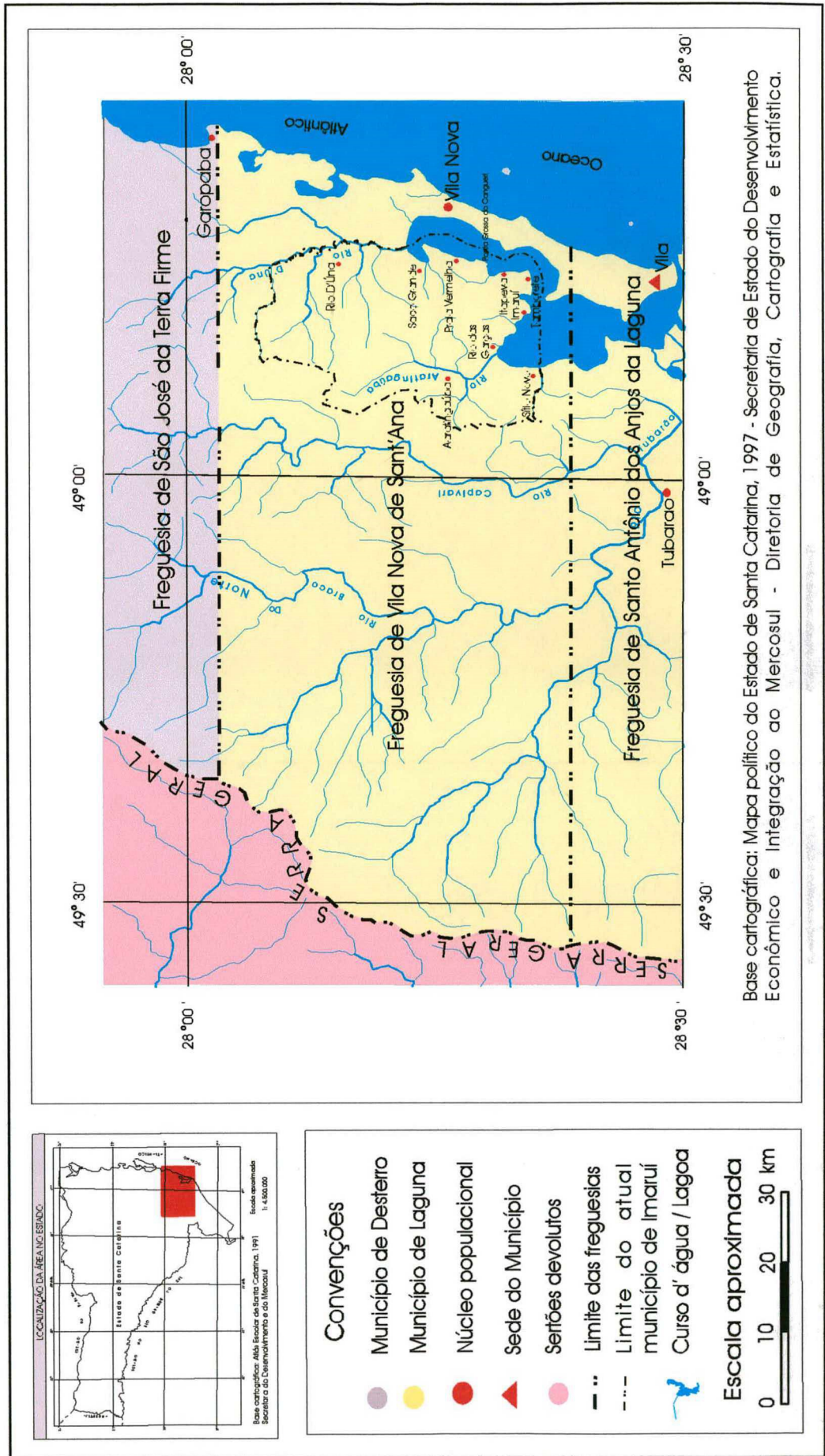
...bela povoação, em um admirável sítio chamado os Campos de Xavier e do Una, onde ao mesmo tempo mandei erigir capela para a freguesia dedicada a Senhora Sant'Ana, denominando a povoação de Vila Nova, para a qual chegou agora das Ilhas um sacerdote proposto pelo bispo de Angra para pároco; e afirmo a V. Excia ser um dos melhores que aqui se tem fundado, achando-se os seus moradores em grande consolação, porque com uma espaçosa lagoa, abundantíssima em todo tempo de peixe, excelente terras para criações e cultura... (BORGES FORTES, apud CABRAL, op. cit., p. 27).

Assim, de acordo com FARIAS (1998), em 1755, foi criada a Freguesia de Vila Nova de Sant'Ana, pertencendo ao Município de Laguna.

Conforme o Relatório do Presidente da Província, João Alberto Ribeiro (RIO DE JANEIRO, 1796), os limites da Freguesia de Vila Nova, partindo do centro do povoado eram: quatro léguas ao norte; duas léguas ao sul até meia praia depois do morro de Itapirubá; ao oeste, 16 ou 17 léguas, até as encostas da Serra Geral; a leste o Oceano Atlântico (figura 2).

⁸ De acordo com Coelho (1877), o dinheiro para a compra da roupa foi arrecadado através de esmola pelos moradores da Ilha (171\$709 reis) e pela Fazenda Real (205\$090 reis).

FIGURA 2 - FREGUESIA DE VILA NOVA DE SANT'ANA



Base cartográfica: Mapa político do Estado de Santa Catarina, 1997 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul - Diretoria de Geografia, Cartografia e Estatística.

As terras foram sendo divididas, e cada colono deveria ganhar um quarto de légua em quadra para cultivá-la. No entanto, as glebas doadas aos açorianos pouco excediam, muitas vezes, a 100 braças.

Acostumados aos solos férteis das Ilhas de origem vulcânica, os açorianos depararam-se com as terras arenosas de Vila Nova, propícias a poucas culturas. Mesmo assim, os colonos iniciaram suas roças, introduziram gêneros até então não cultivados pelos vicentistas como o trigo e o linho.

No início, os açorianos experimentaram o cultivo do trigo, gênero muito utilizado nas ilhas, mas o clima da Província não era propício, fazendo com que os colonos de quase todas as freguesias abandonassem por completo o seu plantio (CABRAL, 1950); Vila Nova foi uma das poucas a cultivar esse produto. Em 1772 GALVÃO (1881) assinalou que este produto era vendido em Laguna, para exportação, a 960 réis o alqueire. Em 1796 a Freguesia de Vila Nova possuía 39 atafonas de trigo, com uma exportação de 200 alqueires (5 mil kg) (RIO DE JANEIRO, op. cit.).

Vila Nova era também a freguesia que mais cultivava o linho no final do século XVIII, e conseqüentemente mantinha maior número de teceleiras, conforme o relatório do Presidente da Província.

A mandioca, produto da terra muito utilizado pelos índios, era cultivada com mais facilidade do que os outros gêneros; assim Santa Catarina não levou muitos anos a tornar-se auto-suficiente em farinha, e em 1796 já havia em Vila Nova 39 engenhos de farinha, sendo exportados 2.000 alqueires (50 mil kg) do produto.

Ainda de acordo com o mesmo relatório (RIO DE JANEIRO, 1796), a cana-de-açúcar era outro produto cultivado pelos açorianos da freguesia e, no final do século XVIII, a Vila possuía um engenho-de-açúcar e sete de aguardente.

O algodão foi introduzido pelo governador Manoel Escudeiro Ferreira, através do Edital de 4 de março de 1754, que ordenou que, para cada 50 braças de terra de cultivo, o agricultor teria que plantar 100 pés de algodão; se não plantasse a quantia estipulada, as terras passariam por devolutas e, conseqüentemente, confiscadas à Coroa, conforme assinala CABRAL (1950). Essa medida levou os colonos de muitas freguesias a abandonarem outras culturas.

BRITO, apud CABRAL, (op. cit.) salienta que, entre outros produtos, os colonos cultivavam a cevada, a cebola, o centeio, a batata, o amendoim, o alho, a hortelã, a salsa, a mostarda, a abóbora, a laranja, o limão, o damasco, o pêssego, o feijão e o arroz.

Em 1795, foi edificada a Armação de São Joaquim da Garopaba com um suplemento, no ano seguinte, em Vila Nova (BOITEUX, 1914). De acordo com SILVA (1992), as diversas armações, distribuídas ao longo do litoral catarinense, tinham por finalidade transformar os derivados da baleia em óleo para iluminação, destinado ao comércio internacional. Ainda de acordo com a autora, a atividade da captura da baleia era exercida pelos colonos açorianos e madeirenses, enquanto que a atividade de esquartejar, picar e frigar o tocinho cabia aos trabalhadores-escravos. Assim, na armação de Vila Nova, em 1796, ano de sua edificação, já foi possível exportar 180 pipas de azeite de peixe (RIO DE JANEIRO, op. cit.).

Apesar das dificuldades enfrentadas, o Município de Laguna, que incluía a Freguesia de Vila Nova, experimentou fase de grande progresso com a vinda dos açorianos, como argumenta ULYSSÉA (1956, p.16):

É de grande importância, como já frisamos, na evolução social econômica da Laguna, a chegada desses casais açorianos. Traziam noções mais adiantadas sobre a maneira de lavrar a terra, introduziram novas culturas, como a do trigo, do linho e da cochonilha, influíram poderosamente no linguajar do povo, impuseram seus usos e costumes, transfundiram novo contingente de sangue português no complexo étnico das populações regionais.

Embora os açorianos de Vila Nova tivessem alcançado considerável progresso este fato não era reconhecido pelo governador da Província de Santa Catarina. Segundo PELUSO JUNIOR (1991), em 1798, o Governador João Alberto Ribeiro, em carta ao Vice-Rei, relatava que os colonos açorianos enfrentavam grandes dificuldades na nova terra. CABRAL (1950) afirma que, depois de diversas tentativas de cultivar várias espécies, a agricultura açoriana entrou em decadência antes do século XIX.

1.3.3 A Ocupação das Terras do Atual Município de Imaruí

Existem na literatura desenvolvida em Santa Catarina escassas informações sobre a história da ocupação de Imaruí. Uma das poucas referências é de CABRAL (1968, p. 240) que assim se refere: “Os primeiros moradores da região, que fica no pitoresco fundo da Lagoa que deu nome à cidade, foram lagunenses que ali se estabeleceram com as suas pescarias, anteriormente ao início do século XIX”.

IBGE (1959, p. 156), baseado em CABRAL, afirma que foram lagunenses os primeiros moradores, e enfatiza que eram todos pescadores:

Foram lagunenses os primeiros moradores da zona onde se situa a cidade de Imaruí, todos eles pescadores em busca de melhores paragens para seus misteres. Acredita-se que essa primeira colonização tenha sido anterior a 1800. Em 1833, era criada a freguesia de São João Batista de Imaruí, com que a localidade foi elevada à categoria de distrito.

E continua.

Entre os primeiros moradores, destacam-se o capitão de Barco João Vieira Rodrigues, vindo do antigo Desterro, José Inácio Vieira da Rocha, gaúcho, que acompanhara os “Farrapos” até Laguna, mudando-se, depois, para Imaruí, em companhia de seus filhos Luís Felipe Barreto, professor Antônio Nunes Barreto, Padre Felipe Feliz Barreto, José Feliz Barreto e Feliciano Barreto e, ainda, José da Rocha Porto, amador de barcos, natural do Rio de Janeiro.

É pouco provável que João Vieira Rodrigues e José da Rocha Porto constem entre os primeiros moradores de Imaruí, pois seus nomes aparecem pela primeira vez em 1834, como padrinhos, no livro de batismo da Paróquia de Imaruí (CDT, 1834). No entanto, bem antes dessa data, outros moradores da Vila de Imaruí já apresentavam seus nomes figurados nos arquivos da Câmara de Laguna e nos Livros de Batismo e Casamento da Paróquia de Laguna. Assim, parece que João Vieira Rodrigues e José da Rocha Porto teriam vindo na segunda década do século XIX. Quanto a José Inácio da Rocha e sua família, a afirmação torna-se antagônica, pois a chegada dos Farrapos em Laguna ocorreu em julho de 1839, ou seja, seis anos depois da criação da Freguesia de São João Batista do Imaruí. Nessa época, a vila já apresentava um número significativo de descendentes nativos de açorianos e lagunenses.

Desse modo, podemos salientar que a afirmação do IBGE, assim como a de CABRAL, é pouco precisa em relação à origem dos primeiros ocupantes do local onde hoje se situa a sede do Município de Imaruí, e equivocada quanto aos seus nomes.

Por outro lado, FARIAS (1998.) afirma ser a Freguesia de Vila Nova, atual distrito de Imbituba, o ponto irradiador da ocupação do Imaruí, com a chegada de casais açorianos a partir de 1750. Assim, nos itens seguintes, procuramos apresentar um breve estudo de como ocorreu esta ocupação.

1.3.3.1 A ocupação das terras da margem oeste da Lagoa do Mirim e do Rio D'Una

Na segunda metade do século XVIII, os açorianos residentes em Vila Nova foram em busca de solos mais férteis e de maior espaço para os seus cultivos, pois os filhos já haviam crescido e precisavam de terras para empregar suas forças de trabalho. Assim, a princípio, passaram a ocupar as terras da margem oeste da lagoa do Mirim e do vale do Rio D'Una. Derrubaram a mata e abriram roças, utilizando a prática da coivara, sistema indígena de limpar a terra.

Continuaram a cultura dos mesmos cultivares tradicionais, com ênfase para a mandioca, pois a farinha era o principal sustento do povo e o produto de maior exportação da Província. Criavam em menor escala o gado bovino e eqüino para a serventia da propriedade (GALVÃO, 1881).

Em 1796, a Freguesia de Vila Nova, incluindo as terras do atual Município de Imaruí, já contava com 242 casas e 1.109 pessoas (RIO DE JANEIRO, 1796).

Até 1823, a forma de adquirir a posse legal da terra era através de sesmária, isto é, uma concessão dada pela Coroa ao colono que a cultivasse, com a obrigação de pagar o dízimo pela produção. Esse tributo compreendia em ônus sobre a produção da agricultura e da pecuária, ou seja, o produtor dava, em produto ou dinheiro, o equivalente a um em dez dos frutos da terra.

A solicitação das sesmarias era realizada através de carta remetida aos "governadores, vice-reis e capitães-gerais, nomeados para a administração na Colônia" (PORTO, 1965, p. 21), pois esses possuíam o direito de conceder terras

em nome da Coroa. Desse modo, depois de efetuada a análise das condições, - se a terra solicitada estivesse ocupada pelo requerente ou devoluta; se o requerente possuísse condições de cultivá-la, isto é, se possuísse um número significativo de filhos e/ou escravos -, o registro era concedido, porém sob a pena de perdê-la se não a cultivasse em um determinado prazo estabelecido.

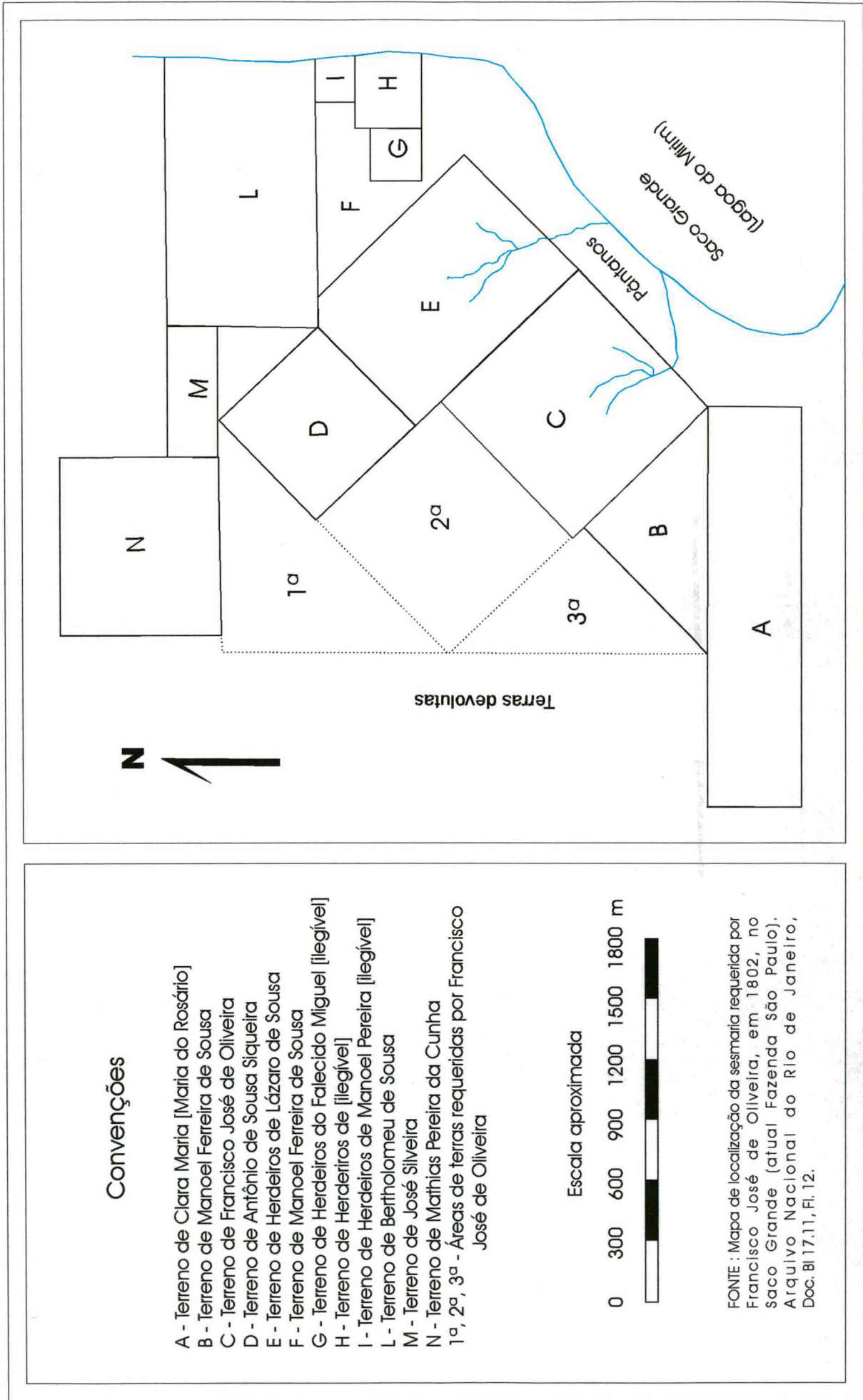
Analisando os vários pedidos de sesmaria solicitados pelos colonos que ocuparam as terras do atual território de Imaruí, pode-se observar que nem todos solicitavam o registro das terras onde residiam, por cultivá-las. Era o que garantia a legislação vigente. A solicitação era feita somente para as áreas onde eles tinham a intenção de estender suas lavouras, ou então, solicitavam o registro aqueles que intencionavam transferir-se com suas famílias para as terras pretendidas.

Para Lima (1990), nem todos requeriam sesmaria. Na maioria dos casos, solicitavam aqueles homens de bens que tinham a intenção de aumentar suas posses, enquanto os pobres preferiam se contentar com a ocupação de uma pequena área de terra, a enfrentar os caminhos burocráticos das concessões de sesmarias.

Essas evidências podem ser observadas no mapa de localização de uma sesmaria solicitada por Francisco José de Oliveira, em janeiro de 1802, na localidade de Saco Grande (atual Fazenda São Paulo). Naquela época, a área estava praticamente ocupada (figura 3). O referido requerente, como outros colonos, já possuía um terreno no local, onde residia com sua família, assim como consta da própria carta:

Diz Francisco Jozé de Oliveira, morador na Freguesia de Santa Ana, termo da Villa, de Laguna, do Governo da Ilha de Santa Catharina, que as poucas terras que possuie lhe não permite fazer progresso na cultura, de que vive: portanto, e para suplemento de sua avultada família, que se compoem de dezoito pessoas, inclusos nove escravos, entre grandes e pequenos, suplica a Vossa Excelência lhe Conceda por Sesmaria huma légua de terra em quadra, que pouco mais ou menos se acha devoluta na paragem denominada o Saco Grande distrito da mencionada Freguesia,.... (RIO DE JANEIRO, DOC. BI, 17.11, p. 01).

FIGURA 3 - LOCALIZAÇÃO DE PROPRIEDADES EM SACO GRANDE EM 1802



Ainda nas imediações de Saco Grande, foi concedida, em 1807, uma sesmaria a Vicente José Raxadel, cujos extremantes eram o Sargento-Mor Jerônimo Francisco Coelho⁹ e Clara do Rosário.

Jerônimo Francisco Coelho possuía terras nas imediações da atual localidade de Figueira Grande, embora se desconheça algum registro de sesmaria em seu nome, porém ele possuía o título. Quanto a Clara do Rosário, nasceu nos Açores e veio para Vila Nova com nove anos de idade, onde casou com José Pereira da Cunha e passou a residir nas imediações da atual localidade de Nazaré e Figueira Grande; também não se tem notícia de que o casal tenha sido sesmeiro, mas possuía um considerável terreno¹⁰.

PORTO (1965) salienta que a atitude de o colono ocupar a terra antes de solicitar o registro da carta de sesmaria era comum em todo Brasil:

Muitas vezes o colono começava simplesmente ocupando a terra, ali realizava melhoramentos, iniciava o aproveitamento, e somente depois tratava de enviar o pedido, processo, todavia perigoso, porque se outro, mais esperto, ou por simples acaso, solicitava a mesma área, podiam surgir inconvenientes fatais: simultâneos os pedidos, o posseiro levava vantagem, principalmente depois da legislação de 1753, em que el-Rei determinou se desse preferência "aos que tiverem roteado e cultivado os sítios", mesmo em se tratando de rendeiros, pelo princípio de que as sesmarias foram dadas para se darem de renda...

Desse modo, muitos colonos das terras de Imaruí constituíram lavouras antes de legalizar a posse da terra, outros nem sequer solicitaram o pedido. Assim, não se tem informação precisa da existência de vários antigos colonos que residiram em solo imaruinse.

Outros colonos já, no final do século XVIII e início do XIX, haviam distribuído suas terras por herança aos seus filhos, como Manoel José Pereira Maciel, colono estabelecido na segunda metade do século XVIII, em Praia Vermelha. Essa atitude pode ser observada na carta de seu filho, Manoel Pereira Maciel, solicitando sesmaria na mesma localidade, em 1806, que afirmava já possuía terras antes destas, por herança de seu falecido pai¹¹.

⁹ O referido Sargento-Mor era avô de Jerônimo Francisco Coelho, homem que se destacou na política nacional, e há quem afirme que esse nasceu em solo imaruinse.

¹⁰ De acordo com o inventário da família nº 726 de 1835 (Arquivo Municipal de Laguna).

¹¹ Livro de Registro de Sesmarias de Santa Catarina. Livro 2, p. 87.

Do mesmo modo, Jerônimo Luiz de Bittencourt¹², Antonio de Souza Siqueira e José Pereira de Souza Mattos, moradores antigos da localidade de Praia Vermelha, solicitaram somente por volta de 1806 uma área de terra por sesmaria nessa mesma localidade.¹³

José Machado de Quadros, filho de açorianos e morador do Mirim, possuía um terreno no Saco Grande, também na segunda metade do século XVIII, e desmembrou em herança para suas filhas, que passaram a morar no local assim que se casaram¹⁴. A solicitação do registro de um outro terreno somente aconteceu em 1806.

Nos primeiros anos do século XIX, já se encontravam estabelecidos no vale do Rio D'Una o Capitão José Silveira Borges Porto¹⁵ e Mathias Pereira da Cunha, naturais da Freguesia de Vila Nova. Também possuíam terras no vale Luiz Lopes Farias, morador e Capitão de Milícias de Vila Nova, que requereu por sesmaria em 1793 na localidade de Barreiros, e José de Souza Cravo, declarado como sesmeiro, mas não se tem registros de sua concessão. Não há informações que esses dois últimos residiram no local, principalmente José de Souza Cravo que era natural da Ilha de Santa Catarina e também possuía terras onde hoje se localiza Sítio Novo. Porém, sua filha, Maria de São José, residia em Praia Vermelha, era casada com Braz Pereira da Cunha, filho de José Pereira da Cunha e Clara do Rosário.

A partir de 1802, houve uma grande demanda de pedidos de sesmaria para as terras devolutas do vale do Rio D'Una: Jerônimo Luiz de Bittencourt (1802), no sertão da Forquilha; João Inácio Raxadel (1805)¹⁶, no 2º braço do rio; Rodrigo Antônio de Espíndola (1805)¹⁷, Antônio de Sousa Siqueira (1806), Francisco Pereira da Cunha (1806)¹⁸, João José de Deus (1806)^{18a}, Mathias Pereira da Cunha (1806), Francisco Pedro de Miranda e Castro (1806)¹⁹, no 2º braço do rio; José

¹² De acordo com o Livro de Batismo da Diocese de Tubarão, o requerente era natural das Ilhas dos Açores e parente direto do 3º Intendente Municipal de Imaruí, que coincidentemente possuía o mesmo nome.

¹³ Muitos terrenos que aparecem nos registros como Praia Vermelha, atualmente pertence a Nazaré, Cangueri de Fora, Cangueri e Figueira Grande.

¹⁴ De acordo com Inventário nº 149/1805 (Arquivo Municipal de Laguna).

¹⁵ De acordo com o inventário, nº 174/1808, da família de José Silveira Borges, ele possuía terras no local por herança (Arquivo Municipal de Laguna).

¹⁶ Morador da Freguesia de São José.

¹⁷ Morador na Vila da Laguna.

¹⁸ e ^{18a} Moradores da Freguesia de Vila Nova.

¹⁹ Natural da Ilha de Santa Catarina.

Silveira Borges (1811), na Forquilha; Francisco José Ramos (1817)²⁰, no 1º braço do rio; e José Teixeira Fernandes (1823)²¹, no 2º braço do rio.

Ainda na costa oeste da Lagoa do Mirim, foi requerido um terreno, em 1793, pela lagunense Ana Ribeiro dos Passos, viúva de Gonçalo da Silva Lamim, na localidade de Tamborete. E, em Itapeva, em 1815, por Francisco José de Oliveira, morador do Saco Grande.

Através desses pedidos de sesmarias observa-se que no início do século XIX houve uma procura muito grande das terras do vale do Rio D'Una, e a sesmaria era a maneira de garantir a posse, como salienta PORTO (1965). Por outro lado, nesse período já havia considerado acúmulo de capital, uma vez possível cada agricultor possuir um número significativo de escravos que eram empregados na pesca e na agricultura. Desse modo, a posse de escravos era uma das condições para levar os colonos a requerer, junto à Coroa, a posse legal da terra por sesmaria, como assinala ABREU (1998).

Porém, nem todos os requerentes conseguiram obter a quantia de terras que solicitaram, outros nem sequer obtiveram o título de sesmeiros porque coincidiam pedidos da mesma área de terra.

1.3.3.2 A ocupação das terras da margem noroeste e norte da Lagoa do Imaruí, do vale do Siqueiro e do Aratingaúba

Com as limitações apresentadas pelo solo arenoso de Laguna para agricultura, seus moradores foram atraídos pelas terras férteis da margem noroeste e norte da Lagoa do Imaruí, do vale do Rio Siqueiro e do vale do Aratingaúba, já no final do século XVIII e início do século XIX. Muitos ocuparam terrenos com agricultura e passaram a residir no local, sem requerer legalmente a terra. No entanto, outros requereram por sesmaria e também constituíram lavouras que abasteciam, em parte, o comércio de Laguna e outras cidades brasileiras, e não moraram nas terras adquiridas.

²⁰ Morador da Ilha de Santa Catarina.

²¹ Morador na Freguesia de Vila Nova.

As concessões iniciaram em 1770 com João José de Leão, morador da Vila de Laguna, o qual adquiriu 400 braças em quadra, na margem esquerda do Rio Siqueiro, no lugar que hoje compreende a localidade de Sítio Novo. Posteriormente, os lagunenses Thimótio Cordeiro e Francisco José de Bittencourt adquiriram terras na mesma localidade, porém não se tem informação do requerimento de sesmaria.

Na atual localidade de Sítio Novo, não só os lagunenses requereram a terra por sesmaria, como também moradores da Ilha de Santa Catarina, como foi o caso de Joaquim Antônio de Oliveria, em 1793. Outro posseiro do Destero foi José de Sousa Cravo, e não se tem informação do registro de sesmaria em seu nome.

Na carta de Joaquim Antônio de Oliveria, fica claro que entre o Rio Siqueiro e o Rio Aratingaúba havia, naquele tempo, muitas terras devolutas. Possivelmente, esse vazio era devido à dificuldade de se aportar com as embarcações, pois a costa da lagoa, nesse trecho, era praticamente inacessível, em função dos pântanos da planície lagunar e nela a grande concentração da vegetação de transição e mangue. Excetua-se, nesse espaço, Morretes, na atual localidade de Samambaia, onde o Embasamento Cristanino era banhado pelas águas da lagoa, contituíndo-se como um bom acesso para as embarcações e, por isso, suas terras já haviam sido ocupadas, inclusive por um membro da família Vieira da Rocha.

O vale do Aratingaúba, no entanto, foi, sem dúvida, a área de maior atração para os lagunenses, pois a disponibilidade de terras e a facilidade de acesso possibilitaram a ocupação por um número considerado de moradores da Vila de Laguna, dos quais muitos eram comerciantes.

O Capitão Francisco de Souza França, em 1788, foi o primeiro lagunense a requerer a posse por sesmaria nas terras do Aratingaúba. Detinha uma área considerada no local, com engenhos e escravos que eram empregados na lavoura para o comércio, pois ele possuía a mais importante casa comercial do Sul da Capitania. Jamais residiu em Aratingaúba, porém, de acordo com o ULYSSÉA (1976), no final do século XIX, um dos seus descendentes residia no local, o que é possível de ser constatado através de um inventário da família em 1891²².

²² De acordo com o mesmo inventário, nº 2.234/1891, o nome do descendente do referido capitão era Antônio Carlos de Sousa França, e residia na Forquilha do Aratingaúba (Arquivo Municipal de Laguna).

Alano Pereira da Silva, também residente em Laguna, já possuía um sítio no Aratingaúba na segunda metade do século XVIII. Porém, somente, após sua morte, sua esposa, Rosa de Sousa, veio a solicitar o registro de sesmaria em 1802.

Além dos sesmeiros anteriormente citados, também requereram registro de posse os lagunenses: Pedro Pires Salgado (1794), Amaro da Silveira Bittencourt (1798), Alexandre José Tavares (1799), Manoel José da Silva Cascaes (1801) João Fernandes Lima (1802) e Manoel Correia (1808).

Alguns moradores da Ilha de Santa Catarina também requereram terras por sesmaria no Aratingaúba, dentre os quais, em 1791, Demétrio Antônio Soares da Gama, que com suas embarcações negociava os produtos lagunenses na Ilha e em outros Estados brasileiros. Esse sesmeiro, ainda na primeira metade do século XIX, possuía as ditas terras, porém jamais residiu no local. Do mesmo modo, não se tem notícia de que o Cabo de Esquadra, Leandro da Costa, que possuía um terreno no local e somente veio a requerê-lo em 1809, tenha estabelecido residência em Aratingaúba. Por outro lado, Manoel Vieira da Rocha que, em 1805, requereu por sesmaria um terreno no Aratingaúba lá passou a residir, a partir de então, com sua esposa Bárbara Maria de Jesus e seus filhos²³:

Diz Manoel Vieira da Rocha morador no termo da Villa do Desterro da Ilha de Santa Catharina, que por não ter terras suficientes para seu estabelecimento, suplemento de sua família, e ocupação de seus escravos: roga a Vossa Excelência se digne conceder lhe por sesmaria no Real Nome de sua [ilegível] quatrocentas e cinco braças de terra de frente, com setecentas de fundos que se acham devolutas no Rio denominado Guaratingaúba, termo da Vila de Laguna da dependência da mesma Ilha,.... (RIO DE JANEIRO, Doc. BI 17. 267, p. 01).

De acordo com o termo de demarcação da sesmaria de Manoel Vieira da Rocha, eram seus extremeiros: Thimótio Cordeiro, Salvador Cordeiro, Antônio Rodrigues de Jesus, Agostinho dos Santos e Francisco Vieira da Rocha²⁴. Essas terras tiveram como referência o Rio Aratingaúba, porém, as citadas cartas deixam claro que parte das terras pertence atualmente para a localidade de São Tomás.

A região onde compreende atualmente as localidades de Costa de Baixo, Fazenda Rio das Garças e Recanto das Flores, na segunda metade do século

²³ De acordo com o Inventário nº 680B, de 1836 (Arquivo Municipal de Laguna).

²⁴ Não se tem informação segura quanto às residências desses posseiros. Talvez Francisco Vieira da Rocha fosse irmão de Manoel Vieira da Rocha, que recebeu o nome do pai.

XVIII, era ocupada por Manoel Silveira, João Pereira, José da Silva Mattos, Francisco da Costa, João Dias Chaves, Matteus Cardoso de Aguiar e Tomás José Freire. De acordo com os registros de sesmarias do Rio de Janeiro e Santa Catarina, somente este último requereu a posse legal da terra em 1794. Esse sesmeiro era morador da Vila de Laguna e foi Juiz Ordinário do município. Quanto aos demais, não se tem informações de suas residências.

Na localidade de Ponta Grossa, foi requerido um terreno por José Cardoso Delgado em 1789, também morador de Laguna. Eram seus extremeiros: Tomás José Freire, Manoel Ferreira, Maria Melena, Tomás Fernandes Martins, José Antônio da Costa, Manoel Fernandes Lima, José Pereria da Silva e Francisco Gonçalves Rosa. Este último comprou suas terras do Sargento-Mor Jerônimo Fransico Coelho.

Na localidade do Imarui, a primeira informação sobre a ocupação das terras, de que se tem notícia, data de 28 de fevereiro de 1774, quando Maria do Espírito Santo, filha de casal açoriano de Vila Nova e viúva de Bartolomeu Roiz Pereira, requereu por sesmaria 400 braças em quadra no local.

Nesse período já possuíam terras em Imaruí o Tenente João da Costa da Silva e o Sargento Elias [sobrenome ilegível], moradores da Vila de Laguna. Em 21 de março de 1802, o Capitão Pedro Pires Salgado, também morador de Laguna, requereu por sesmaria um terreno no local, que adquirira por compra, para legitimar a posse. Podemos conferir no próprio requerimento:

Diz Pedro Pires Salgado, Capitão de Melícias, cazado e morador na Villa de Laguna que ele para seu Estabelecimento comprou hum predio de terras já orbano na paragem denominada Maroim do Distrito de mesma Villa em cujo terreno tem o Suplicante olarias e suas lavouras, que confrontão pela frente com o mar e pelos lados com terras dos Erdeiros de Domingos Rabelo e Matheus de Andrade e fundo ao Costão tendo de frente Cento e trinta e quatro braças e quinhentas de fundos tudo possui mais ou menos o que alí se achar em cujo terreno assim confrantando recorre o Suplicante a Vossa Exelência se digne por piedade lhas conseda em nome de Sua Alteza Real por Sismaria [ilegível] as ter comprado e querer as possuir com Legítimos titulos por tanto (RIO DE JANEIRO, DOC. BI 17. 289, p. 01).

De acordo com as demais informações do referido documento, Pedro Pires Salgado já possuía propriedade no local, com olaria para fabricação de telhas. Desse modo, infere-se que havia demanda desse material para construção de casas na região. No entanto, a principal novidade apresentada no requerimento é a

refência feita à área urbana, já no início de 1802. Desse modo, fica claro que a Vila de Imaruí, no final do século XVIII, já estava constituída.

Ainda na região do atual perímetro urbano de Imaruí, foi requerida sesmaria pelos lagunenses Manoel José da Silva Cascaes, em 1812, e Sebastião Aves, em 1814. Além desses sesmeiros, possuíam terras no Imaruí: Felipe Dias de Souza, José de Moura de Oliveira, José Silveira, João de Andrade e Francisco de Souza Vieira. E, no Taquaraçutuba: Lino da Silva, Francisco Antônio de Espíndola e João dos Santos. Este último, também morador de Laguna, requereu por sesmaria um terreno, em 1806, nessa localidade.

1.4 A CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE SÃO JOÃO BATISTA DE IMARUÍ

No final do século XVIII, o local onde hoje se localiza a sede do Município de Imaruí se tornou um centro de comércio para agricultores que se fixaram no vale do Rio D'Una, do Aratingaúba e nas margens das lagoas.

A pequena póvoa comercializava seus produtos principalmente através do comércio de Laguna. Mantinha intercâmbio comercial com os tropeiros que desciam a Serra Geral, pelo Morro da Igreja, vindos da região de Lages, todo mês com seus produtos, especialmente o charque. Os "serranos", assim como eram conhecidos, desciam aquela serra e, depois, margeando o Rio Laranjeiras, cruzavam em direção à atual cidade de Braço do Norte e de Gravatal e, de lá, seguiam pela margem direita do Rio Capivari até a atual localidade de Bom Jesus, em São Martinho, e depois seguiam pela estrada do Tapado (São Tomás), em direção à localidade de Aratingaúba. Passavam por Imaruí, Vila Nova e iam até Laguna, onde vendiam os seus últimos produtos. A estrada era conhecida como a estrada dos tropeiros ou do Imaruí, conforme relata DALL'ALBA (1973)²⁵.

Na volta, os jacás retornavam carregados de mantimentos como o sal, fósforo, querosene, tecidos, panelas, louças e outros utensílios domésticos; alguns

²⁵ DALL' ALBA (op. cit.) afirma que essa estrada foi aberta por fazendeiros serranos, em meio à mata virgem, no início do século XIX. Porém, de acordo com o Livro de Pareceres da Assembléia Legislativa de Santa Catarina (Doc. 23, de 29 de abril de 1837), esse trabalho se deve a 17 moradores da Freguesia de Imaruí que ligaram Aratingaúba ao sopé da Serra Geral.

eram reservados para serem abastecidos de siri e peixe, quando passassem por Imaruí.

A freguesia também comercializava gado bovino com o Planalto Serrano Catarinense, utilizado para tração no trabalho da agricultura. Era de lá que saíam também os animais usados nas brincadeiras do boi-na-vara, nas semanas santas.

Em 1833, pelo Decreto n° 29 de 23 de agosto, foi criada a Freguesia de São João Batista do Imaruí. Este Decreto está presente na Coleção das Leis do Império do Brasil de 1833 (BRASIL, 1907, p. 28) e aqui é transcrito:

DECRETO N. 29 DE 23 DE AGOSTO DE 1833

Erige em Freguezia a Capella de S. João de Imaruhy, na Província de Santa Catarina.

A Regência Permanente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Tem Sancionado, e Manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral, sobre proposta do Conselho geral da Província de Santa Catarina:

Art. 1º A capella de S. João de Imaruhy, Districto da Villa de Laguna, na província de Santa Catharina, fica erecta em Freguezia, com a denominação de Freguezia de S. João de Imaruhy.

Art. 2º A Freguezia de S. João de Imaruhy terá por limites ao Norte a Ponta-Grossa de Cangury, ora pertencente à Freguezia de Santa Anna, e ao Sul a Ponta-Secca da Pescaria-Brava, que actualmente pertence à Freguezia de Santo Antônio dos Anjos.

Art. 3º Os Vigários da Freguezia de S. João de Imaruhy receberão as Côngruas, Guizamentos, Conhecenças e mais Benesses, que têm, ou hajam de ter os Vigários das Freguezias da Província.

Art. 4º Ficam derogadas quaesquer Leis, disposições, ou Ordens em contrario.

Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, e encarregado interinamente dos da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em vinte e três de Agosto de mil oitocentos trinta e três, duodécimo da Independência e do Império.

Durante as fases iniciais da ocupação do território de Santa Catarina, os limites dos municípios e das freguesias, aprovados pelas Leis Provinciais, eram, sem dúvidas, como relatou o Governador da Província²⁶, um golpe de vista sem necessidade de alteração dos referidos limites.

De acordo com o Artigo 2º do Decreto de criação da Freguesia de Imaruí, os pontos cardeais limitantes eram somente o norte e o sul; ao leste ficava

²⁶ Fala do Presidente da Província de Santa Catarina, Feliciano Nunes Pires, apresentando à Primeira Assembléa da mesma Província no dia 1º março de 1835.

estabelecido pelas Lagoas do Mirim e do Imaruí. Ao oeste, o limite não foi definido; ficavam os sertões devolutos e respeitados, pois lá havia a presença de índios²⁷. Os limites do oeste somente ficaram definidos com a criação da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Tubarão, pelo Decreto nº 32 de 07 de maio de 1836, que estabeleceu o Rio Capivari como divisão. A linha limítrofe do sul permaneceu a mesma do antigo território da Freguesia de Vila Nova. E, ao norte, a Ponta Grossa do Cangueri, provavelmente, em linha reta na mesma latitude até encontrar os divisores de água do Rio Aratingaúba, e seguia por aquele divisor até o limite da Freguesia de São Joaquim da Garopaba (figura 2).

Em 1839, a população de Pescaria Brava, através de reivindicações²⁸, consegue deslocar o limite sul para o Rio Siqueiro, através da Lei nº 122, de 27 de abril de 1839.

Com a Resolução nº 370, de 27 de maio de 1854 e a Resolução nº 437, de 15 de maio de 1857, os limites foram alterados. A primeira Lei anexou as comunidades de Cangueri e Praia Vermelha à Freguesia de Imaruí, deslocando o limite norte para a propriedade do Senhor Manoel de Souza Maciel e José da Silva Moiato; a segunda Lei criou a Freguesia de São Bom Jesus do Socorro de Pescaria Brava e deslocou o limite sul para a propriedade do Senhor Inácio Vieira da Rocha, próximo à foz do Rio Aratingaúba.

A Lei nº 466, de 15 de abril de 1859, alterou novamente o limite sul, passando a ser, então, para a propriedade do Senhor Antônio Teixeira, na comunidade de Samambaia. Desse modo, as comunidades de Samambaia e Tapado (atual São Tomás) passaram a pertencer à Freguesia de Imaruí.

Com o desenvolvimento da agricultura e do comércio local, Imaruí se tornou um dos mais importantes centros agrícolas de Laguna. Sua prosperidade era reconhecida, conforme relata COSTA, apud DALL'ALBA (1979, p.73):

A lavoura é variada e ultimamente se cultiva o café por modo tal que em breve se exportará. O centro é o mais rico do município. Os lugares principais são: Taquaroçutuba, Cangueri, Aratingaúba, dos quais vão ao mercado feijão, farinha, amendoim, café em grande abundância.

²⁷ Ofício emitido pela Câmara Municipal de Laguna ao Presidente da Província em 3 de outubro de 1829.

²⁸ Santa Catarina, Livro de Pareceres da Assembléia Legislativa, de 1835 a 1843.

Em algumas localidades como Taguaraçutuba, Cangueri e Aratingaúba havia considerada produção agrícola e maior acúmulo de capital. Casas de dimensões maiores foram construídas (foto 1); também foram as primeiras localidades, fora do centro da freguesia, a implantar escolas, no final do século XIX e início do século XX.



Foto 1: Casa em estilo luso-açoriano construída no final do século XIX
Local: Aratingaúba
Fonte: Pesquisa de campo (setembro de 2000)

Na década de 1880 algumas vias foram abertas, facilitando a comunicação e desenvolvimento das localidades do interior. Nesse período foi realizada a abertura da estrada, com pontes, ligando o centro da freguesia passando pela Serra de São Luiz até, à colônia alemã de São Martinho²⁹. A comunicação com os colonos alemães movimentou o comércio da freguesia e facilitou o acesso à Laguna, assim como a presença mais freqüente dos tropeiros que comercializavam os seus produtos nas comunidades e no centro da Freguesia de Imaruí.

²⁹Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco José da Rocha, em 20 de maio de 1888.

Os produtos cultivados pelos moradores da freguesia eram levados de barcos para a Vila de Laguna. Assim, o intenso tráfico dessas embarcações rumo à cidade criou sérios impasses durante a construção da ponte sobre o canal das Laranjeiras, da Ferrovia D. Teresa Cristina. Pois, os mastros dos barcos excediam à altura da ponte que estava sendo planejada. Depois de muitas discussões e troca de ofícios entre o Ministro da Agricultura, que se via pressionado pelos comerciantes da Freguesia de Imaruí e da Vila de Laguna, e os engenheiros da referida ferrovia, a ponte foi construída com um vão móvel de 20 m. Tal projeto foi seguido por uma escala de horário para a travessia dos barcos.

Na agricultura começava ser introduzida uma nova cultura, a do café; com o aumento no preço desse produto, na década de 1870, a Freguesia de Imaruí apostou no seu cultivo e na década seguinte já abastecia o comércio de Laguna, e representava um dos produtos de maior exportação.

O cultivo do café, na freguesia, na segunda metade do século XIX, impulsionou a entrada da população escrava em Imaruí (tabela 1), pois entre 1854 a 1872, o aumento da população branca não atingiu 12%, enquanto que a de escravos foi de 234%.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA FREGUESIA DE IMARUÍ, EM 1854 E 1872³⁰

Ano	Livres	Escravos	Total
1854	3.807	185	3.992
1872	4.279	618	4.897

FONTES: SANTA CATARINA (1855); COSTA, apud DALL'ALBA (1979)

Um outro fator que pode estar associado ao aumento do contingente de escravos foi a anexação das comunidades de Cangueri e Praia Vermelha, a partir de 1854, com um número significativo de escravos residentes.

A grande parte da população livre, do atual território de Imaruí, havia se instalado no início do século XIX, quando ainda existiam grandes extensões de

³⁰ Os dados referem-se à população residente na área que compreende a localidade de Samambaia à localidade de Figueira Grande.

terras devolutas. Alguns filhos de lagunenses passaram a residir na área quando se casaram, muitos dos quais com descendentes de açorianos, ocupando as terras requeridas ou comprando-as. Porém, foi de Vila Nova que ocorreu maior deslocamento da população. Esses ocuparam terras por herança, por compra, assim como por posse de terras devolutas.³¹ Também ocuparam terras em Imaruí descendentes de açorianos da Freguesia do Desterro, da Freguesia da Enseada do Brito e da Freguesia de Goropaba.³²

No final da década de 1880, comerciantes, construtores e donos de pequenas fábricas, juntamente com a Igreja, criaram um movimento emancipacionista da freguesia, que veio a se realizar em 1890, pelo Decreto Estadual n° 22, de 27 de agosto, que desmembrou Imaruí de Laguna e formou o novo município.

Os limites do Município de Imaruí eram, de acordo com a referida lei, os mesmos da época de freguesia, isto é, a área que compreendia da localidade de Samambaia à Figueira Grande.

³¹ A Lei de Terras, lei que estabelecia a posse da terra por compra, foi criada em 1850, porém já desde o século XVIII muitas terras, em Imaruí, foram adquiridas desse modo. Quanto aos registros, somente foram assegurados a partir de 1840, como consta dos requerimentos de concessões de terra por compra: Livro 1; 2; 52; 60; e 66 (Arquivo do Estado de Santa Catarina).

³² Livros de Batismo da Paróquia de São João Batista de Imaruí (CDT, 1834 - 1890).

CAPÍTULO 2 - AS ATIVIDADES PESQUEIRAS E AS MUDANÇAS NA PAISAGEM

As lagoas do Imaruí e do Mirim, sem dúvida, são a maior atração da população do Município de Imaruí. Também foram elas, juntamente com os rios D'Una, Aratingaúba e Siqueiro, que influenciaram na ocupação espacial do município pela população e na sobrevivência de inúmeras famílias desde o início da colonização, desse território.

Os primeiros moradores, na sua grande maioria, eram agricultores que pescavam para o sustento complementar de suas famílias. Alguns comercializavam o excedente, contribuindo, assim, para a renda familiar. Os que residiam nas localidades distantes das lagoas, praticavam essa atividade na entressafra da mandioca.

Esse paralelismo entre as duas atividades, pesca e agricultura, era comum ser desenvolvido por diversos grupos de moradores da zona costeira brasileira. Ao estudar as comunidades de pescadores no Litoral Norte de São Paulo, DIEGUES (1983) chamou-os de pescadores-lavradores, pois esses desenvolviam as duas atividades, sendo a pesca a de maior dedicação.

Para este trabalho, atribuiremos o nome de lavradores-pescadores a esse grupo que desenvolveu essas atividades paralelas durante um longo período, no Município de Imaruí, pois a agricultura era sempre a atividade de maior importância e a pesca uma atividade complementar, embora houvesse, em pequena escala, comercialização do pescado.

Todos os utensílios da pesca eram produzidos na casa do lavrador-pescador. No início, as redes eram confeccionadas com as fibras de tucum (*Bactris setosa*) e, na falta dessa planta, era utilizado o gravatá¹ (*Quesnelia arvensis*) (GALVÃO, 1881). A partir da segunda metade do século XIX, as fibras dessas plantas foram sendo substituídas pelo algodão. Este produto era cultivado na propriedade do lavrador e sofria todo o processo de manufatura, ou seja, era colhido, descaroçado, batido e fiado; e por fim, confeccionadas as redes. Todo o

¹ Segundo SILVA et. al. (1988), as confecções de artefatos de pesca com fibras de tucum e gravatá foram transmitidas, aos colonos portugueses, por índios destribalizados que viviam no litoral brasileiro.

processo era realizado pelas mulheres que eram auxiliadas pelos homens durante a plantação do algodão e na confecção das redes.

Embora o fio de algodão facilitasse a produção dos utensílios de pesca, no entanto, possuía pouca resistência quando permanecia por longo período em contato com a água.

Para dar maior resistência às fibras, as artes de pesca eram tingidas com ervas de anil ou a casca da aroeira-vermelha. Nas cordas de “entralho”², era utilizada a fibra da piteira (planta da família das Amarilidáceas). Os seus pesos eram produzidos de argila e cozidos em fornos de olarias ou domésticos; havia alguns pescadores que usavam ossos de bovinos como peso nas redes. As bóias eram de corticeira (planta da família das Leguminosas), e o balaio, utensílio usado para transportar o peixe, de taquara e cipó³.

A canoa, de um tronco só, a princípio, não requeria muitas técnicas, pois a facilidade de capturar o pescado fazia com que cada lavrador-pescador se aventurasse a confeccionar a sua própria. Em entrevista com Sr. Antônio Venturino, de 92 anos, morador da localidade da Prainha, ele argumentava que, quando era pequeno, as canoas “eram um verdadeiro cocho de botar massa de mandioca”⁴.

A partir da década de 40, o pescado começou a ganhar mercado e então os lavradores se voltaram mais para a atividade pesqueira, mesmo assim, ainda se confeccionavam todos os instrumentos de pesca. Houve uma retomada do fio de tucum, na confecção da arte de mar, até o surgimento do fio de algodão de produção industrial (“linha 10”), comercializado nas cidades.

A constante busca pelo pescado e o seu afastamento para as áreas mais profundas das lagoas, passou a exigir qualidade melhor das canoas. Desse modo, alguns lavradores-pescadores começaram a se especializar na técnica e arte de fabricação dessas embarcações. Mas, assim mesmo, era difícil encontrar alguém que produzisse uma canoa capaz de suportar as adversidades da natureza deparadas pelos pescadores, de vez em quando, nas áreas mais profundas das lagoas.

² Entralho é a junção do peso à rede.

³ Ainda hoje, alguns pescadores utilizam o balaio como utensílio de pesca.

⁴ Entrevista realizada no dia 05 de janeiro de 2001.

Ainda hoje é possível encontrar alguns antigos “canoeiros” nas comunidades pesqueiras de Imaruí, como o Sr. Antônio Lealcino dos Santos, 75 anos, morador da comunidade de Sítio Novo, de quem temos o testemunho:

“Eu nasci no Rio Prainha e vim para cá (Sítio Novo) com 14 ano, e apreendi a fazê canoa aqui, e apreendi sozinho. O Zé e o Roso, que são meus irmão, também sabe fazê canoa. Quando eu cheguei aqui, não tinha mais madeira boa nesses mato pra fazê canoa (canela, timbuva, caruva, e outras). Se quisesse madeira boa tinha que trazê de fora, do Braço do Norte, do Armazém, de São Martinho e outros lugar. A primera que eu fiz foi de anoizero (nogueira), fiz muita de garapuvu, mas aqui pra nossa costa, que é muito lodo, a gente fazia mais era de canela. Eu fiz canoa pra muita gente, fiz mais de 30 canoa. A única ferramenta usada era o machado, o enxadão e a enchó; mais tarde foi que eu comprei um moto-serra.” (11/12/2000)

A partir dos anos 60, o abandono das atividades agrícolas por muitos lavradores-pescadores fez surgir uma nova categoria de produção, os pescadores artesanais. Para esses, segundo SILVA (1989), a pesca é atividade principal, embora não a única. Enquanto os lavradores-pescadores utilizavam instrumentos de pesca, rudimentares, confeccionados em casa, os pescadores artesanais necessitam modernizar seus equipamentos periodicamente.

Nesse período surge o fio de nylon, de várias espessuras, com maior durabilidade. Os pesos das redes que eram de argila foram, gradativamente, substituídos por pesos de chumbo; assim como as cordas de entralhos e as bóias passaram a ser de nylon e isopor, respectivamente.

Atualmente, das 38 localidades do Município de Imaruí, 19 localizam-se em torno das lagoas, porém Ponta Grossa e Prainha são as que vivem, atualmente, quase que exclusivamente da atividade pesqueira. Os terrenos acidentados destas duas comunidades, pouco propícios à agricultura, contribuíram para que seus moradores abandonassem por completo a atividade agrícola, já nos anos 60. As comunidades de São Tomás e Fazenda São Paulo dedicam-se à agricultura ou outras atividades, somente um número reduzido de pessoas pesca. As demais podem ser consideradas mistas, isto é, uma parte da população dedica-se à pesca e outra à agricultura e/ou à pecuária. Na cidade de Imaruí, há também um número considerado de pescadores profissionais e outros que usam a pesca como atividade complementar.

As comunidades que se localizam na orla da Lagoa do Imaruí são: Sítio Novo, Samambaia, São Tomás, Costa de Baixo, Fazenda Rio das Garças, Recanto das Flores, Ponta Grossa, Ribeirão do Imaruí, Praia do Lessa, Centro, Prainha e Taquaraçutuba. E, somente sete localizam-se na orla da Lagoa do Mirim: Tamborete, Itaguaçu, Itapeva, Cangueri de Fora, Praia Vermelha, Nazaré e Fazenda São Paulo.

2.1 A PESCA DO PEIXE

A pesca do peixe é, sem dúvida, a mais antiga do município, e foi realizada por muito tempo para o sustento da família. Na safra de algumas espécies, como a do bagre, a atividade voltava-se para a comercialização e era exportado após passar por secagem ao sol.

Embora houvesse considerável quantidade de peixe, havia, contudo a preocupação, por parte dos governantes, de evitar a escassez do pescado nas lagoas, e por isso, o Estado buscava o controle das espécies, regulamentando a atividade. A fiscalização era em relação ao tamanho das malhas das redes, como também no controle de animais predadores das espécies, como o biguá (ave da família dos Carbônidas). Por isso entende-se porque, no final do século XVIII, a câmara de Laguna baixou um decreto exigindo que cada pescador apresentasse certa quantidade de cabeças de biguás por ano, caso contrário seriam penalizados (ULYSSÉA, 1956).

No século XIX, há relatos que a comercialização do peixe era realizada entre a Freguesia do Imaruí e outros países, através do porto de Laguna. No entanto, esta prática decaiu durante a primeira metade do século XX, pois havia grandes dificuldades em comercializar o produto, também, internamente. Nesse período, a comercialização do peixe ainda era bem sucedida, principalmente com os tropeiros que desciam a serra todos os meses.

2.1.1 A Pesca da Emenda

Ao logo dos anos, algumas metodologias de captura foram sendo desenvolvidas, e uma das mais antigas era a pesca da “emenda”. Essa técnica, realizada de manhã ou à tarde, envolvia grande parte dos moradores da comunidade. Geralmente, era organizada por um experiente pescador, que detinha, principalmente, boas redes e uma excelente canoa. Esse pescador era denominado capataz, pelos demais participantes. Assim, quando uma “manta”⁵ de peixe era localizada, o capataz lançava a sua rede e os outros pescadores, então, começavam a emendar a suas na principal, formando um grande círculo em volta do cardume. Quando havia quantidade expressiva de peixes, os pescadores, fora do círculo, arremessavam suas tarrafas sobre o cardume, até diminuir a quantidade apreendida. Assim, depois de algumas horas, dois pescadores puxavam, dentro da água, as duas extremidades das redes em direções opostas, em forma de caracol, até reduzir consideravelmente o círculo. Enquanto isso, os demais pescadores continuavam a tarrafejar até não haver mais peixes dentro do círculo.

Até as primeiras décadas do século XX, uma pessoa importante no sucesso da captura do peixe era o olheiro: um vigia que, de um ponto mais alto da margem ou de um morro mais próximo, observava a presença de cardumes, que os distinguia pela tonalidade na água. Ao avistá-los, imediatamente informava os pescadores. O vigia, que tinha participação no peixe capturado, geralmente era um velho pescador.

Vários antigos pescadores, como o Sr. Manoel Pedro da Rosa, 72 anos, morador de Sítio Novo, relatam esses momentos com saudade:

“Quando o capataz avistava a manta de peixe, botava a rede na água. A hora que a dele tivesse esticada, otro pescadô amarava a dele, e assim ia indo, formando uma roda. Era mais de 20 canoa, a nossa geralmente era a última a ser amarrada, porque era a rede do fecho. Depois da roda feita a gente começava a tarrafejar, o peixe que pegava na tarrafa era nosso e o que malhava na rede era dividido com o capataz”. (15/12/2000)

⁵ Para os antigos pescadores, manta é o mesmo que cardume de peixe.

Em todo o município, a metodologia da pesca da emenda era semelhante, como também a divisão do pescado, como podemos ver na entrevista realizada com o Sr. Manoel Rosa, 79 anos, morador de Praia Vermelha:

“Aqui na Praia Vermelha, quando a gente pescava de emenda, o peixe que malhava na rede era dado por meio quinhão, o que pegava na tarrafa era do pescadô. Quando a emenda era de bagre, o bagre maió era do santo e quando a emenda era de tainha tirava um quinhão pro santo. Eu já fui capataz de uma emenda com 40 homem. Cada um de nós tinha duas rede lisa, feita com fio de algodão, linha 10. A malha da rede era graderona, o miúdo passava tudo. Na minha emenda, tanto o que pegava na tarrafa como o que pegava na rede era tudo pro monte, que era dividido em parte igual. Às vezes a pessoa que apertava o lanço nós dava meio quinhão de sobra pra ele. E o santo ganhava o bagre maió. Enquanto existiu emenda, sempre existiu o quinhão do santo. Quando a gente chegava no porto, muita mulhé que tinha os marido já idoso ou mulhé viúva, esperava a gente chegá, então a gente dava um quinhãozinho pra uma, um quinhãozinho pra outra. Quando vendia o peixe pro compradô, o compradô tinha uma carroça com cavalo e então vinha no porto pegá o peixe. O dinheiro era dividido em parte igual”. (24/01/2001)

Antes de iniciar a pescaria, era acordado entre os pescadores como iria ser a divisão do pescado. Poderia ser da maneira como o Sr. Manoel Rosa relatou, no entanto, durante muito tempo, todo o peixe capturado era dividido entre os pescadores, com um “quinhão”⁶ maior para os dois pescadores que apertavam o “lanço”⁷ e outro maior ainda para o capataz. Em todas as comunidades havia um quinhão para o santo padroeiro, quando a emenda era de tainha ou o bagre maior. Em algumas comunidades o peixe do santo era vendido e o dinheiro arrecadado depositado numa caixa onde o padroeiro se encontrava; e nos dias de festas, compravam-se bebidas e bolos para dividir com o público presente. Em outras comunidades, onde a capela estava sendo construída, o peixe do santo era vendido e o dinheiro usado na obra.

A prática da emenda mobilizava os pescadores e suas famílias, pois, quando os pescadores chegavam a terra, as mulheres tinham que limpar e salgar os peixes do quinhão, que muitas vezes representava alguns balaios; posteriormente os peixes eram colocados em varais para secar ao sol.

⁶ Quinhão era a porção que recebia cada pescador envolvido na emenda.

⁷ Lanço era o cardume de peixe cercado pelas redes.

O peixe, juntamente com a farinha de mandioca, era um alimento que estava diariamente na mesa da população do em torno das lagoas. Para as comunidades do interior, como São Martinho, Rio Prainha, Roça Velha, São Tomás, Gangueri, Figueira Grande, no vale do Rio Aratingaúba e D'Una, o peixe chegava através dos atravessadores que, munidos de uma carroça ou de um carro de boi, deslocavam-se até essas comunidades. Eram sempre percebidos pelos seus berrantes que produziam um som inconfundível. Nas comunidades do interior, também havia quem possuísse artes de mar e pescasse na entressafra da mandioca, ou até mesmo nos finais de semana.

Na segunda metade do século XX, o peixe adquiriu maior participação no mercado interno, principalmente na década de 60 e 70. Nesse período, ainda havia considerável produção de algumas espécies, como a miraguaia e o “bagre cabeçudo”, que desapareceram quase por completo. Essas espécies, geralmente, eram capturadas através de “redes de emendas” ou, muitas vezes, com espinhéis⁸.

2.1.2 A Pesca do Cerco

Nas últimas décadas do século XX, a escassez do peixe nas lagoas obrigou aqueles que se dedicam a esta atividade a modernizar seus utensílios, principalmente suas embarcações. Assim, fez-se necessária a utilização de canoas motorizadas e equipamentos modernos, pois os cardumes se distanciaram da costa o que exigia maior permanência no mar na sua captura. O peixe, que antes poderia ser facilmente capturado, agora necessita de maior mobilidade do pescador. É comum alguns pescadores navegarem, aproximadamente, uma hora para encontrar um bom cardume de peixes.

Desse modo, as “emendas” foram sendo substituídas pela pesca do “cerco”, metodologia realizada, facilmente, por uma dupla de pescador, com uma canoa motorizada. Com o surgimento do fio de nylon houve facilidade na confecção das

⁸ Esse artefato de pesca foi muito usado até a década de 80, e consistia em dezenas de anzóis atados a cordas menores e essas, por sua vez, em uma corda matriz. Para atrair os peixes, a isca mais usada era estômago de gado bovino (bucho).

redes, e então cada pescador já detinha um número considerado de “ternos de redes”⁹.

Hoje, dificilmente as redes são confeccionadas na casa do pescador, pois, desde a última década, há fabricação industrial desse apetrecho, bastando somente ao pescador a arte do entralho. Encontra-se facilmente pescador, em Imaruí, proprietário de dezenas de “panos”¹⁰, totalizando, muitas vezes, 2.000 metros.

Atualmente, há pescadores que se dedicam somente à captura da tainha e da corvina. No entanto, há os que pescam camarão nos meses de setembro a março e, na entressafra, capturam o peixe.

A tainha e a corvina são espécies que entram periodicamente nas lagoas, conseqüentemente são as mais capturadas. A anchova e a cocoroca não são tão comuns, podendo levar alguns anos para entrarem em quantidades expressivas. O bagre, espécie muito capturada até os anos 80, hoje é raríssimo.

Em função da escassez do bagre e no sentido de proteger a sua desova, foi publicada a Portaria nº 042 de 18 de outubro de 1984, que proibiu a captura desse pescado no período de 01 de janeiro a 31 de março de cada ano, nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Nesse Período, todos os pescadores artesanais, associados a uma colônia de pescadores e registrados no IBAMA, têm direito a requerer o seguro desemprego, no valor total de três salários mínimos.

As espécies aparecem periodicamente em diferentes época do ano (tabela 2), no entanto, é possível que um número menor de seus indivíduos sejam capturados em qualquer época. Também é possível algumas espécies não entrarem nas lagoas no período de sua safra.

O peixe é vendido a atravessadores que, na sua maioria, são os mesmos que compram o camarão, e que comercializam esses pescados nos mercados de Laguna e Florianópolis. Uma pequena quantidade fica no comércio da cidade de Imaruí.

⁹ Um terno de rede é o mesmo que uma rede.

¹⁰ A partir do momento em que os pescadores passaram a utilizar redes de fabricação industrial, dispensaram o uso da palavra “terno de rede” e passaram a chamar “pano de rede”.

TABELA 2 - CALENDÁRIO PESQUEIRO DAS LAGOAS DO COMPLEXO LAGUNAR

Pescado	Período	Tipo de captura
Tainha	Março a setembro	Rede de cerco
Corvina	Julho a setembro	Rede de cerco e linha de mão
Anchova	Abril a junho	Rede de cerco
Bagre	Agosto a novembro	Rede feiticeira
Cocoroça	Julho a agosto	Rede feiticeira

FONTE: IBAMA – Santa Catarina

O preço pago por quilo do peixe dificilmente ultrapassa a R\$ 0,70, e muitas vezes chega a R\$ 0,50 quando é capturado em número significativo nas lagoas da região, ou ainda quando o mercado local é abastecido pelo peixe proveniente do Rio Grande do Sul.

Há pescadores que vendem o seu produto na própria comunidade ou nas comunidades vizinhas. O pescado quando comercializado desse modo pode ser vendido a R\$ 1,00 por quilo, podendo chegar a R\$ 1,70, para os visitantes. Mas, os pescadores alegam que essa forma de comercialização depende de tempo e meios, como a utilização de um veículo próprio. Assim, quando o pescado é comercializado com atravessadores locais, embora por preço inferior, sobra tempo para o pescador consertar suas artes de pesca.

2.2 A PESCA DO CAMARÃO

Embora a captura do camarão para a comercialização já seja praticada desde a segunda metade do século XIX, em Santa Catarina¹¹, nas lagoas do Imaruí e Mirim começou a ser praticada somente a partir da primeira década do século XX. Antes dessa época, a quantidade expressiva desses crustáceos nas lagoas não significava mercado para o produto. Sem muita expressão, essa nova atividade de pesca encontrava dificuldades quanto à conservação e à comercialização. O camarão tinha que ser salgado e, em esteiras de junco, seco ao sol. O produto era comercializado com atravessadores que, por sua vez, vendiam-no no porto de Laguna e tinha, como destino, principalmente as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Alguns antigos pescadores, como Sr. Carlos Santos, 86 anos, morador da comunidade de Ponta Grossa, lembram quando seus pais e vizinhos pescavam o camarão e o secavam ao sol:

“Meu pai ia ali próximo à Ilha Rasa (Ilha Pelada) e pescava somente o camarão grande, porque a tarrafa, naquele tempo, era muito gradera. A tarrafa era pequena e feita de gravatá ou de tucum. Não era muito camarão não, porque era escolhido somente aqueles bem grande. Então, ele trazia o camarão, salgava bem salgado e botava no sol, em cima de uma esteira. Era pego espalhado, e era pego aos pouquinho; e quando já tinha bastante, então o comprador passava nas casa e comprava. O camarão era ensacado e levado, em canoa, para Laguna.” (09/12/2000)

A princípio, a captura do camarão era realizada aleatoriamente, isto é, sem um ponto determinado, modalidade conhecida como “camarão espalhado”, como relatou Sr. Carlos.

No início da década de 40, a pesca do camarão começa a ganhar expressão, e surge uma nova técnica de conservação, a salga. O pescado era levado para as instalações, embora rudimentares e muitas vezes insalubres, onde era cozinhado e salgado. As mulheres e filhas dos lavradores-pescadores eram recrutadas para a limpeza do camarão e ganhavam por quantidade do produto

¹¹ Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco José da Rocha, em 20 de maio de 1888.

acabado. Com essa nova técnica de conservação, o produto não perdia muita qualidade, facilitando, assim, a sua comercialização nos grandes centros. A partir de então, o atravessador passou a freqüentar o local de captura para comprar o produto.

Dessa maneira, houve um aumento na produção a partir desse período e o camarão de porte médio passou a ser comercializado. A tarrafa que, no início da atividade, era confeccionada com aproximadamente 40 malhas de altura, e cada malha media em média 3,5 cm, passou a ter 120 malhas de altura e a dimensão da malha foi reduzida para 2,5 cm, aproximadamente.

Ainda nessa época, outra modalidade de captura do camarão muda a paisagem nas lagoas, a pesca de espera. Por volta da meia-noite, os lavradores-pescadores se dirigiam aos locais mais propícios à captura do camarão, “os pontos”, e esperavam o surgimento de cardumes, que eram conduzidos pela maré e atraídos pela claridade das luzes a querosene. Esses pontos ficavam numa distância de 500 m a 700 m, um dos outros e, em cada ponto, enfileiravam-se mais de 20 canoas, da costa para fora. Havia pescadores que, durante o dia, deixavam suas canoas nos melhores locais de captura, para reservá-los.

Ali, próximos uns dos outros, era o momento de relatar aos companheiros os pontos positivos e negativos do dia. Não era somente um lugar de trabalho, mas também de convívio. De vez em quando alguém arremessava a tarrafa e se detectasse a presença de um número significativo de camarões, avisava os seus companheiros que já estava na hora de iniciar a pescaria. Alguns pescadores preferiam trabalhar em dupla, enquanto outros, sozinhos.

Ao amanhecer, os agrupamentos, alinhamentos, movimentos e sons produzidos pelos pescadores, através das suas artes de mar, caracterizavam a paisagem das lagoas durante o período da safra do camarão.

Para muitos pescadores, a jornada, quase sempre, era determinada pelo tempo. Aproximadamente às 07h era a hora de chegar em casa, pois outra tarefa os esperava, a “roça”. Mesmo na entressafra da mandioca ou de outro produto agrícola, havia algumas tarefas domésticas para ser realizada: uma cerca para arrumar, o quintal para capinar, o pasto para limpar etc. Para os lavradores-pescadores que já haviam adiantado suas tarefas no dia anterior, a jornada se estendia um pouco mais,

com a captura do “camarão espalhado”, pois, cessando o fluxo da maré e com a presença da luz solar, o camarão tende a espalhar-se.

Antes de os lavradores-pescadores retornarem a terra, era preciso vender o seu produto aos atravessadores que, ao amanhecer, se dirigiam, de canoa, aos agrupamentos. O camarão era vendido em medidas, fabricadas em madeira. Assim, o salamim, o litro, a meia-quarta, a quarta, o meio-alqueire e o alqueire eram as medidas utilizadas, não somente na venda do camarão como no comércio de produtos agrícolas. A tabela que segue mostra as unidades básicas de medidas e valores correspondentes, adotadas pelos pescadores em geral (tabela 3).

TABELA 3 - MEDIDAS ANTERIORMENTE USADAS NA VENDA DE PRODUTOS DA PESCA E DA AGRICULTURA

Nome	Litros (l)	Quilos (kg)	Medidas
Salamim	2,5	2,5	12x12x7 cm
Meia-quarta	4,8	2,8	20x20x12 cm
Quarta	9,5	5,6	25x25x15 cm
½ Alqueire	19,2	11	30x30x21 cm
Alqueire	38	22	40x40x24 cm

FONTE: Adaptado de Pereira (1993)

Com o surgimento de latas na comercialização de certos produtos, como a de querosene, essas passaram a ser utilizadas para medir o camarão. Abertas na parte superior e furadas verticalmente, as latas eram graduadas para identificação das medidas de meia-quarta, uma-quarta e meio-alqueire. Na década de 50, o salamim e o alqueire ainda eram medidos em utensílios confeccionados em madeira.

Segundo o Sr. Carlos, uma dupla de pescador, durante uma jornada de trabalho de 8 horas, podia pegar facilmente até 20 latas, ou seja, aproximadamente 240 kg na unidade atual:

“Quando eu era novo, a gente pegava 10, 15, até 20 lata de camarão; era tudo camarão grande, os pequeno a gente soltava. O camarão era pego nessas baía, no início com tarrafa de algodão tecido em casa, depois apareceu o tucum novamente”. (09/12/2000)

De acordo com LAGO (1961), em Imaruí, no final da década de 50, era o município que apresentava o maior número de pescadores do litoral sul. Entretanto, ainda segundo o mesmo autor, os pescadores da zona de Laguna-Imaruí eram “quase todos agricultores, não se encontrando na dependência exclusiva da pesca, como se observa em relação a outros pescadores da zona de Florianópolis”. (p. 182)

TABELA 4 - NÚMERO E TIPO DE EMBARCAÇÕES EM IMARUÍ, EM 1956

Canoa bordada	Canoa comum	Canoa borda lisa	Baleeira	Batelão	Barco a motor
-	2.350	-	5	680	-

FONTE: LAGO (op. cit., p. 173.)

Podemos observar na tabela 4 que o número de embarcações do Município de Imaruí era significativo na década de 50 e a grande maioria era utilizada na pesca do camarão. No entanto, não havia embarcações motorizadas, pois essas começam a aparecer na segunda metade dos anos 60. O número significativo de batelões, canoas mais curtas e pesadas, denotava pescaria mais ao longo da costa, assim como as baleeiras, que possivelmente eram utilizadas no transporte de mercadorias.

Com a instalação de grandes frigoríficos na região de Laguna, tendo como produto final, para exportação, o camarão enlatado, a farinha de camarão, a pasta de camarão, o molho de camarão, etc., a procura pelo pescado se intensificou e muitos lavradores-pescadores abandonaram por completo as atividades agrícolas. A partir de então, o número de pescadores, no Município de Imaruí, se elevou ainda mais. Desse modo, a pesca passou a ser, para muitos, o único meio de sobrevivência e as lagoas o único meio de produção.

Com efeito, no decorrer dos anos, começaram a aparecer modalidades predatórias, na captura do camarão. LAGO e GOUVÊA (1968), ao estudar a atividade pesqueira em Santa Catarina no final dos anos 60, depararam-se com um preocupante sistema de captura praticado por pescadores de algumas comunidades de Imaruí. Tratava-se da captura através do arrastão:

A prática do "rolo" ou arrastão de canoas motorizadas, aplicada à captura de camarão resulta, pela insistência e pela quantidade de participantes, numa difusa e quase constante movimentação desse fundo. Rompida a condição de "tranqüilidade", indispensável para a função do ambiente-viveiro, a dizimação é alarmante. (p. 19)

Na verdade, essas práticas predatórias, principalmente com malhas de tamanhos reduzidos, passou a acontecer a partir das instalações dos frigoríficos na região de Laguna. Utilizavam o pescado em fase de crescimento, proveniente das salgas do em torno das lagoas, na fabricação de farinha, pasta e molho de camarão, destinados à exportação.

Na década de 60, algumas mudanças ocorreram na estrutura da pesca, como a introdução do fio de nylon e as instalações de motores, dando maior autonomia nas embarcações, mas, ainda de acordo com LAGO e GOUVÊA (op. cit., p. 57), diversas comunidades, como Sítio Novo e Cangueri de Fora, foram enquadradas, por eles, nas comunidades de nível "C". Tais comunidades apresentavam problemas no processo de desenvolvimento local, como:

Melhoria pouco sensíveis na capacidade de captura. (...) Comercialização crescente mas reduzido afluxo de renda aos pescadores não detentores de grandes redes e embarcações. Sem a evolução paralela de indústrias locais, a comercialização é fortemente controlada por intermediários. Acentuada evasão de recursos humanos com resultados econômicos válidos mas geradores de problemas sociais e educacionais.

A comercialização dos recursos pesqueiros, em Imaruí, principalmente nos anos 60 e 70, foi fortemente marcada pela presença de atravessadores que manipulavam os pescadores de acordo com os seus interesses. Assim, era comum atravessadores depositarem o dinheiro da venda do produto no Banco e pagar os pescadores alguns meses depois, utilizando o juro do dinheiro aplicado; outros possuíam armazém (venda), onde o pescador comprava seus produtos alimentícios, muitas vezes com preço superior ao de mercado. Desse modo, mantinha-se uma relação de poder entre atravessador e pescador, entretanto o atrelamento era inevitável, e muitos pescadores ficavam num "beco sem saída". Porém, não podemos negar que havia atravessadores, proprietários de armazéns, que facilitavam a venda de produtos durante o inverno para cobrar somente no verão, na compra do camarão¹².

¹² Entrevistas realizadas com diversos antigos pescadores.

Na época, uma das mais importantes indústrias de processamento de pescado, camarão, siri e peixe, localizava-se no centro de Imaruí, a Inpesca S. A. Com capacidade de armazenagem de 30 toneladas de produto pronto e câmara de resfriamento com capacidade para 10 toneladas, utilizava a força de trabalho de aproximadamente 300 pessoas no período de safra (LAGO e GOUVÊA, 1968).

Foi nesse período que também surgiu a primeira e única Cooperativa de Pescadores no Município de Imaruí¹³. Fundada por pescadores da comunidade de Sítio Novo, a cooperativa tinha, entre outros, o objetivo de receber o produto da pesca dos seus sócios e vendê-lo a preço justo; fornecia ao pescador o necessário para a sua profissão e produtos alimentícios básicos à sua família.

Entretanto, no início dos anos 60, a organização através de cooperativas ia de encontro ao projeto industrial pesqueiro que se fazia presente em âmbito nacional. Paralelamente, o Governo do Estado promoveu financiamentos visando ao fortalecimento de algumas pequenas unidades manufatureiras. Para SILVA (1992, p. 148) essa era mais uma estratégia do capital promovida pelo Estado:

Na verdade, a medida tinha como finalidade impulsionar o advento do processo de divisão do trabalho no setor pesqueiro, já que essas unidades, espacialmente dissociadas, articulavam-se às grandes manufaturas, funcionando, assim, como se fossem verdadeiros "departamentos" do nascente processo industrial que se gestava no litoral catarinense.

Assim, contrariando interesses da classe dominante, a organização dos pescadores resistiu somente dois anos de pressão política. O embargo iniciou com o descontentamento dos políticos locais que se mobilizaram no sentido de dissolver a cooperativa, pois a organização dos pescadores era vista como ameaça ao sistema vigente.

No seu romance, "Em terra estranha", Josino do Amaral (1998), utilizando personagens fictícios, relata a real história dessa organização de pescadores de Sítio Novo, assim como toda a manipulação e a sua destruição pelos políticos locais.

A idéia do governo em criar, nos anos 60, através da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), uma pesca empresarial-capitalista (DIEGUES, 1983), promoveu, a partir de então, através de incentivos fiscais

¹³ A Cooperativa dos Pescadores de Imaruí foi idealizada pelo Deputado Estadual Paulo Stuart Wright, desaparecido misteriosamente em 1973, durante o Regime Militar.

instalações de diversas indústrias pesqueiras e a compra de veículos para transporte do produto. Entretanto, o Serviço de Inspeção dos Produtos Agropecuários e Materiais Agrícolas (SIPAMA) exigia que os frigoríficos, assim como as salgas de menor porte fossem instaladas com rigoroso processo de higienização: câmaras frias, ladrilhos, pasta de cimento, mesas de inox, além de vestimenta adequada para manipulação do produto (CODESUL, 1968). Assim, a Inpesca S. A., que foi uma das beneficiárias do processo modernizador pesqueiro, investiu cerca de 80 milhões de cruzeiros a partir de 1964, com as renovações de suas instalações (LAGO e GOUVEIA, 1968).

No entanto, alguns pequenos proprietários de salgas, não tendo condições de se adaptar às regras do SIPAMA, por não possuírem condições financeiras, tiveram que abandonar por completo essa atividade. Em Imaruí, assim como em outros municípios do em torno do Complexo Lagunar, algumas salgas resistiram, mesmo que de forma precária, aos padrões de higienização do SIPAMA, produzindo considerada quantidade do pescado (tabela 5).

Os pequenos pescadores, que eram responsáveis por grande parte da produção de pescado, ficaram somente com pequena parte dos grandes recursos destinados às grandes empresas de pesca (DIEGUES, op. cit.).

TABELA 5 - UNIDADES INDUSTRIAIS PARA PRODUÇÃO DE CAMARÃO NO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, NO PERÍODO DE 1940 A 2000

Local	Proprietário	Período (aproximado)
Sítio Novo	Theodoro Gutear	1942 – 1948
	Juvêncio Joaquim Pereira	1953 - 1973
	Avelino Freitas Izidorio	1973– 1985
	Pedro de Sousa Cardoso	1975 - 1990
Samambaia	Januário J. Alves dos Santos	1942 – 1963
	Manoel Maria Benta	1944 -1971
Ponta Grossa	Francisco Lemos	1943 – 1970
	Arnaldo Vargas	1973 – 1982
Praia do Lessa	Braz João Lino	1965 - ¹⁴
Centro	Álvaro Catão	1940 – 1974
	Juvêncio Joaquim Pereira	1972 – 1981
	Jorge Fermiano	1975 - ¹⁵
Prainha	João José Vieira	1980 – ¹⁶
Taquaraçutuba	João Madalena	1940 - 1970
Cangueri de Fora	José João Lino	1953 – 1975

FONTE: Pesquisa de campo.

Alguns pescadores, mesmo na safra do camarão nas lagoas do Complexo Lagunar, migraram para o Estado do Rio Grande do Sul, em busca de maior quantidade do produto. De acordo com LAGO e GOUVEIA (1968), esses pescadores são conhecidos como “pescadores-andorinhas”¹⁷. A pesca nas lagoas do Rio Grande foi incentivada por atravessadores que financiavam as viagens dos “andorinhas”, fornecendo-lhes caminhões, nos quais eram transportados todos os Instrumentos de pesca, como botes, redes, liquinhos, madeira para a pesca e construção de barracas e outros apetrechos necessários.

LAGO E GOUVEIA (op. cit., p. 75), ao estudarem as condições dos pescadores-andorinhas de Santa Catarina, salientaram que:

¹⁴ Essa salga ainda se encontra em atividade, mas processando siri. Seu proprietário é Paulo César dos Santos.

¹⁵ Essa salga, atualmente, processa moluscos e pescados de outras regiões do Estado e pouquíssimo frutos das lagoas do Complexo. Hoje, sua proprietária é Mari Helena Alves Marques.

¹⁶ Embora com pouca produção, essa salga ainda se encontra em atividade. Atualmente seu proprietário é José Cassimiro de Sousa.

¹⁷ De acordo com LAGO e GOUVEIA (op. cit.), durante os anos 60, os “andorinhas” migravam para o Rio Grande para captura da tainha.

Embora possibilite rendas maiores, nem todos os participantes as aplicam racionalmente nas comunidades onde têm residência. Muitos retornam, invariavelmente, com as mãos abanando, após gastos supérfluos efetuados nas áreas para onde migrou. Muitos deixam a família em situações de penúria, forçando a evasão escolar de filhos menores que são impedidos a ajudar a manutenção doméstica.

Todavia, sem condições próprias de ir para o sul, os pescadores foram manipulados por alguns atravessadores, os quais formavam cartéis quanto ao preço do camarão; assim, os pescadores, embora capturando quantidade significativa do produto, ganhavam somente para a sua despesa ou da família. Porém, houve quem conseguiu faturar o suficiente para reformar sua casa ou comprar novas redes e embarcações no retorno às localidades de origem.

Embora essa atividade não seja tão comum nos últimos anos, já foi praticada por muitos pescadores do município. E, atualmente, é na comunidade de Ponta Grossa que há o maior número de pescadores-andorinhas do Município de Imaruí.

2.2.1 A Pesca do Aviãozinho

Alguns pescadores-andorinhas, ao retornarem à pesca nas lagoas do Complexo Lagunar, trouxeram uma nova modalidade de captura do camarão, a pesca com rede de saco, fixa com atração luminosa. Essa técnica é baseada na rede de saco utilizada na captura desse crustáceo no Rio Grande do Sul. Com algumas adaptações, o apetrecho ficou conhecido como a “rede de aviãozinho” e foi utilizado pela primeira vez na comunidade de Ponta da Laranjeira, no Município de Laguna, no início da década de 70.

A partir de então, paulatinamente, foi sendo disseminada nas lagoas de Santo Antônio e do Imaruí pelos pescadores das comunidades do Município de Laguna. A princípio, os de Imaruí foram contrários à nova modalidade; houve revoltas por parte de alguns, com confrontos diretos, resultando em mortes de pescadores residentes na localidade de Cangueri de Fora, Município de Imaruí.

Em 1976, a SUDEPE publicou uma Portaria (nº 08/76), posteriormente substituída pela Portaria nº 011/81, no sentido de organizar a pesca com redes de saco nas lagoas do Complexo Lagunar. Os pescadores de Imaruí, depois de muitas

reivindicações, conseguiram fazer com que outra Portaria (nº 053/83) fosse emitida, com a finalidade de proibir essa nova técnica de captura. A reação por parte de pescadores de Laguna se agigantou e, com ajuda de certos políticos, a Portaria nº 010/88 consolidou a implantação da pesca do aviãozinho.

Nesse novo sistema de captura, as redes são amarradas em vários bambus onde, no centro de cada grupo de quatro ou seis redes, é fixado um lampião ou liquinho; o conjunto é chamado de ponto. Os lampiões e as redes são dispostos em linhas retas, com equidistância de aproximadamente 30 m; formam fileiras laterais de aproximadamente 100 m, semelhantes a um loteamento. Alguns locais também foram determinados pela Portaria nº 010/88, com ampliação de vários outros espaços após sua publicação.

Desse modo, a partir da implantação dessa nova modalidade de pesca, as lagoas do Complexo Lagunar ganham uma nova característica, a de uma cidade. O poeta catarinense Alcides Buss, assim a descreveu em uma de suas poesias:

Um outro mundo eu vi em Maruí.

Imaruí

O mar, ali, tentador, de luzes mil ou melhor, traçado de luz como um traçado de cidade com suas ruas, quadras e casas. Imaginei estrelas, em cada luz um homem, cada homem em seu lugar na noite, centro de pequenos mundos e de longe a quem viaja tudo uma visão, fantástica visão!

Mas o que serão as luzes do mar de Imaruí?

Outro dia em viagem perguntei a um cidadão

- em casa luz há uma coca, armadilha, e a luz atrai pra ela o camarão. As cocas são de pesca não legal e têm uns donos, cada dono é de vinte, trinta deles, e empregados...

Oh que mundo! O mar aí à noite uma cidade – quadras, ruas e casas, encobre com poesia a exploração do homem, a apropriação vil, a depredação da natureza.

Ah, que lindo, olhalá

Sob a noite o pacto criminoso, a sina imoral! Você já viu o mar de Imaruí? Vão dizer, que coisa linda, que poesia! Num restaurante Alguém talvez faça um brinde ao rei Falcão, à estrela Vera Fischer, ou

Ó maravilhas do mar de Imaruí lá, é bico-curto (me disse um cidadão no ônibus), senão... e há votos, muitos votos de cabresto.

Alguém dirá, que ironia! Quantos poetas não farão Como o mar de Imaruí!

Oh que lindo

Oh que lindo

(BUSS, 1990, p. 23)

Cada ponto é determinado pelo IBAMA, através de concessões, que são renovadas anualmente. Assim, cada pescador tem direito na concessão de somente um ponto, com seis redes. Porém, com a falta do pescado nas lagoas, alguns pescadores dessa modalidade alegam que atualmente, no mínimo, são necessários quatro pontos para manter-se na atividade. Assim, alguns pescadores registram áreas em nome de seus familiares ou compram pontos, ilegalmente, de quem abandona a atividade.

Houve período em que algumas pessoas influentes na região possuíam concessão de pontos através de cadastro de pescadores profissionais e as empregavam nessa atividade, como é registrado na poesia de Buss.

Atualmente, centenas de pescadores de Imaruí já se adaptaram à pesca do aviãozinho. Desse modo, essa modalidade foi a que mais cresceu nos últimos anos. Segundo o IBAMA (2001), estima-se que há em operação em torno de 30.000 a 35.000 redes, no Complexo Lagunar (foto 2).



Foto 2: Pesca do aviãozinho
Local: Lagoa do Imaruí
Fonte: Pesquisa de campo (janeiro de 2001)

Com a pesca do aviãozinho, surgiu uma série de casas de comércio na cidade de Imaruí, Imbituba e principalmente em Laguna, que fornecem materiais para essa pescaria, como pano de rede, corda, bóia, liquinho, etc. Um outro setor que foi privilegiado com este tipo de pesca foi o comércio de gás de cozinha, pois, durante uma única noite de pesca, é possível serem consumidos, aproximadamente, 8.000 kg de gás, nas lagoas do Complexo. Um outro segmento que lucrou com o aparecimento dessa modalidade foram as lojas de motores de embarcações; a motorização é necessária em função do peso das artes, como liquinho e redes, e da longa distância das áreas de pesca afastadas da costa.

Em função do grande volume de apetrechos necessários para a pesca do aviãozinho, foram introduzidos outros tipos de embarcações nas lagoas, o bote e a bateira. Com dimensões propícias, essas embarcações, construídas de tábuas, também vieram resolver outros problemas como a falta de madeira e de pessoal para confecção de canoa de um tronco.

A partir da metade do ano de 2001, alguns pescadores começaram a substituir o lampião, usado nas redes para atrair o camarão, por baterias de automóvel com lâmpadas apropriadas. Esta técnica, segundo os pescadores, é mais viável economicamente, pois basta comprar um carregador de baterias, às vezes em sociedade com outros pescadores, e carregá-las diariamente. O gasto com energia elétrica, dessa maneira, é muito inferior ao do gás.

Entretanto, essa nova técnica poderá ampliar o poder degradador dessa atividade, pois, barateando os custos de produção, será possível que aumente o número de redes nas áreas não legalizadas. Será ainda pior se o fundo das lagoas se transformar futuramente em um lixão de baterias inutilizadas.

2.2.2 A Pesca do Engodo

A crescente escassez do camarão, no final dos anos 70, levou alguns pescadores a usarem casca do siri moída para atrair a espécie. A experiência agradou aos pescadores que aos poucos foram juntando alguns produtos à casca do siri como, o peixe, a farinha de mandioca, a ração de ave e a areia. Os primeiros

são cozidos e misturados aos outros componentes, e o conjunto ficou conhecido como engodo.

No início desta prática havia captura de peixe de porte pequeno, variando entre 5 a 10 cm de comprimento. Cada pescador capturava, em média, 10 kg que eram utilizados no preparo do engodo. Numa comunidade de pescadores, como Sítio Novo, em um único dia era possível pegar 1.000 kg de peixes em fase de crescimento, nas baías lamíticas e nas desembocaduras de córregos.

Os pescadores lançam o engodo na água para atrair o camarão e, para não perder a localização exata da isca, fixam um alinhamento de varas com eqüidistância de aproximadamente 10 m. As varas podem ser bambus ou outras espécies nativas como a aroeira, a maria-mole, a figueira-do-brejo e o mangue, entre outras. O conjunto de varas ficou denominado de carreiro. Assim, cada carreiro pode ter de 20 a 50 varas, e cada pescador chega a ter 2 ou 3 carreiros. Quando a maré está alta é preferível pescar próximo à costa, ou a uma distância aproximada de 3 km quando a maré se encontra baixa.

No início, os pescadores levavam as varas e as fixavam alguns minutos antes da pescaria, e as retiravam depois. Com o passar do tempo, esta prática foi se perdendo, e hoje os pescadores deixam as varas na lagoa. Essa modalidade é muito utilizada na costa oeste da Lagoa do Imaruí, nas áreas de baixa profundidade. Na Lagoa do Mirim, por ser mais profunda, a pesca do engodo não foi implantada.

O fator mais preocupante dessa modalidade é a dimensão das malhas das tarrafas que chegam, em muitos casos, a medir 1,3 cm. Com esse tamanho de malha a tarrafa pode capturar camarão de 2,5 cm de comprimento. Assim, houve período em que era comum alguns pescadores pegarem até 50 kg de camarão com tamanho não superior a 5 cm por indivíduo. Esses casos, embora atualmente raros, acontecem no início da safra, devido às dificuldades financeiras decorrentes do inverno para os pescadores. Mas, isto não justifica a degradação cometida. Prática mais absurda ainda é a realizada por certos atravessadores que compram esse pescado e o revendem nas cidades mais próximas para a produção de molho.

2.2.3 A Pesca do Jerivá

O jerivá ou berimbau, como é conhecido por muitos, trata-se de uma pesca introduzida no final dos anos 80. Consiste em capturar o camarão através de uma espécie de tarrafa de arrasto que é puxada pelo pescador embarcado ou de dentro da água. É um instrumento semelhante a uma tarrafa de arremesso, porém, possui uma carga de chumbo mais pesada. Não é necessário arremessá-lo e sim, arrastá-lo. Assim como as tarrafas utilizadas na pesca do engodo, o jerivá, muitas vezes, é confeccionado com malhas de 1,3 cm de dimensão. É considerada uma pesca predatória, pois, além de capturar indivíduos em fase de crescimento, remobiliza o fundo lagunar, extraindo as algas macrófitas fixas no sedimento lamoso. Com efeito, de acordo com os pescadores, essas algas estão diminuindo sua produtividade e, como são essenciais para a alimentação de diversos seres do mar, futuramente, está prejudicada significativamente a produção de pescado.

A captura é praticada principalmente durante o dia, pois é necessário que haja visibilidade para que a rede não sofra danos. É modalidade de captura do ano todo, usada por muitos pescadores, porém dificilmente como modalidade única.

Em entrevista com diversos pescadores de Imaruí, que praticam diferentes modalidades de captura, a pesca do jerivá é considerada pela maioria dos pescadores como a de maior impacto ambiental, em atividade. Das comunidades pesqueiras do município, Prainha parece ser atualmente, aquela que mais faz uso da pesca do jerivá.

2.3 OS CONFLITOS EXISTENTES NA ATIVIDADE PESQUEIRA

Existem diversos tipos de conflitos na atividade pesqueira no Município de Imaruí. São eles relacionados à poluição, à restrição ao livre acesso em algumas ilhas e praias, à luta entre pescadores de distintos tipos de pesca e com a Polícia de Proteção Ambiental/IBAMA. A seguir, algumas dessas principais são apresentadas.

2.3.1 Conflito Entre Pescadores e Atividade de Rizicultura

Ao logo dos anos, a fauna, a flora e, mais indiretamente, os pescadores das lagoas do Mirim e do Imaruí vêm sofrendo agressões pelo uso intensivo de agrotóxicos utilizados nas lavouras de arroz cultivadas nas margens das lagoas, principalmente no vale do Rio D'Una. Além do cultivo do arroz nesta bacia, há também nas margens do Rio Siqueiro, Rio Aratingaúba e Ribeirão do Saco Grande.

De acordo com LOPES (1998), a produção de arroz na bacia do Rio D'Una tem originado, anos após anos, grandes concentrações de metais pesados nas águas desse rio e na foz de sua bacia, na Lagoa do Mirim. Dentre os metais analisados pela autora, as concentrações de Cu, Ni, Zn, e Cd são, em muitos locais do rio, superiores aos limites estabelecidos pela Resolução nº 20/86 do CONAMA.

A concentração desses metais pesados nas águas do Rio D'Una e na Lagoa do Mirim acarreta conseqüências para a pesca nessa lagoa. Os pescadores e a população das localidades da orla da Lagoa do Mirim se queixam freqüentemente desse problema, como podemos perceber na entrevista realizada com o Sr. Manoel Rosa, 79 anos, Morador de Praia Vermelha: "Eu já pesquei e também comprei muito peixe que não deu de comer, tinha um cheiro muito forte de pó-de-gafanhoto. Muitas vezes, a gente compra e tem que jogar fora, isso faz muito mal à saúde".

Na década de 90, na comunidade de Praia Vermelha, muitas pessoas apresentaram sérios problemas de saúde, decorrente do pescado consumido; tais fatos foram matéria de reflexão e advertência ao público em jornal como a realizada pelo Diário Catarinense na época:

...Quem se alimenta com as corvinas e acarás capturados nas redes apresenta febre, erupções da pele, vômito e diarreia. (...) Na segunda-feira, a menina Suelem Pereira Marques, 3 anos, amanheceu com febre e um vômito esverdeado. Foi levada ao Hospital São João Batista, em Imaruí. A mãe, Alexandra, conta que o diagnóstico médico apontou infecção intestinal. Já o pescador Santilino Antônio Jerônimo, 62 anos, tem erupções na pele e contam que é comum o aparecimento de feridas na boca. (ALMEIDA, 1993)

Mortandades significativas de peixes, ao longo da costa, aconteceram com freqüência, principalmente na desembocadura do Rio D'Una, também denunciada pelos meios de comunicação como a que segue:

Sob a ponte do rio D'Una, na quarta-feira, dezenas de tainhas apareceram mortas na água, próximo às margens. No mesmo ponto existe grande tubulação que retira da lavoura uma água amarelada, que vai para o rio e, na sequência, para a lagoa Mirim, onde o D'Una desemboca em seguida. (ALMEIDA, op. cit.)

De acordo com INPH (1992) os peixes da Lagoa do Mirim, analisados durante a realização do Projeto Provida, continham grande concentração de metais pesados, incluído o chumbo, nos seus órgãos internos. No entanto, nenhuma medida foi tomada, por parte do governo, para amenizar o problema.

2.3.2 Conflito Entre Pescadores de Diferentes Modalidades de Captura do Pescado

Com a progressiva escassez do pescado, vem ocorrendo uma disputa territorial entre os pescadores que praticam as diferentes modalidades de captura, com efeito, uma série de conflitos tem ocorrido nos últimas décadas.

A pesca do aviãozinho é o principal problema enfrentado pelos capturadores de peixes, pois, a grande quantidade de bambus cravados nas lagoas, para fixarem os liquinhos, redes, e baterias se transforma em um verdadeiro obstáculo para o cerco do peixe, conforme relata J.P.R.¹⁸, morador da localidade de Sítio Novo: “não tem mais lugar para pescar peixe; é bambu pra todos os lados, em muitos lugares a gente perde o cardume porque não dá pra fechar o lanço”.

Em contrapartida, “os peixeiros” são apontados pelos pescadores de camarão, que utilizam o aviãozinho, como o principal entrave na atividade, conforme as palavras de V.S.T., pescador da localidade de Ponta Grossa: “os peixeiros passam por cima da rede, cortam a rede com a hélice da canoa, deixando a rede numa verdadeira corda”. Entretanto, os pescadores que capturam camarão com aviãozinho, nas áreas legais, acham-se no direito de pescarem à vontade, em função das concessões dos pontos. Já os peixeiros vêem o seu “território” cada vez mais restrito.

Os pescadores de camarão que não conseguem espaço nas áreas legalmente concedidas pelo IBAMA, para a pesca do aviãozinho, pescam em locais

¹⁸ Para este trabalho, abreviamos os nomes dos pescadores que ainda estão na atividade.

impróprios para essa modalidade, junto à costa, nas baías lamíticas, onde se encontra outro grupo de pescadores, também de forma ilegal, os que utilizam engodo. Os que praticam esta última modalidade, sentem sua área de pesca invadida pelos que fazem uso do aviãozinho fora da baliza, próximos aos carreiros, e as luzes dos liquinhos atraem o pouco pescado que há na área. Desse modo, ocorrem constantes conflitos entre os pescadores das distintas modalidades de pesca.

Por fim, em menor intensidade, os pescadores que utilizam jerivá têm problemas com os pescadores da pesca do engodo e da pesca do aviãozinho, fora da área legal, em função da disputa territorial e também da quantidade de varas cravadas nas lagoas e que danificam seus apetrechos.

2.3.3 Conflito Entre Pescadores e a Polícia de Proteção Ambiental/IBAMA

Os pescadores que fazem uso de modalidades consideradas predatórias, como a aviãozinho fora da baliza, o engodo e o jerivá, periodicamente, têm conflito com IBAMA e a Polícia de Proteção Ambiental¹⁹, órgão responsável pela fiscalização da pesca, que apreende suas redes e tarrafas, juntamente com o camarão capturado.

Quando os fiscais são percebida pela população “em terra”, alguns sinais são emitidos com faróis de carros, tiros de foguetes, etc. Porém, quando estes fiscais são auxiliados por pescadores contrários à pesca do aviãozinho, o flagrante é inevitável.

É comum encontrarmos, em Imaruí, pescadores revoltados com o IBAMA, como A.P.S., morador de Sítio Novo:

¹⁹ O posto do IBAMA e da Polícia de Proteção Ambiental, 3º Batalhão, que atua nas lagoas do Complexo Lagunar, localiza-se em Laguna.

“Uma noite eu tava pescando ali no correr da Ilha Pelada, mais ou meno 150 m da costa, fora da baliza. A Ambiental apareceu de repente e apreendeu as 8 rede que eu tava pescando. No mesmo ano, levaram mais 12 rede; e no ano seguinte apreendeu uma vez de 6, a outra de 15 rede. No total, a Polícia Ambiental apreendeu, somente de mim, 41 rede, num período de 2 ano. Em toda às vezes eles levaram o camarão, disseram que iam doá para as creche. Foi um fracasso, eu não dava conta a comprá rede e o IBAMA levá, até que, depois da última vez que foi pego, desisti da pesca do aviãozinho, fora da baliza.” (11/09/2000)

Uma tarrafa ou um conjunto de redes apreendidas significa para o pescador, como argumentou A.P.S., um fracasso, porque uma tarrafa pode valer R\$ 200,00 e cada rede, R\$ 100,00 quando novas; assim, uma única noite pode representar vários meses de trabalho.

A recuperação das artes de mar é lenta. Geralmente o pescador se desfaz de alguns objetos que comprou durante os bons períodos de pescaria; outras vezes, o próprio atravessador financia as redes, induzindo o pescador a continuar nessa modalidade clandestina, garantindo o atrelamento durante algumas safras.

2.3.4 Conflito Entre Pescadores e Ocupantes das Terras de Marinha

A especulação imobiliária, embora em pequena escala no município, mas que vem acontecendo de forma crescente, tem trazido problemas aos pescadores em função do isolamento de certas áreas de acesso às lagoas. Do mesmo modo, os pescadores estão sendo proibidos de entrarem nas ilhas das lagoas, principalmente nas do Imaruí. Ocupadas pela classe média proveniente de outras cidades, que as utilizam como locais de lazer nos finais de semana, os pescadores não podem mais se abastecer com água e tampouco se abrigarem das constantes chuvas e tempestades (foto 3).

Apesar de serem as ilhas patrimônio da União, muitos “doutores” ocupam-nas sem possuir a concessão. A primeira forma de advertência aos pescadores que eles usam é a distribuição de algumas placas de “Área Particular”, “Entrada Proibida” e “Cuidado com os Cães”. Na seqüência, um caseiro corajoso e uns bons cães das raças Dobermann ou Pastor Alemão completam o cenário das ilhas dos “doutores”, como assim são denominadas. Alguns pescadores, na tentativa de usarem do seu

direito, são atacados freqüentemente por esses cachorros, a ponto de receberem atendimentos hospitalares pelos ferimentos sofridos.



Foto 3: Ilha Vieira - no passado era local de abrigo e abastecimento de água para pescadores, hoje está ocupada por moradores de Tubarão que impede o acesso de pescadores no local.

Local: Lagoa do Imaruí

Fonte: Pesquisa de campo (dezembro de 2001)

CAPÍTULO 3 - AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E URBANAS E AS MUDANÇAS NA PAISAGEM

3.1 A PAISAGEM RURAL

Desde a ocupação de Imaruí, a agricultura sempre se configurou como a principal atividade econômica. Tendo como base um sistema de policultura, os lavradores cultivavam, até primeira metade do século XX, produtos que remontavam aos dos colonos açorianos e lagunenses. O algodão era cultivado em todas as propriedades, empregado no uso de redes de pesca e principalmente, em teares próprios, eram confeccionadas roupas de vestuários e de cama. O trigo, em menor escala, foi cultivado até a década de 1940 em algumas localidades; nesse período, dificilmente se comercializava o produto, sendo utilizado mais no consumo do lar. O linho ainda era cultivado em 1916 no município, e destacava-se como um dos produtos de exportação (SANTA CATARINA, 1916); depois dessa data não se tem mais informação desse cultivo em Imaruí. Há notícias de que as dificuldades na sua comercialização, aliadas ao baixo preço do produto, desestimularam o seu plantio.

A mandioca era o cultivo de maior expressão e compreendia mais de 60% das terras cultivadas de Imaruí. Somente as áreas de grotões e as encostas íngremes eram reservadas para a vegetação nativa; as demais eram utilizadas no plantio desse gênero e, em menor quantidade, com outros cultivos. Essa prática de uso do solo era comum em diversas regiões ocupadas por colonos açorianos e seus descendentes, como foi observado em Biguaçu por WOLFF (1995), ao estudar algumas comunidades daquele município.

Toda a produção de mandioca era transformada nos diversos engenhos que havia no município. Desse tubérculo, quase tudo era aproveitado: a “raspa” e a “caroeira” eram convertidas em alimentos para animais domésticos; o polvilho e principalmente a farinha constituíam a base da alimentação da população, desde a chegada dos primeiros colonos. Em quase todas as refeições, a farinha estava

presente na mesa do imaruíense. Assim, uma boa parte era reservada para o consumo familiar¹ e o excedente, comercializado.

Os engenhos constituíram importantes marcas na paisagem de Imaruí. Faziam parte do dia-a-dia dos moradores do município e movimentavam grande parte da economia local. Segundo PEREIRA (1993), essas importantes estruturas foram herança da cultura açoriana, que a partir dos engenhos de moer milho e trigo, os colonos adaptaram-nos à fabricação da farinha de mandioca, atividade desconhecida por eles mas que fazia parte do dia-a-dia dos índios Carijós que habitavam a zona costeira. Afirma o autor: "...devemos ao colonizador açoriano o desenvolvimento da tecnologia de produção da farinha de mandioca dando-lhe uma dimensão industrial com a utilização de um maquinário, por ele idealizado, e que, oportunizou uma rentabilidade revolucionária para a época." (p. 123)

Mesmo rudimentares, essas construções exigiam, até meados do século XIX, sólida condição financeira dos lavradores, muitos dos quais possuíam significativa quantidade de terras e bom número de escravos que empregavam nessa atividade. VÁRZEA (1984, p. 184), afirma que algumas dessas condições também eram observadas na Ilha de Santa Catarina:

Só possuem engenhos de farinha ou de cana os lavradores remediados ou mais abastados, porque esses aparelhos, posto que primitivos e simples – como são todos da Ilha – demandam todavia um dado capital para o seu estabelecimento e a construção de um prédio apropriado, embora o prédio, as mais das vezes, como se observa comumente, não passa de um grande rancho de paredes de pau-a-pique barreadas e coberto de tiriricas, abundantíssimas ali nos terrenos alagados.

Assim como na Ilha, conforme podemos perceber nos argumentos de VÁRZEA, em Imaruí e na região, até a segunda metade do século XIX, era comum o agricultor construir engenhos de pau-a-pique e cobertos de tiririca do banhado². Com o surgimento de novas olarias, e com o aproveitamento das telhas de antigas casas demolidas, os engenhos foram pouco a pouco sendo cobertos por telhas, porém, ainda na segunda metade do século XX, as paredes eram ainda construídas de pau-a-pique. As madeiras eram todas de lei, com exceção do ripado e, às vezes,

¹ Em entrevistas realizadas com antigos lavradores de Imaruí, podemos constatar que era comum uma família de 12 membros estocar, anualmente, cerca de 40 sacos de farinha para serem consumidos na propriedade.

² Muitos desses engenhos constam dos inventários, presentes no Arquivo Municipal de Laguna, de proprietários de terras no Município de Imaruí, no século XIX.

também do encaibramento, que era de palmitreiro. Atualmente, muitos desses engenhos podemos encontrar ainda, embora desativados, em algumas comunidades de Imaruí (foto 4).

Três conjuntos principais de peças caracterizavam a estrutura dos engenhos: a seva, a prensa e o forno. O primeiro conjunto era movimentado por um boi e os dois últimos por força humana. Com o tempo, várias modificações foram realizadas nas estruturas dessas unidades de produção. Alguns foram adaptados à energia hidráulica, outros passaram a ser movimentados por motores a combustível e, por fim, motores elétricos. A estrutura desses engenhos, assim como suas adaptações, não diferenciava dos demais engenhos construídos por colonos açorianos que ocuparam outras regiões do Estado, especialmente os da Ilha de Santa Catarina apresentados por Pereira (1993).

Para muitas famílias o engenho era a única residência, ou seja, nasciam, residiam e onde desenvolviam parte de suas atividades. Em entrevista, o Sr. Júlio Manoel Pereira, de 99 anos, morador da localidade de Laranjal, afirmou-nos que nasceu e se criou num engenho: “eu nasci e me criei numa varanda de engenho, eu e mais três irmãos, ali era a nossa morada e onde a gente fazia farinha e açúcar durante o inverno”³.

Em muitas residências, o engenho era anexo à casa de moradia, e se constituía em um cômodo utilizado durante o ano inteiro. Algumas famílias usavam-no como cozinha, outras como dormitório para os empregados.

Mas era no inverno, quando se realizavam as farinhadas, que os engenhos se constituíam, para todos, no principal cômodo da casa e um espaço de produção e de relações sociais e econômicas. Alguns agricultores que não possuíam engenhos e residiam afastados da comunidade, mudavam-se com suas famílias para lá, improvisando nele sua nova residência.

Por mais numerosa que fosse a família de um agricultor, havia a necessidade da participação de outras pessoas no processo da farinhada, principalmente na “arrancação” e na “raspa” da mandioca. A “arrancação” era realizada pelos homens, enquanto a prática da “raspa” era destinada às mulheres e crianças. Os donos da farinhada geralmente continuavam o processo, isto é,

³ Entrevista realizada no dia 10 de agosto de 2000.

lavavam e sevavam a mandioca; prensavam e lavavam a massa para extrair o polvilho; forneavam e peneiravam a farinha.

Difícilmente havia dinheiro para o pagamento dos serviços prestados, que era feito com farinha ou troca de serviço, quando se realizavam as farinhadas. O aluguel do engenho, para a fabricação da farinha, a quem não o possuía, também era pago com o produto.



Foto 4: Engenho de farinha de mandioca desativado

Local: São Tomás

Fonte: Pesquisa de campo (maio de 2001)

O café, introduzido durante o século XIX, era cultivado próximo às residências, muitas vezes associado ao plantio da banana e foi, durante muito tempo, um dos produtos de exportação de Imaruí, cuja produção somente era superada pelo Município de Florianópolis.

Produtos como a mandioca, o feijão, o amendoim, o milho, o arroz, o café e a cana-de-açúcar ocupavam quase todas as terras cultivadas do município, até os anos 60 (IBGE, 1960). Parte da produção desses produtos, juntamente com os derivados da cana e da mandioca, especialmente a farinha, era reservada para o

consumo da família. A outra parte era vendida nos armazéns do interior e do centro do município. Os donos dos armazéns, por sua vez, transportavam grande parte dos produtos para o comércio de Laguna em canoas adequadas de que eram proprietários, e checavam a contratar os serviços especializados de canoeiros. Seu Oscar Albino Tomé, 91 anos, morador da localidade de Costa de Baixo, era um dos canoeiros preferidos pelos comerciantes. Em entrevista, realizada em 08 de dezembro de 2000, ele nos relatou com detalhes sua atividade, que desempenhou durante muito tempo:

“Os comerciante da redondeza, e até os alemão de São Martinho, trazia os produto até ali o porto dos Cabanema: ali, ali onde tem aquela casa velha, tu conhece ali né? Trazia de carroça ou de carro de boi. A gente carregava a canoa, canoa de convés, tu conhecesse canoa de convés? Aí a gente carregava, era farinha, era feijão, era amendoim, banha, era de tudo. As canoa fica aqui no porto. Era dois canoeiro, a gente remava cum mambu bem grande, tinha só um espacinho assim (mais ou menos 30 cm) na borda pra gente andar por cima. A gente levava uma hora até a boca do rio (Rio Aratingaúba); a canoa ia assim fora da água (mais ou menos 25 cm) e se o tempo tivesse bom, se tinha um vento pra ajudá, a gente botava a vela e então, a viagem durava mais ou meno três hora até Laguna, e se o vento não ajudava, então a viagem durava até um dia intero. Se chegasse cedo começava a vende. Si não, a gente dormia na canoa e começava a vendê de manhãzinha. Daí descarregava a canoa e saía a vendê, vendia um saco pra um, dois pra outro, e assim a gente vendia tudo, não recebia na hora, e também não marcava no papel, ‘marcava tudo na cabeça’. Depois que vendia tudo, daí voltava recebendo. Nos saco tinha o meu nome; o meu nome era conhecido em São Paulo, em Porto Alegre, no Rio de Janero, porque os mantimento que a gente vendia ia prá lá, né. Quando chegava aqui, os patrão fazia a conta e dava tudo certo, o dinheiro dava tudo certo. Aí, eles pagavu 2 mil reis por viagem, pra cada canoero. Agente ia toda segunda-feira. As vezes fazia até duas viagem na semana”.

Alguns lavradores, às vezes com mulheres e filhos, transportavam produtos em canoas menores e vendiam, como quitanda, na feira de Laguna, produtos como carvão, nozes⁴, batata-doce, aipim, laranja, limão, ovos, lenha, galinha e outros. Com o dinheiro arrecadado compravam o necessário “para casa”, principalmente louça, fósforo, sal, querosene e tecidos para confecção de vestuários, usados em passeios e festas religiosas⁵.

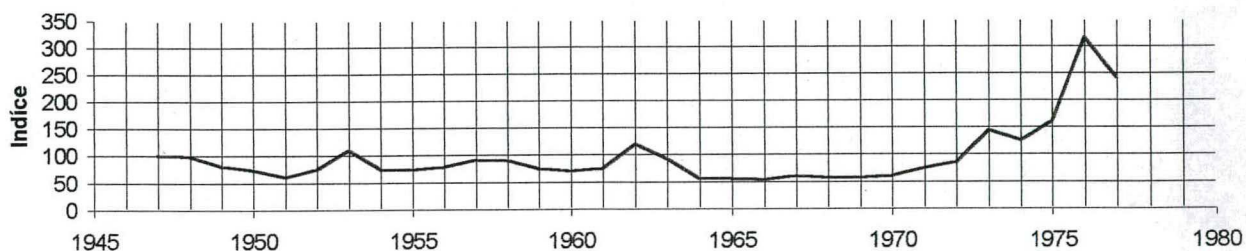
⁴ De acordo com os diversos dados do IBGE, Imaruí se destava como o 1º produtor de nozes em Santa Catarina.

⁵ Informações colhidas em entrevistas realizadas com diversos antigos agricultores.

3.2 AS ALTERAÇÕES NO QUADRO PRODUTIVO E AS MUDANÇAS NA PAISAGEM RURAL, DE 1960 A 2000

Uma transformação profunda da paisagem de Imaruí acontece paralelamente às mudanças que ocorreram na exploração do solo para a produção agropecuária. O abandono gradativo da produção agrícola no atual território do Município de Imaruí, especialmente o da mandioca, iniciou na década de 1960. As áreas destinadas aos cultivos eram utilizadas intensivamente, e a prática do pousio não era comum no município. Essas áreas foram, paulatinamente, perdendo sua fertilidade e o desgaste do solo associava-se à queda do preço da mandioca (gráfico 1). Ademais, a farinha era o principal derivado desse produto, porém, as mudanças nos hábitos alimentares da população, com introdução de outros produtos, especialmente o arroz, contribuíram para a baixa nas vendas da farinha e, conseqüentemente, na queda do preço da mandioca.

GRÁFICO 1 – PREÇO REAL DA TONELADA DE MANDIOCA EM SANTA CATARINA, DE 1947 A 1977



FONTE: CEPA, apud WOLFF (1995)

Com efeito, como vimos no Capítulo 2, nas comunidades pesqueiras, muitos agricultores voltaram-se para pesca do camarão e praticavam a agricultura em menor escala, em relação às décadas anteriores. Exemplo dessa migração de atividade pode observar-se na localidade de Sítio Novo onde, nos anos 30, havia 26 engenhos de farinha de mandioca e 14 de cana-de-açúcar, totalizando 40 unidades de produção (LAGUNA, 1935). Em 1961, esse número decaiu para 19 unidades (tabela 6); em contrapartida, surgiram, no mesmo período, de 1930 a 1961, duas

salgas de camarão na mesma localidade e outras duas em Samambaia, localidade vizinha⁶.

No entanto, em 1961 ainda havia 608 engenhos de farinha em atividade, 106 engenhos de cana-de-açúcar e 26 alambiques (tabela 6).

TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ENGENHOS (FARINHA E AÇÚCAR) E ALAMBIQUES EM ATIVIDADES NOS ANOS DE 1961 E 2000

Local	Eng. de farinha		Eng. de cana-de-açúcar		Alambique	
	1961	2000	1961	2000	1961	2000
Vale do Rio D'Una	132	11	17	01	08	----
Fazenda São Paulo	20	02	06	----	02	----
Cangueri ¹	170	10	31	----	06	01
Itapeva	08	03	02	----	----	----
Itaguaçu	07	01	01	----	----	----
Taquaçutuba	04	01	----	----	----	----
Prainha	02	----	----	----	----	----
Imaruí	01	----	----	----	01	----
Praia do Lessa	01	02	----	----	----	----
Ribeirão do Imaruí ²	16	06	01	01	01	----
Recanto das Flores	05	01	02	----	----	----
Fazenda ³	35	05	07	03	----	----
Aratingaúba ⁴	80	01	20	----	02	01
São Tomás	33	01	04	----	01	----
Samambaia	41	03	08	----	01	----
Sítio Novo	15	01	03	----	01	----
Rio Prainha	38	----	04	----	03	----
Total	608	48	106	05	26	02

FONTE: IMARUÍ, 1961.

NOTA: Algumas localidades foram agrupadas em outras:

(1) Incluem-se as localidades de Sertão do Cangueri, Cangueri de Fora, Figueira Grande, Praia Vermelha e Nazaré.

(2) Inclui-se a localidade de Ponta Grossa.

(3) Inclui-se a localidade de Costa de Baixo e Porto do Aratingaúba.

(4) Incluem-se as localidades de Sertão do Aratingaúba, Forquilha do Aratingaúba e São Luís.

Embora pareça expressivo, o número dessas unidades de produção, nesse período, era muito inferior aos que havia nas primeiras décadas do século XX. Entretanto, de acordo com a tabela 6, percebemos evidentemente que a agricultura

⁶ Muitos pescadores de Sítio Novo também vendiam camarão para os proprietários das salgas de Samambaia.

ainda era uma atividade significativa do ponto de vista econômico para o município, que fazia de Imaruí um dos principais exportadores de farinha de mandioca e açúcar mascavo da região de Laguna.

Os engenhos de cana-de-açúcar sempre foram em menor quantidade, quando relacionados aos de farinha, pois o açúcar mascavo era consumido e comercializado em quantidade bem inferior à de farinha. No entanto, até os anos 60, havia pelo menos um engenho de cana-de-açúcar em cada comunidade, excetuando-se Taquaraçatuba, Prainha e Praia do Lessa, locais que hoje fazem parte do perímetro urbano de Imaruí.

Apesar da existência de 26 alambiques, a produção de aguardente não era expressiva, pois o consumo interno era pequeno e havia dificuldade na comercialização fora do município. Laguna ainda era o principal posto comercial desse produto, porém o imposto cobrado sobre a sua comercialização dificultava a venda e desestimulava a produção. Por isso, muitas vezes, era realizada de forma clandestina, às vezes à noite, nas comunidades do interior.

De acordo com alguns proprietários de engenhos de cana-de-açúcar, que têm seu nome registrado no livro de cobrança de imposto de engenhos e alambiques - exercício de 1961 - (tabela 6), já na segunda metade da década de 60, vários engenhos foram desativados e, conseqüentemente, a produção de açúcar e aguardente foi sendo reduzida consideravelmente. Em 1970, de acordo com o IBGE, foram plantados 573 hectares de cana e colhidas cerca de 11.500 toneladas, que originaram 34 toneladas de açúcar mascavo e 11 mil litros de cachaça. Em 1985, a produção dessa cultura agrícola caiu ainda mais, e atingiu somente cerca de 380 hectares e com uma produção de açúcar mascavo tão insignificante que não foi sequer registrada pelo IBGE.

As duas unidades industriais de aguardente que, atualmente, se localizam em Aratingaúba e no Sertão do Cangueri produzem, respectivamente, cerca de 1.500 e 10.000 litros por ano e consomem, juntas, aproximadamente 200 toneladas de cana⁷ A outra parte da produção de cana é destinada ao fabrico do açúcar mascavo nos cinco engenhos que sobrevivem no município. Eles produzem o açúcar de forma artesanal para o consumo da família, com a comercialização de uma ínfima

⁷ Entrevistas realizadas com pecuaristas e proprietários das unidades de produção de aguardente.

parcela, porém não são todos os anos que esses engenhos entram em funcionamento.

Enquanto nas localidades de em torno das lagoas a agricultura perdeu cada vez mais força de trabalho para a pesca, nas localidades não pesqueiras, vários agricultores aderiram, em meados dos anos 60, ao cultivo do fumo de estufa, introduzido pela Souza Cruz, no Sul do Estado na década de 50 (PAULINO, 1986). Esse gênero substituiu a mandioca em grande parte das terras de várzeas e nas áreas menos íngremes.

A atividade fumicultora tomou vulto quando foi implantada, pelo governo, a "política de modernização rural", que facilitou o acesso do agricultor a empréstimos bancários com juros subsidiados. As empresas fumageiras incentivaram o plantio dando aos agricultores a assistência técnica e lhes financiavam os insumos agrícolas necessários.

Nesse sentido, SILVA (1982) alerta que essa parceria cria uma dependência do produtor em relação às empresas agroindustriais que se apropriavam dos excedentes agrícolas através dos insumos, e obrigou o agricultor adotar um padrão técnico de produção, em que eram assistidos pela própria empresa.

No entanto, ao estudar a fumicultura no Sul do Estado de Santa Catarina, PAULINO (1986, p. 22) enfatiza que

O financiamento a juros subsidiados foi, nas décadas de 60 e 70, a principal forma de "progredir". Para os que não tinham acesso direto ao Banco, seja por falta de recursos, desconhecimentos da burocracia bancária ou outro motivo qualquer, ligar-se a agroindústrias foi uma forma de, indiretamente, beneficiar-se do "milagre econômico" brasileiro, hoje bastante desmistificado diante das conseqüências dolorosas de uma dívida externa elevada.

Embora, no entender da autora, o financiamento fosse a principal forma de "progredir", no início, poucos agricultores se aventuraram a obter empréstimos e a cultivar o fumo. Em Imaruí, é a partir dos anos 70 que um número maior de agricultores recorreu às empresas no sentido de obter o financiamento para tal fim e, assim, houve aumento no cultivo desse produto, passando de 465 ha, em 1970, para 814 ha, em 1985 (gráfico 3).

Da mesma forma, a produção do feijão cresceu na mesma proporção do cultivo do fumo, com aumento de áreas destinadas a esse último produto. Após a

colheita do fumo, as terras eram aproveitadas para a plantação do feijão e muitas vezes para o milho. Parte da produção de feijão e do milho destinava-se ao consumo do agricultor e aos armazéns da cidade do município; outra parte ia para os atravessadores que comercializavam nos municípios vizinhos.

Além da plantação, o fumo introduziu um elemento novo na paisagem rural de Imaruí, as estufas (foto 5). Essas construções imponentes eram sempre construídas de tijolos à vista e chegavam, muitas vezes, a 10 m de altura. Anexa às estufas, há sempre uma varanda e um paiol; na primeira é realizada a classificação e a tecelagem das folhas para a desidratação no interior da estufa, e no segundo o armazenamento do produto.



Foto 5: Estufa de fumo desativada

Local: Águas Mornas

Fonte: Pesquisa de campo (dezembro de 2001)

O fumo atualmente vem sofrendo queda na sua produção, pois de acordo com o IBGE, no ano 2000 a superfície plantada com essa cultura agrícola, no Município de Imaruí, não ultrapassou a 67 ha. Embora, ainda hoje, as empresas fumicultoras ainda financiem todas os insumos dessa produção, houve desestímulo por parte dos agricultores que, na década de 90, produziam somente para pagar as despesas dos financiamentos.

Segundo alguns agricultores dessa atividade, o baixo preço pago pelas empresas fumicultoras, em contraste com os custos elevados dos insumos, desestimularam a produção. Além do mais, havia muita exigência em relação à qualidade do produto. Em entrevista ao fumicultor A.M.⁸ da localidade de Águas Mornas, este nos informou que, "até pouco tempo, havia muitas classificações para o fumo, e por motivo qualquer o produto voltava da fábrica para o galpão". A redução da força de trabalho familiar, com a saída dos filhos, foi outro fator identificado nas entrevistas com os agricultores, além dos problemas apresentados devido à utilização intensiva de certos agrotóxicos.

A partir de 1970, a mandioca começou recuperar preço (gráfico 1), todavia, não houve estímulo para uma parcela considerável dos agricultores. Na segunda metade da década de 70, muitos já haviam abandonado o município, alguns venderam suas terras, e outros investiram em infra-estrutura para a produção de fumo. Os agricultores que ainda insistiam no cultivo da mandioca produziam bem menos que nas décadas anteriores, pois os filhos haviam partido para a cidade e não havia na propriedade força de trabalho suficiente para a retomada do cultivo.

A produção por grupo de área, no tocante ao plantio da mandioca, no Município de Imaruí, não diferenciava das terras utilizadas para o mesmo fim no Estado. Esse produto era mais cultivado nas propriedades de até 50 ha, ou seja, nas pequenas propriedades.

Enquanto a mandioca era substituída nas várzeas e nas áreas menos íngremes pelo fumo, também nas encostas perdia espaço pela pastagem cultivada para a produção de gado de corte. Assim, nesse mesmo período, de 1970 a 1985, houve um declínio de 36% na sua produção, passando de 3.145 ha para 2.019 ha,

⁸ Entrevista realizada em 19 de agosto de 2000. Nesse trabalho, abreviamos os nomes dos agricultores que ainda estão na atividade.

respectivamente. Nesse período, quase toda a produção de mandioca do município era transformada em fécula pela empresa Irmãos Nandi & Cia. Ltda, do Município de Tubarão e, posteriormente, em álcool pela Companhia Catarinense de Álcool S. A. (C.C.A), que funcionou no Município de Laguna entre os anos de 1982 a 1995. Como forma de garantir fornecedores, a C.C.A adotou o sistema de integração com produtores da região, financiando insumos e assistência técnica. Essa parceria durou pouco mais de 10 anos, até a falência da empresa.

A mandioca é a cultura agrícola tradicional que mais sofreu redução, cobrindo, atualmente 19% da superfície das terras cultivadas do município (gráfico 3). De acordo com o IBGE, no Município de Imaruí a superfície coberta com esse gênero no ano de 2000 não foi superior a 1.000 ha, com uma produção de 13.500 toneladas. Grande parte dessa produção foi transformada em farinha, nos 48 engenhos que ainda existem em atividade no município. Desses, cerca de 10 fabricam farinha de forma industrial e chegam a comercializar, em média, 100 mil kg/unidade, por safra. Os demais engenhos fabricam farinha nos moldes antigos e para o consumo da propriedade, dos quais poucos vendem o excedente, porém, não ultrapassam a 2.500 kg/unidade.

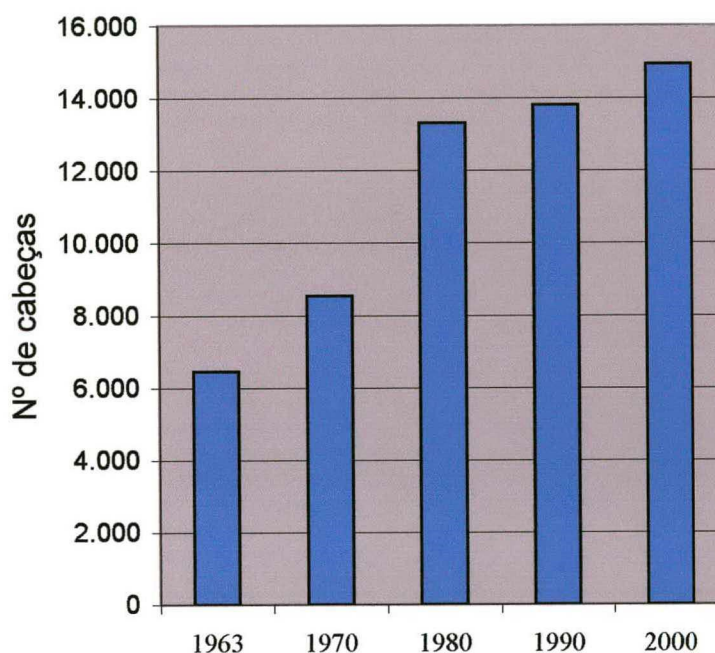
De acordo com os agricultores que ainda cultivam mandioca, o que mais desestimula essa atividade é o preço que os atravessadores ou donos de engenhos pagam pelo produto; nas últimas safras, o preço acertado manteve-se em torno de R\$ 50,00 a tonelada, para mandioca com dois anos, conhecida pelos agricultores como mandioca velha, e R\$ 30,00 por tonelada de mandioca de um ano, conhecida como mandioca nova. Segundo os mesmos agricultores, a transformação do produto em farinha é o meio mais rentável, porém, a exigência imposta pela vigilância sanitária de fabricar o produto em ambiente e embalagem adequados, tirou vários pequenos agricultores do processo de produção industrial.

Atualmente, muitos dos agricultores que ainda cultivam a mandioca dizem que “este é o último ano”. Na verdade, embora o preço seja muito inferior ao desejado por eles, ainda é um produto que possui mercado, principalmente para a produção de farinha, o que faz com que alguns ainda continuem seu cultivo.

Enquanto a área ocupada com mandioca foi sendo reduzida drasticamente, a de pastagem cultivada passou de 1.500 ha, em 1970, para 6.520 ha, em 1985 (foto 6). A pastagem também invadiu áreas ocupadas pela mata nativa.

Desse modo, a partir dos anos 60, a produção de gado de corte e de leite teve crescimento expressivo. Em 1963 o número de bovinos era de 6.460 e no ano 2000 já somava 14.936 indivíduos (gráfico 2).

GRÁFICO 2 – EFETIVO DA PECUÁRIA BOVINA EM IMARUÍ, DE 1963 A 2000



FONTE: SUDESUL, 1968; IBGE: 1970, 1980, 1990, 2000.

Embora a produção do gado bovino tenha se elevado nos últimos anos, a produtividade não apresenta os resultados esperados porque, tanto o gado de corte como o de leite, dificilmente recebiam melhorias na qualidade do rebanho. Práticas de melhoramento genético como a inseminação artificial e a transferência de embriões, que contribuem para a qualificação do rebanho em outros municípios do Estado e a de confinamento de bovinos, que acelera o tempo de abate e melhora o rendimento, não são adotadas no município com regularidade.



Foto 6: Encostas ocupadas com grama do tipo brachiara, onde era cultivada a mandioca em épocas anteriores.

Local: Sítio Novo.

Fonte: Pesquisa de campo (fevereiro de 2000)

A pastagem mais utilizada para a alimentação bovina ainda é a grama brachiara (*Brachiaria brizantha*), que oferece poucos nutrientes, tanto para a produção de carne como de leite. Porém, é preferida pelos pecuaristas do município por adaptar-se a solos com pouca fertilidade e possui resistência à seca, ao pisoteio e às pragas. Outra fonte de alimentação é a cana-de-açúcar que teve novo incremento com o crescimento do rebanho de bobino. Por este motivo, a cana supera a crise por que passou com queda da produção de açúcar e aguardente.

Enquanto grande parte das encostas foram sendo cobertas pela grama brachiara, as pastagens naturais, localizadas nas planícies-delta-flúvio-lagunar, nas bacias hidrográficas dos rios Siqueiro, Aratingaúba, Mané Chico, Saco Grande e D'Una sofreram redução devido ao incremento do cultivo do arroz irrigado, que ocupou, em 1970, 766 ha e, e em 1980, 1912 ha, um crescimento na ordem de 60% de área no município (foto 7). Outro fator que vem contribuindo para a diminuição das áreas de pastagens é o cultivo de camarão em cativeiro.



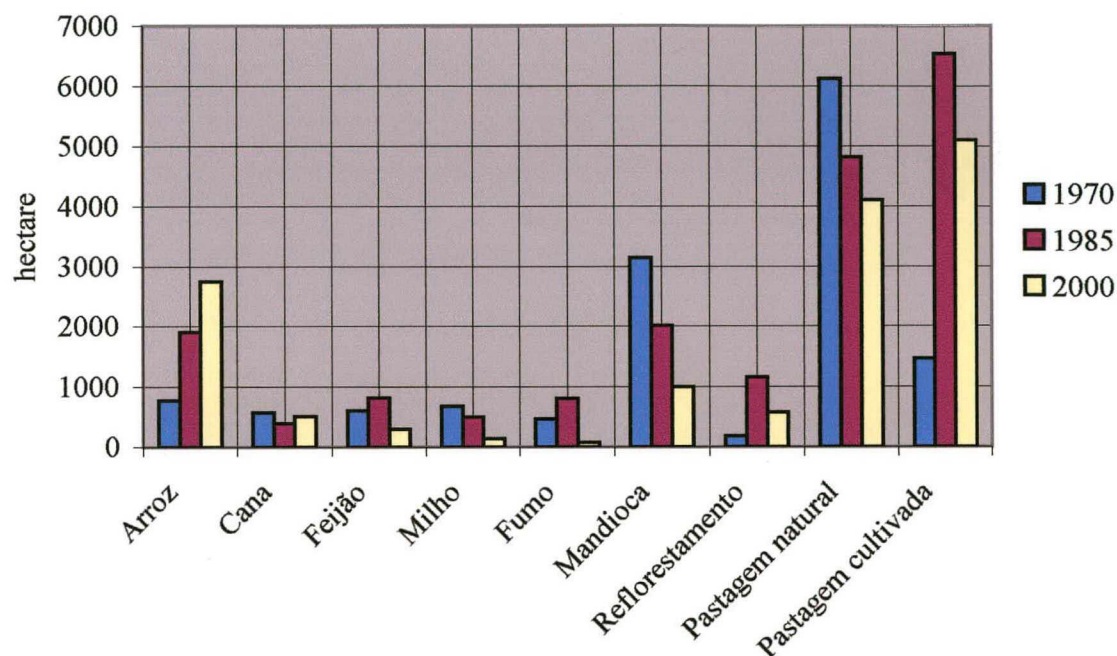
Foto 7: Antiga Fazenda Santa Rosa, produtora de gado de leite até os anos 80. Atualmente suas terras são destinadas ao cultivo do arroz irrigado.

Local: Sítio Novo

Fonte: Pesquisa de campo (maio de 2000)

A produção do arroz, em Imaruí, foi incentivada com a introdução do Projeto **Provárzea no Estado de Santa Catarina**, no início da década de 1980. A partir desse período, as terras do município, propícias a esse cultivo, despertaram interesse de rizicultores do Sul do Estado e do Rio Grande do Sul, que passaram a comprá-las ou arrendá-las. Na década seguinte, o total das áreas cultivadas com arroz ampliou-se com a exploração das planícies das bacias do Rio D'Una e Rio Siqueiro. No ano de 2000, já havia 2.752 ha cobertos com esse cereal, um incremento superior a 250% da área cultivada, entre 1970 e 2000.

GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO DAS TERRAS DE IMARUÍ, EM 1970, 1985 E A 2000



FONTE: IBGE – 1970, 1985 e 2001.

Analisando o gráfico 3, percebemos que houve queda na produção da pastagem cultivada em 2000, em relação ao ano de 1985, assim como o reflorestamento. Esse fator, possivelmente está relacionado com o abandono de alguns estabelecimentos rurais em área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, na década de 90.

Embora as terras do parque, pertencentes ao Município de Imaruí, não tenham sido indenizadas, há ações fiscalizadoras e punitivas, por parte da FATMA, órgão que gerencia a unidade de conservação da natureza, para algumas atividades em sua área, fazendo com que muitos proprietários abandonem por completo as atividades no local. A unidade de conservação ocupa, aproximadamente, 78 km² em solo imaruense, agricultores, proprietários dessas terras, reclamam por indenização ou por alternativa de uso sustentável. Entretanto, como se trata de uma unidade de conservação de uso indireto, a legislação vigente não permite qualquer tipo de cultivo na área, o que é cumprido pela FATMA.

3.3 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Quanto à estrutura fundiária do Município de Imaruí, predominam, em mais de 95%, os estabelecimentos de até 50 ha, isto é, a pequena propriedade, com destaque para os estabelecimentos que possuem área entre 2 a 5 ha (tabela 7). Nesse estrato está incluída grande parte das propriedades que utilizam a terra no sistema de policultura, com destaque para os cultivos tradicionais.

Os estabelecimentos acima de 50 ha geralmente são produtores de gado de corte, arroz irrigado e reflorestamento. As áreas com vegetação nativa também estão nos estratos superiores a 50 ha.

TABELA 7 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS POR CATEGORIA DIMENSIONAIS, NO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, DE 1970 A 1995/96.

Grupo de área (ha)	1970		1985		1995/96	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
> 1	24	16	99	56	105	16
1 > 2	238	335	360	482	81	103
2 > 5	810	2.517	732	2.221	335	1.049
5 > 10	418	2.812	434	2.951	254	1.631
10 > 20	315	4.352	325	4.365	165	2.156
20 > 50	230	6.856	267	7.880	147	4.352
50 > 100	58	3.792	68	4.694	32	1.966
100 > 200	16	1.983	23	2.787	12	1.505
200 > 500	4	1.061	8	2.046	5	1.346
500 > 1000	1	531	3	1.968	1	600
1000 > 2000	1	1.400	2	2.588	1	1.400
Total	2.115	25.655	2.321	32.038	1.138	16.124

FONTE: IBGE – Censos Agropecuários de 1970, 1985 e 1995/96.

Analisando as condições do número de estabelecimentos rurais existentes entre 1970 a 1995, presentes na tabela 7, percebemos que houve aumento significativo dos que possuem área menor que 1 ha. Esse crescimento se deve, principalmente, em função da divisão por herança familiar, durante o período em análise. Em contrapartida houve redução do número de estabelecimentos com área entre 1 a 200 ha, assim como da área total desses estabelecimentos. Isso poderá também ser em função da análise anterior, divisão por herança.

Em relação à área total dos estabelecimentos, para o ano de 1995/96, percebemos que houve redução significativa em relação aos censos anteriores. Esse fator pode estar relacionado ao abandono das áreas do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, ou por não serem declaradas. Essa última prática é muito comum entre proprietários de áreas rurais na região.

3.4 A ÁREA URBANA

Diversas cidades catarinenses assentaram-se e organizaram-se a partir de planos urbanos de origem portuguesa, e a cidade de Imaruí foi uma delas. Não se tem precisão do período que seu plano urbano foi estruturado, porém, a correspondência do Capitão Pedro Pires Salgado, enviada à Coroa em março de 1802, faz referência à área urbanizada na freguesia⁹. Entretanto, não se tem informação precisa quanto à disposição de casas em alinhamento de ruas.

No entanto, o planejamento da Vila de Laguna, incluído qualquer povoado do município, era uma determinação da Câmara, estabelecida pelo Provedor do Ouvidor Rafael Pires Pardiniho quanto esteve em Laguna, em 1720, assim determinava:

⁹ Vide citação na página 43.

...que ninguém faça casa sem obtenção de licença da Câmara. Esta medirá o terreno, indicará o local, sendo que as casas que de aí em diante se fizessem fossem arruadas, de modo que uma rua se visse doutra banda. Devem todas ser na mesma carreira. A primeira que se fizesse fosse perto da igreja, de cuja porta principal fique direta ao mar. Depois desta se iam formando as demais, em quadra. Que nenhuma tivesse menos de 40 palmos de largura. Que na beira do mar ficasse uma rua, cujas portas e janelas olhassem para o mar. Em caso algum dar-se-ia licença para que ficasse alguma com quintal para o mar. Porque além de ficar desforme a povoação, destrói a fortificação da Vila. Poderá haver ocasião em que seja preciso defender-se do inimigo que venha pelo mar. Nesta rua ficarão os Paços do Conselho, cadeia, uma praça larga, no meio da qual estará o pelourinho. Deverão ser demolidas as casas de palha e pau-a-pique que existam com costas para mar. (PARDINHO, apud DALL'ALBA, 1979, p. 96)

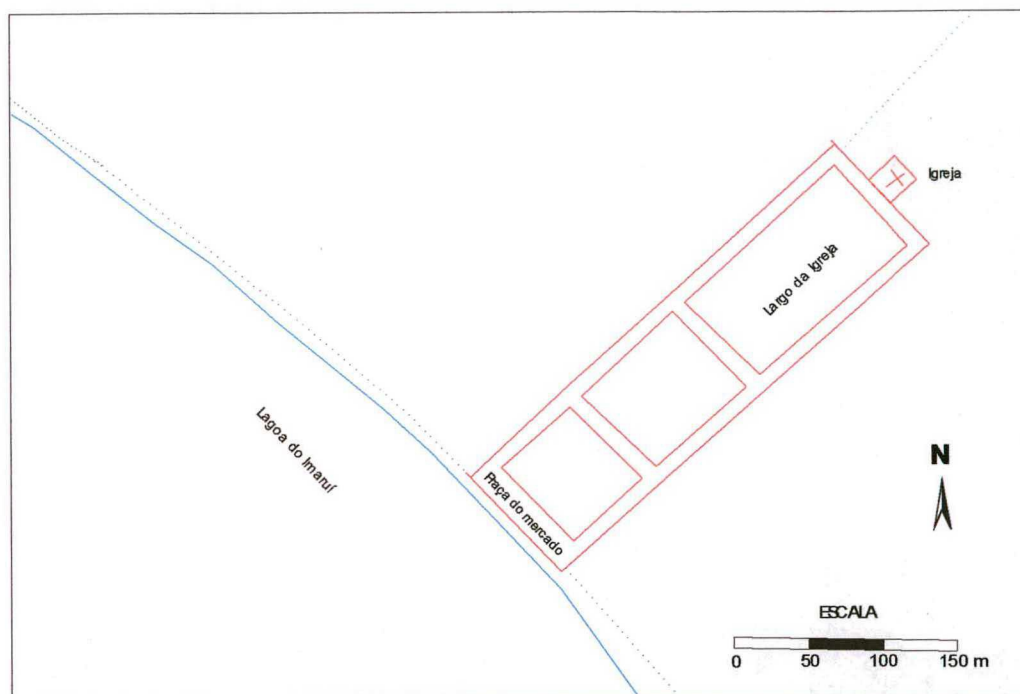
De acordo com DALL'ALBA, o Provimento de Pardinho, embora ordenado na primeira metade do século XVIII, teve a aprovação de todos os demais Ouvidores que passaram em correção por Laguna, sendo ainda cumprido em meado do século XIX.

Acreditamos que por determinação da Câmara de Laguna e em cumprimento ao referido Provimento, o plano original da Vila de Imaruí foi planejado no início do século XIX. O referido plano partia da igreja, edificada no meio a vertente sudoeste, na altitude de 6 m, e descia suavemente até a lagoa. Na frente da igreja foi reservado um espaço de aproximadamente 75 x 150 m destinado à construção da praça central. Na frente da praça, mais duas quadras e, por fim, junto à praia, a praça do mercado, até onde desciam duas ruas traçadas lateralmente a este conjunto arquitetônico (figura 4).

No tocante à ocupação inicial, não se tem informação que houve doação de sesmaria de chão¹⁰, onde foi edificado o plano urbano da cidade. Entretanto, nas poucas concessões de sesmaria que encontramos para os locais adjacentes à vila, nas primeiras décadas do século XIX, percebe-se a escassez de terrenos, que regularmente não ultrapassavam a 25 braças de frente denotando, assim, uma considerável ocupação do local, já naquele período.

¹⁰ Sesmaria de chão era a doação de terras, por parte da Coroa, onde se localizava o núcleo urbano. Essas sesmarias eram somente para a construção de casas de moradia e quintais (ABREU, 1998).

FIGURA 4 - PLANTA ORIGINAL DA VILA DE IMARUÍ



FONTE: Figura elaborada com base no Provimento do Ouvidor Manoel José de Albuquerque e trabalhos de campo.

Embora a vila crescesse de forma lenta, no entanto, no início da década de 1820 já havia preocupação por parte do poder institucional de organizar o crescimento urbano. Com efeito, em 1823, quando em correição por Laguna, o Ouvidor Manoel José de Albuquerque determinou algumas medidas no sentido de organizar a abertura de novas ruas e quadras, conforme apresentado por DALL'ALBA (1985, p. 73):

Merece toda atenção a povoação de São João Batista de Imaruí, pelos dons com que a natureza enriqueceu seu extenso território e embelezou seu local, hábil para uma grande cidade e mais conveniências à sua prosperidade futura. (...). Julgo de necessidade, pelo muito que desejo promover o bem em geral da dita povoação, e por isso provenho o seguinte:

Cap. 1º - O arruamento que ora se acha feito, formando o quadrilátero com o largo da igreja e os dois quadros perfeitos da sua frente, com o paralelogramo próximo à praia, deixando aí a praça pequena com o mercado público e todos os mais quadros regulares que nessa freguesia se abrirem, por ora até a ponta de Francisco de Sousa, é notável e imutável, não admite reforma, nem alteração alguma, por mais diminuta ou imperceptível que seja.

Cap. 2º - É proibido inteiramente edificar fora do alinhamento. Não basta pra edificar que se peça licença, é preciso que se indiquem a altura em que ficarão as soleiras, pondo as balisas que assim determinem.

Cap. 3º - As ruas, além de serem retas na direção lateral, conforme o plano a executar, devem ser diretas na superfície e por isso ordeno que se marque esta superfície aos lugares em que tenham altos, para se descansarem, e no que existem baixos para se aterrarem. Este serviço será mais fácil de se fazer por cada uma na sua testada quando edificar. Sendo assim, o trabalho dividido, obvia grandes males e concorre para o afomoseamento e salubridade pública, para a melhor expedição das águas e extinção de pântanos.

Cap. 4º - Nenhuma casa baixa deverá ter na frente menos ou mais de que 14 palmos, nem portas, nem janelas de viga direita, mas arqueada. As portas deverão ter 11,5 palmos de altura e 5 de largura. As janelas que cada um quiser abrir, da mesma largura, e altura proporcional.

Cap. 5º - Será mui interessante que todos edificarem façam na frente da casa calçada de 5 palmos de largo para facilidade de trânsito.

Cap. 6º - Acho grande inconveniente para a boa e regular edificação, na discordância do domínio dos terrenos com o arruamento. Confiando, porém, no zelo do bem público e docilidade dos habitantes, espero que, descritas em cada quadra as porções regulares que devem ser assinadas para cada casa em frente e fundo, se reduzirão as porções irregulares que cada um possui. As porções assim reguladas e alinhadas, atendendo-se com madureza a circunstância dos terrenos, e ficando as frações dos que nada perderão para suavizar a perda dos outros. Note-se nos títulos essa designação, para remover dúvidas no futuro.

Seriam ineficazes estas úteis e interessantes providencias se as entregassem ao desleixo, não havendo quem com zelo suprisse o meu desejo no seu exato e prudente cumprimento e desempenho. Confiando na demonstrada aptidão do Capitão Tomás José Freire, lhe dou comissão pessoal para a sua devida execução, que durará além do tempo de Juiz Ordinário e enquanto julgar conveniente.

Laguna, 23 de agosto de 1823. Manoel José de Albuquerque.

No Provimento de Albuquerque, já se percebe a preocupação com o crescimento na pequena póvoa e com as mudanças estruturais da paisagem urbana. Esse desenvolvimento resultava em significativas mudanças sociais e no lugar. A abertura de novas ruas e seus alinhamentos, as dimensões das construções e a preocupação com as áreas insalubres eram fatores espaciais que ficaram marcados na paisagem urbana de Imaruí até os dias atuais, norteados, assim, a ampliação do plano urbano original.

De acordo com Manoel Rodrigues da Costa, na segunda metade do século XIX, a paisagem de Imaruí se desenvolvia, e se materializava, sobre o plano urbano original e sobre o planejamento de Manoel José de Albuquerque:

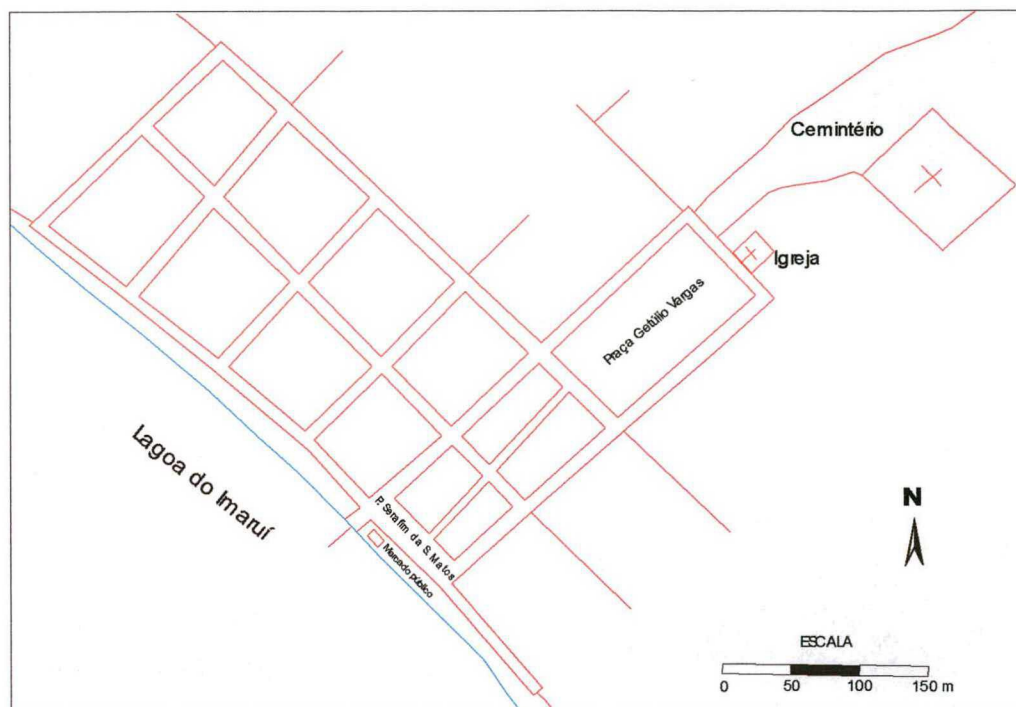
É, na nossa opinião, a freguesia mais linda e mais próspera que conta o município (...). O local é belo, á margem da lagoa do Imaruí. Está bem edificada e conta com avultado número de casas de pedra, com diversas ruas e uma grande praça. Calculamos mais de cem casas, as que existem na freguesia, não falando no Taquaroçutuba, Cangueri, que são outros tantos povoados em melhores condições do que muitas as freguesias. Existem importante estabelecimento, fábricas e indústrias. (COSTA, apud DALL'ALBA, 1979, p.73)

Algumas casas, localizadas no centro da freguesia, pertenciam a homens bem sucedidos do interior. Eles as utilizavam para comercializar produtos da lavoura ou para pernoitar quando negociavam seus produtos em Laguna, ou ainda as mantinham como residência para os períodos de festas na freguesia. Havia também aqueles que moravam na Vila de Laguna e as mantinham com essa última finalidade¹¹.

A princípio, o crescimento urbano da vila se deu à direita do plano original, em formato de xadrez, onde, até 1957, havia três ruas traçadas paralelas à praia, formando, com mais quatro ruas perpendiculares, oito quadras (figura 5). Na rua da praia e nas ruas centrais alinhavam-se casas em estilo luso-açoriano, destinadas tanto à moradia quanto ao comércio. A praça da igreja, que até 1930 se chamava Praça XV de Novembro e, depois, Praça Getúlio Vargas, somente sofreu significativas mudanças em 1951, quando começou sua arborização (foto 8). Em 1954 foram construídas as estátuas de São João Batista, padroeiro do município, a de Cristo, em frente à Igreja Matriz.

¹¹ Algumas dessas casas estão relatadas nos Inventários do Arquivo Municipal de Laguna.

FIGURA 5 – PLANTA DA CIDADE DE IMARUÍ EM 1957



FONTE: Figura elaborada com base nas fotografias aéreas de 1957 e trabalhos de campo.

Além de a vila ser ocupada por parte de colonos luso-açorianos e seus **descendentes**, houve a preocupação de organizar o assentamento da população com disposição das ruas e praças de acordo com a cultura do povo. No entender de PELUSO JÚNIOR (1991), "o plano urbano faz parte do equipamento cultural da sociedade em que nasce" (p. 355), e nesse sentido, a paisagem cultural de Imaruí ficou estampada no plano da vila, assim, como as modificações que ocorreram até meados do século XX. As características da cultura luso-açoriana se manifestaram e ainda se manifestam na construção da vila e nas relações sociais e religiosas que estão presentes no dia-a-dia da população.

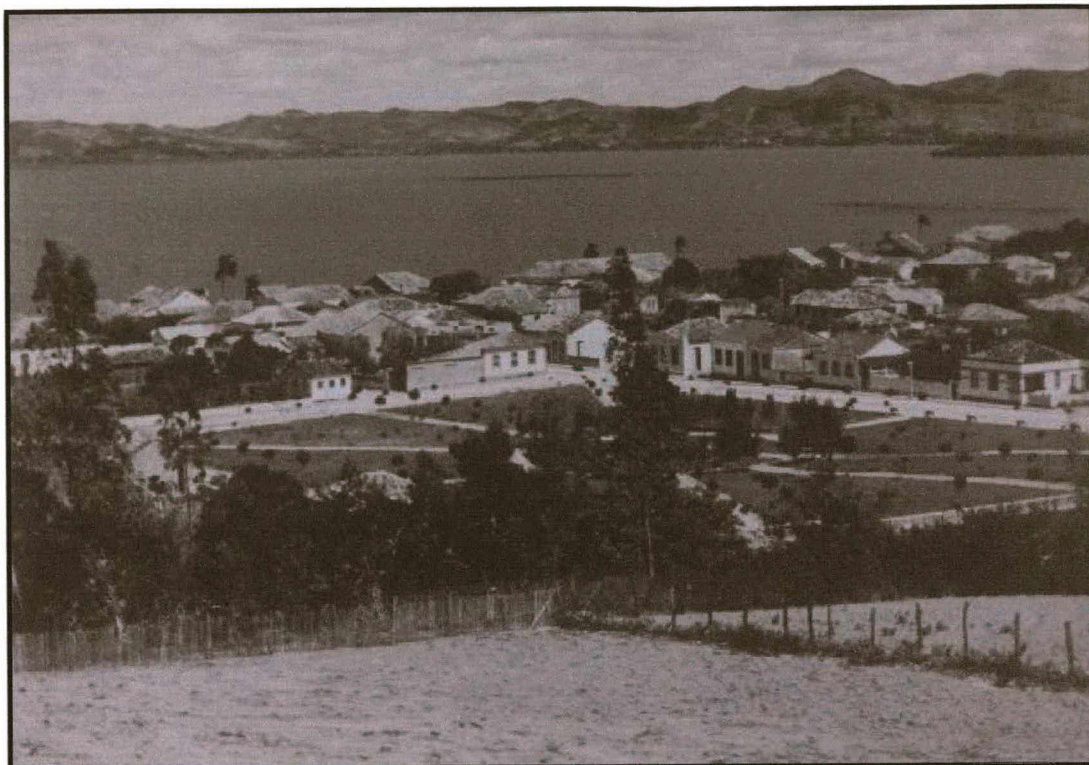


Foto 8: Início da arborização da Praça Getúlio Vargas, em 1953

Local: Centro - Imaruí

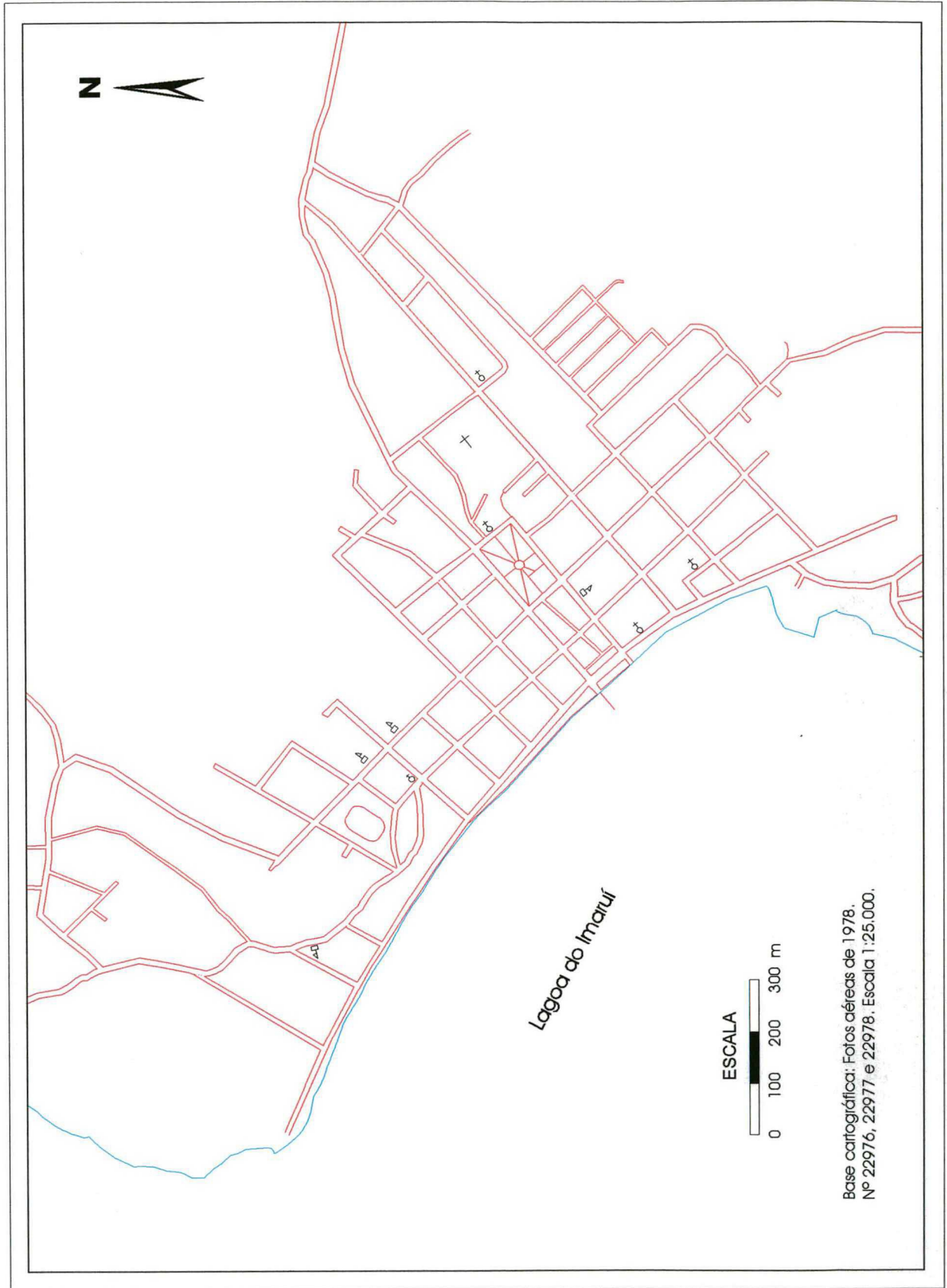
Fonte: Foto pertencente ao arquivo do Sr. Clélio Barreto

A cidade de Imaruí aumentou seu ritmo de crescimento a partir da segunda **metade da década** de 1960, época em que foi instalada a Comarca, sendo seu impulsionador o Prefeito Portinho, um dos membros da Família Bittencourt que deteve o poder local, de 1930 a 1996.

Desse modo, o Estado como um agenciador do espaço começou então a tomar medidas a transformá-lo, abrindo ruas para absorver os novos habitantes e instalando novas infra-estruturas para receber as instituições que começaram a surgir na cidade. De acordo com CORRÊA (1995), o espaço urbano "é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço." Assim, o Poder Público Municipal é um dos agentes que fazem o espaço urbano, e que tem responsabilidade de desenvolver condições que respondam às necessidades da população.

É a partir da década de 1980 que a presença dos agentes imobiliários, embora tímida, ficou mais evidente na transformação da paisagem urbana de Imaruí. Assim, surgiram novos loteamentos, dando nova dimensão na estrutura da cidade e conseqüentemente modificando a paisagem urbana (figura 6).

FIGURA 6 - PLANTA DA CIDADE DE IMARUÍ EM 2000



3.5 A MUDANÇA NO QUADRO DEMOGRÁFICO

A falta de políticas agrícolas voltadas para a pequena propriedade familiar no Brasil foi o fator que mais extorquiu as terras aos agricultores. Segundo o IBGE/CNA, apud BRAGA (2002), 942 mil estabelecimentos rurais desapareceram no país entre 1986 e 1996. Em relação a essa problemática, o Estado de Santa Catarina tem apresentado índices alarmante nos últimos 30 anos. Ainda de acordo com este autor, na década de 70, 57,1% da população catarinense residia no meio rural, e em 2000 esse índice caiu para 21,3%. Assim, Santa Catarina tornou-se o terceiro estado de maior êxodo rural do Brasil, perdendo somente para o Distrito Federal e para o Estado do Pará.

Os municípios catarinenses que, até a década de 70, tinham como base econômica a atividade agrícola na pequena propriedade ou a atividade pesqueira, tiveram, nos últimos 30 anos, considerável êxodo rural.

No Município de Imaruí, já nos anos 60, por falta de trabalho que lhe assegurasse a subsistência, a população começou um pequeno movimento migratório para as grandes cidades do Estado, principalmente Criciúma e Joinville. O processo de industrialização impulsionado pelo “milagre brasileiro”, durante a década de 70, intensificou, cada vez mais, a saída da população do município.

GONÇALVES (1984), salienta que a concentração da população nas áreas urbanas, em detrimento do esvaziamento do campo, é uma das características mais significativas do processo de desenvolvimento capitalista. Para o autor, “...o êxodo rural significa, antes de mais nada, a expropriação do trabalhador, sua completa desvinculação da terra e de seus meios de produção – em suma, a sua proletarianização. A distribuição da população entre cidade e campo aparece, pois, como um efeito deste processo de subordinação do trabalhador ao capital.” (p. 106)

SINGER (1975, p. 40) ao analisar as migrações internas face ao mercado de trabalho, afirma que

Os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam. Entre os fatores de atração, os mais importantes é a demanda por força de trabalho, entendida esta não apenas como a gerada pelas empresas industriais mas também a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas como os que são prestados por repartições governamentais, empresas públicas e por indivíduos autônomos.

A demanda por força de trabalho, nos anos 70, nas cidades de Criciúma e Joinville girava, principalmente, em torno das minas de carvão e das indústrias metal mecânica, respectivamente. Essas atividades necessitavam de força de trabalho não qualificada para as suas necessidades, o que foi determinante para a atração da população que, acostumada ao trabalho pesado, na roça e na pesca, via a “vantagem” de obter remuneração assalariada, que a agricultura e a pesca não podiam oferecer no Município de Imaruí.

Com efeito, em 1970, a população do município caiu de 21.041 habitantes para 18.970, em 1980. Como podemos ver na tabela 9, essa migração praticamente acontece na área rural do município. O crescimento da população urbana se dá mais em função do crescimento vegetativo, dessa área, do que pelo deslocamento da população rural para a sede do município.

Muitos jovens que se deslocaram de Imaruí para Joinville e Criciúma, na década de 70, tinham como preocupação, além do emprego, conseguir um espaço para levar consigo seus irmãos mais jovens, e muitas vezes toda a família. O que aconteceu nos anos 70 e 80 foi uma verdadeira evasão da área rural, em que centenas de famílias deixaram suas residências, algumas levando consigo sua própria casa e reconstruindo-a na periferia de outras cidades.

A comunidade de Roça Velha, onde moravam mais de 30 famílias, desapareceu completamente já nos anos 80. Algumas pequenas localidades como Rodeio de São Tomás, Sertão do Aratingaúba e Costa de Baixo tiveram suas escolas de ensino primário paralisadas por falta de alunos a partir dos anos 90. As escolas de Tamborete, Itaguaçu, Itapeva, Nazaré, Forquilha do Aratingaúba e Porto do Aratingaúba foram fechadas em função do processo de nucleação, por falta de crianças para composição de turmas (foto 9).

Entretanto, é na década de 80 que Imaruí perde o maior número de habitantes, chegando, em 1991, com apenas 15.431 pessoas. Se considerarmos um crescimento vegetativo nulo, entre 1980 e 1991, teríamos a migração de 3.539 habitantes nesse período, isto é, a cada 27 horas e 14 minutos uma pessoa partia do município. Nessa época ocorre crescimento vegetativo, na área urbana, associado a um pequeno deslocamento vindo da área rural. Assim, essa população passou de 3.655 em 1980 para 4.221, em 1991.



Foto 9: Escola de Ensino Primário fechada na década de 90
Local: Porto do Aratingaúba
Fonte: Pesquisa de campo (dezembro de 2001)

A absorção da força de trabalho no município era considerada extremamente pequena. O comércio varejista, por ser uma atividade que dependia do desempenho econômico dos demais setores, tinha pouca expressão. De acordo com o IBGE, em 1980 esta atividade contava com 412 pessoas e, em 1991, com aproximadamente 315. Nesse período, a força de trabalho ocupada pela indústria, com destaque para a da construção civil, foi de aproximadamente 230 pessoas¹². No setor de prestação de serviços e na área social havia, respectivamente, 415 e 560 trabalhadores.

Segundo o IBGE, 56,7% dos chefes de família residentes em Imaruí, no ano de 1991, ganhavam menos que um salário. Da soma de quem não possuía rendimentos com quem ganhava de um a dois salários, o percentual chegava a aproximadamente 84% dos chefes de família daquela época (tabela 8).

¹² Grande parte das pessoas empregadas no setor da construção civil trabalhava em Florianópolis.

TABELA 8 - RENDIMENTO MENSAL (%), EM SALÁRIO MÍNIMO, POR CHEFE DE DOMICÍLIO NO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, EM 1991

Sem rendimento	> 1	1 a 2	2 a 5	5 a 10	10 a 20	> 20
5,2	56,7	22,0	12,4	2,6	0,7	0,3

FONTE: IBGE, 1991.

Os aposentados e assegurados pelo INSS, com rendimento de até dois salários, faziam parte da maioria da população com remuneração fixa. Os funcionários públicos somavam a maior parcela de trabalhadores empregados com carteira assinada, embora muitos vinculados à Prefeitura Municipal eram contratados temporariamente.

O censo de 2000 também registrou queda do número de habitantes em relação ao censo de 1991. Em 1991 foram registrados 15.431 habitantes, em 2000 o número caiu para 13.404; assim, houve redução de 13,13% de um censo para o outro. Entre 1970 e 2000 a redução foi de 36,29%, no número de habitantes.

Embora com uma migração significativa, o número de domicílios passou de 3.839, em 1970, para 4.850, em 2000. Como podemos perceber na tabela 9 e no gráfico 4, esse aumento ocorreu principalmente na área urbana quando a partir da década de 70, houve demanda no número de empregos em cargos públicos, associada ao crescimento vegetativo e ao êxodo rural.

Entretanto, no mesmo período analisado, houve redução no número de estabelecimentos rurais, de 1.952, em 1970, para 1.138 estabelecimentos em 1995 (tabela 7).

Na década de 90, a situação econômica não foi diferente dos anos 80. Os índices pouco ou nada se alteraram a partir de 1991. Houve redução ainda maior, da produção dos cultivos tradicionais em que a força de trabalho rural era mais empregada, especialmente da mandioca e do fumo (gráfico 3); a crise no setor pesqueiro também se agravou nesse período.

A recessão econômica do país, nos últimos anos, reduziu consideravelmente o número de empregos nas cidades industriais de Santa Catarina, e um certo número de moradores de Imaruí passou a trabalhar nas

idades da Grande Florianópolis, donde retornavam para o município no final de semana, ocorrendo desse modo, conforme ANDRADE (1977), uma migração temporária. Os homens trabalhavam, principalmente, no setor da construção civil e as mulheres como empregadas domésticas¹³.

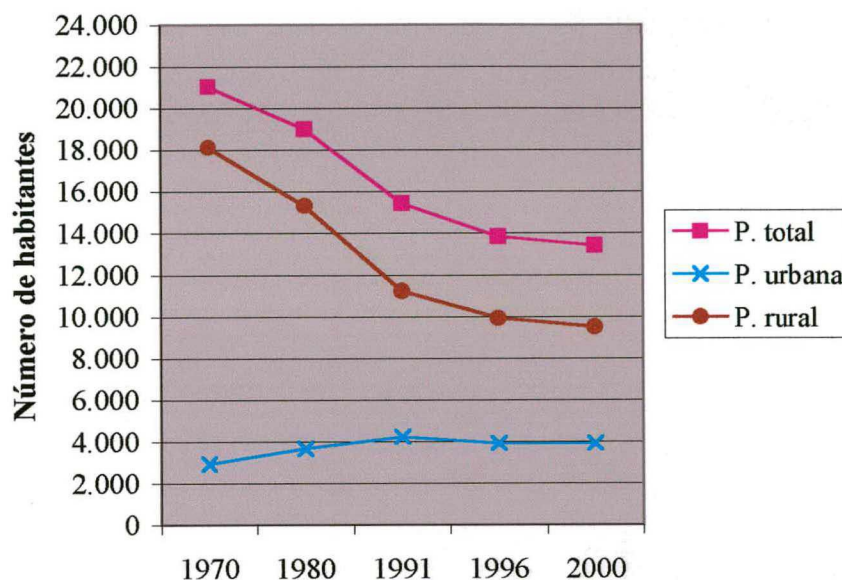
No município, nessa última década, o setor que mais empregou, embora incipiente, foi o de fabricação de roupas, com destaque para a localidade de Aratingaúba, onde cresceu o número de unidades industriais e timidamente contribuiu com a economia do município, empregando dezenas de pessoas nessa atividade.

TABELA 9 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, DE 1970 A 2000

Ano	Urbana	%	Rural	%	Total
1970	2.929	13,92	18.112	86,08	21.041
1980	3.655	19,27	15.315	80,73	18.970
1991	4.221	27,35	11.210	72,65	15.431
1996	3.923	28,38	9.902	71,62	13.825
2000	3.909	29,16	9.495	70,84	13.404

¹³ O censo de 1991 já havia registrado 230 pessoas ocupadas na indústria da construção civil, das quais, sem dúvida, a grande maioria trabalhava durante os dias úteis da semana nas cidades da Grande Florianópolis.

GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, DE 1970 A 2000



FONTE: IBGE – Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991 e 2000.
Contagem da população, 1996.

São poucas as pessoas que retornam ao município, e geralmente depois da aposentadoria; alguns residem na cidade, outros nas localidades pesqueiras, utilizando a pesca como complementação da renda. Há aqueles que constroem casas de campo para lazer de férias ou de finais de semanas.

O maior número de habitantes que Imaruí já recebeu, como imigrantes, depois da emancipação, foram 67 índios da Tribo Guarani-M'byá, transferidos do Município de Palhoça, em 1999, para a localidade de Várzea do Rio D'Una, onde foi criada a Aldeia Tekoá Maragatú (foto 10). A compra da área de 80 ha para a criação da Aldeia pelo governo federal se deu em função das medidas compensatórias, provenientes dos impactos ambientais ocasionados pela empresa Gasbol S.A, na construção do Gasoduto Bolívia-Brasil.

Os habitantes da Aldeia mantêm a língua nativa e, apesar de um sotaque forte, também se comunicam em português. Vivem de uma agricultura rudimentar, plantando individualmente para o consumo: aipim, milho, feijão, cana, batata-doce e outros. Além da aposentadoria dos idosos, a outra forma de adquirir dinheiro é

através da venda de artefatos artesanais produzidos na aldeia e comercializados nas cidades vizinhas e Florianópolis.

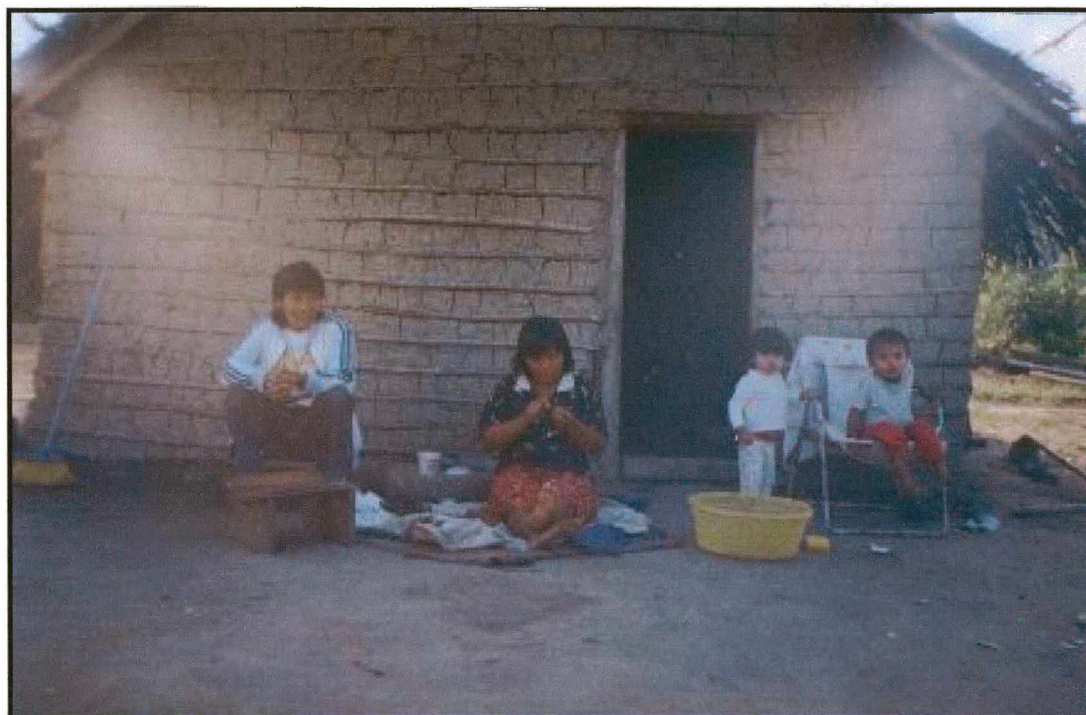


Foto 10: Índios da Tribo Guarani-M'bya – Aldeia Ind. Maragatu.
Local: Várzea do Rio D'Una
Fonte: Pesquisa de Campo (abril de 2002)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem natural de Imaruí sofreu profundas transformações com a chegada de colonos açorianos e laguneses, que atraídos pelas terras férteis da área começaram a constituir lavouras. Os colonos açorianos foram os que mais contribuíram para as transformações na paisagem de Imaruí, com a introdução de suas construções, crenças, cultivos e costumes provenientes de sua terra natal. Embora tendo que se adaptar à realidade da nova terra, resistiram e propagaram suas culturas que foram passadas para as gerações que os sucederam.

A transformação na paisagem do lugar foi um processo constante, tendo as atividades agrícolas e pesqueira como fatores de maior dinamicidade. As mudanças empreendidas na paisagem de Imaruí, através das relações de produção com o meio, foram o resultado de uma série de fatores social, econômica e cultural apresentado ao longo do tempo pela população.

No entanto, essas transformações não podem ser entendidas somente como resultado de fatores internos ao país, mas também reflexos de processos socioeconômicos nacionais e internacionais. As políticas públicas deflagradas pelos governantes, em adequação ao novo modelo capitalista de produção, sobretudo as medidas tomadas nas décadas de 60 e 70, resultaram em profundas mudanças nos setores agrícola e pesqueiro nacionais.

A introdução de novas tecnologias no processo de plantio de alguns produtos agrícolas, como a utilização intensiva de fertilizantes, defensivos agrícolas e tratores no processo de produção, foi a saída que o “milagre brasileiro” apresentou como fator de modernização da agricultura. Sob este contexto, em Imaruí, o cultivo do arroz e do fumo teve expansão significativa, obrigando os produtores a se adaptarem aos novos padrões de plantio das empresas a que se associaram.

O baixo preço da mandioca, aliado ao desestímulo da farinha na dieta alimentar, fez reduzir consideravelmente essa cultura agrícola, dispensando a força de trabalho de milhares de agricultores do município. Com efeito, os tradicionais engenhos de farinha tornaram-se decadentes e começaram a ser desativados. As várzeas, anteriormente ocupadas com mandioca, passaram a ser cultivadas com o fumo e as encostas com a pastagem cultivada.

O processo modernizador, como em vários municípios do Estado, somente deu certo em Imaruí na integração do fumo, mas somente até o final de 1980. Depois dessa época, esse produto também foi perdendo preço, o que levou ao desestímulo de muitos agricultores. O cultivo do arroz, a princípio, beneficiou somente um número reduzido de produtores de Imaruí mas atualmente, grande parte desses rizicultores moram fora do município. O benefício se deu pelos empregos diretos nesses cultivos e um irrisório imposto pago pela produção. No geral, o que ficou no município foi uma grande concentração de metais pesados provenientes das grandes cargas de agrotóxicos aplicados na cultura, que contribuem significativamente na poluição das lagoas, principalmente a do Mirim.

O mais trágico dos problemas não é pôr em cheque a consciência ecológica dos rizicultores que atuam no vale do Rio D'Una e em outras bacias porque eles não se preocupam com os problemas ambientais que causam mas, sim, o desleixo dos órgãos competentes que conhecem o problema e ainda nem sequer tomaram providências. Pelo contrário, o Estado sempre subsidiou as plantações dos rizicultores da orla das lagoas que, na grande maioria, residiram fora dos municípios da região.

No setor pesqueiro, os incentivos fiscais por parte do Estado, na tentativa de implementar uma pesca capitalista, na segunda década do século XX, fortaleceram vários frigoríficos nas cidades do litoral catarinense o que fez surgir diversas salgas em torno no Complexo Lagunar, como subsidiárias àquelas unidades de produção. No entanto, sem avaliação do potencial pesqueiro das lagoas, foram dadas condições para uma série de modalidades predatórias de pesca a serem desenvolvidas para capturar o camarão. Essa medida, aliada às sucessivas cargas poluidoras recebidas pelas lagoas, fez reduzir consideravelmente a quantidade do pescado. Nos últimos anos, na proporção da escassez do pescado nas lagoas, mais modalidades predatórias foram introduzidas para a captura. Assim, o que tivemos como resultado foi um significativo impacto ambiental nas lagoas e uma série de conflitos gerados por essas novas modalidades de pesca.

A ação da Polícia Ambiental na fiscalização das lagoas tem surtido pouco efeito, pois esse órgão tem-se apresentado mais como um instrumento de repressão do Estado, como disciplinador de normas e cumpridor das leis. Do mesmo modo, o IBAMA, órgão responsável por apresentar propostas para reduzir

os impactos ambientais nas lagoas, como educação ambiental para os pescadores e suas famílias, tem-se associado à Polícia Ambiental e também servido como órgão de repressão.

Diante dessa situação, as lagoas Santo Antônio, Imaruí e Mirim necessitam, com urgência, de um estudo capaz de avaliar o potencial de recursos e suas limitações, seguido da implantação de um plano de gerenciamento com zonas capaz de determinar áreas para diferentes modalidades de uso de captura, com objetivo de garantir a sustentabilidade da atividade pesqueira no ecossistema lagunar. Proposta alternativa seria a criação de uma reserva extrativista, pois esse é um instrumento viável e necessário para amenizar a situação ambiental das lagoas.

As áreas mais promissoras para procriação das espécies marinhas capturadas, como as bordas de manguezais e capins praturás, os rios e suas fozes, assim como as áreas de algas macrófitas deveriam ser protegidas de certas técnicas de captura. As áreas em que ainda restam alguns espécimes de mangue deveriam ser incluídas em zonas de uso indireto, assim como deveria ser fomentada, pelo poder público local, a prática do plantio da vegetação de transição e de mangue nessas áreas.

O bosque de mangue localizado nas comunidades de Sítio Novo e Samambaia deveria ser protegido como zona de uso indireto, sendo respeitados os acessos dos pescadores à lagoa. Essa zona deveria abranger a península e o agrupamento de rochas localizado a leste, denominadas, respectivamente, de Ilhota e Ilha Pelada. Essa medida garantiria a conservação do sítio arqueológico localizado na península, ocupado ilegalmente e em fase inicial de degradação, garantiria também a preservação de espécimes de mangue e pouso de aves na Ilha Pela. As demais ilhas deveriam ser transformadas em zona de uso para lazer, com visitação programada e gerenciada pelo poder público local, em parceria com as entidades representativas dos pescadores.

O monitoramento das áreas de cultivo de arroz por parte do Estado, impediria o uso intenso de agrotóxicos. A rizipiscicultura poderia ser fomentada ou, até mesmo, a substituição gradativa do plantio desse cereal por outros que não demandem o uso de insumos agressivos a natureza. As áreas de cultivo de camarão deveriam ser também monitoradas, especialmente os locais de descargas, a fim de prevenção de possíveis impactos ambientais nas lagoas. A abertura de

novos cativeiros somente deveria acontecer mediante a realização de estudos de impacto ambiental.

Deveriam ser tomadas providências por parte do poder públicos no sentido de impedir o lançamento de esgoto industrial e doméstico nas lagoas e rios. Com efeito, diminuiria a eutrofização e aumentaria a concentração de oxigênio dissolvido desses ambientes.

O período de defeso da captura do camarão necessitará de estudos científicos, aliados à experiência dos pescadores locais, em relação à reprodução, desenvolvimento e período provável para sua captura.

As modalidades de pesca predatórias deveriam ser substituídas, gradativamente, por modalidades não predatórias, porém, é necessário dar condições, através de financiamentos viáveis, de o pescador adquirir novos apetrechos. Essa substituição será possível, talvez, em um período de cinco a dez anos.

Essas e outras medidas possivelmente garantirão a preservação do ecossistema e contribuirão para a procriação das espécies da fauna terrestre local e principalmente a marinha, assim como a sociodiversidade da região.

Além do mais, todos esses esforços terão que ser acompanhados de um trabalho de educação ambiental com os pescadores e suas famílias, enfatizando a necessidade da preservação das lagoas, como a sua importância para a permanência e manutenção dos pescadores enquanto classe. Os pescadores, especialmente os mais velhos, não podem ficar à margem das discussões, pois seus conhecimentos e experiência contribuem significativamente para a solução dos problemas referente à sua gente, à sua organização e ao seu meio.

A organização dos pescadores em associações, como instrumento de apoio às Colônias, assim como em cooperativas de compra e venda dos produtos da pesca, seria um meio viável para garantir um rendimento substancial e a desvinculação da classe com os diversos atravessadores da região.

Algumas medidas também deveriam ser tomadas para amenizar os problemas ocasionados pelo desmatamento que influencia negativamente nos recursos hídricos no município. Uma dessas medidas seria a criação de uma unidade de conservação de uso indireto a montante da bacia hidrográfica que abastece a cidade. Essa medida também caberia para as áreas de preservação

permanente, estabelecidas por lei federal, situadas em outras bacias hidrográficas do município.

Na agricultura, a mandioca ainda é a cultura agrícola mais aceita pelos produtores do município, porém há que se pensar na organização desses agricultores em cooperativas, a fim de que os derivados da mandioca, especialmente a farinha, alcancem mercado nacional e internacional. No entanto, a introdução de novos cultivos, como os hortifrutigranjeiros, deverá ser incentivada, como alternativa para os agricultores que não desejam continuar com a mandioca e o fumo. Do mesmo modo, o sistema de integração dos agricultores com as agroindústrias para a introdução de aves como alternativa, poderia contribuir economicamente para muitos produtores rurais e garantir a sua permanência nas propriedades.

Na pecuária, a prática do confinamento e a inseminação artificial poderia ser alternativas para a melhoria do rebanho do gado de corte e de leite. Essas práticas também reduzirão a ocupação das encostas íngremes e contribuirão para a retomada da vegetação nessas áreas. Nesse setor, também deveria ser destacada a zona mais promissora para criação e produção do gado de corte do município, e incentivado o abate no local, sendo as unidades de abate comunitária adequadas para esse fim.

Na cidade, a população deve ser levada à discussão do desenvolvimento urbano, assim como na gestão orçamentária participativa. A elaboração de um plano diretor se faz necessário como instrumento de planejamento, destacando como prioridade a preservação do patrimônio cultural, histórico e arqueológico, assim como as áreas de preservação permanente, as áreas de lazer e de expansão urbana.

A exclusão do pequeno proprietário rural, como a do pescador artesanal é resultado de fatores históricos que envolvem a sociedade brasileira em mais de cinco séculos de ocupação. Sabemos que há sérias dificuldades em manter o homem no campo e resolver os problemas dos que ficam, mas devemos lutar por políticas que sejam capazes de mudar a realidade da população dos pequenos municípios, principalmente daqueles que ainda têm como base econômica a pesca e a agricultura.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **A propriedade do Território no Brasil Colonial**
In: Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 197-245.

ALMEIDA, Luciano. **Poluição Ameaça Sobrevivência no Sul**. Diário Catarinense,
Florianópolis, 16 de maio de 1993.

AMARAL, Josino do. **Em terra estranha**. Florianópolis: Editora do autor, 1998.
288 p.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Geografia Econômica**. São Paulo: Atlas, 1977.
267 p.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **Notas para a história catarinense**. Florianópolis:
Livraria Moderna, 1912. 436 p.

_____. **A pesca da baleia**. In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e
Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis: Typ. da Escola dos Artífices, v. III,
1914.

BRAGA, Marco Aurélio. **Êxodo rural em SC é o terceiro maior do país**. **A Notícia**,
Joinville, 28 abr. de 2002.

BRASIL. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1833**. Decreto nº 29, de 23 de
agosto de 1833. Erige em Freguesia a Capella de São João de Imaruhy, na
Província de Santa Catarina. Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

BUSS, Alcides. **Transação**. Florianópolis: M.A.L, 1990. 96 p.

CABRAL, Luiz Otávio. **Bacia da Lagoa do Peri: sobre as dimensões da
paisagem e seu valor**. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) –

Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
236 p.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. **Os Açorianos**. In: 1º Congresso de História Catarinense (1950: Florianópolis). **Anais...** Florianópolis: Oficial, v. 1, 1950. p. 7-89.

_____. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1968.
430 p.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991. 162 p.

CARUSO JUNIOR, Francisco. **Mapa geológico e de recursos minerais do sudeste de Santa Catarina: texto explicativo**. Brasília: DNPM, 1995. 51 p.il. mapa (escala 1:100.000); 21 x 29 cm.

CDT - CÚRIA DIOCESANA DE TUBARÃO. **Livros de Batismo da Paróquia de Imaruí, 1834 - 1890**.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Tradução: Luiz Pimenta e Marcareth Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999. 453 p. Tradução de: *La géographie culturelle*.

CODESUL - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO SUL. **A realidade pesqueira em Santa Catarina**. Florianópolis: CODESUL, 1968. 143 p.

COELHO. Manoel Joaquim de Almeida. **Memória Histórica da Província de Santa Catarina, 1877**. Florianópolis: Typ. Desterrense.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1995. 94 p.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. 123 p.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. 7 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976. 357 p.

CRUZEIRO. Empresa de Aerofotogramétrica. (Curitiba). Levantamento Aerofotogramétrico do Estado de Santa Catarina, 1957. Escala: 1:25.000. Fx 06, Fotos nº 30, 31 e 32.

_____. Empresa de Aerofotogramétrica. (Curitiba). Levantamento Aerofotogramétrico do Estado de Santa Catarina, 1978. Escala: 1:25.000. Fx 0-337, Fotos nº 22976, 22977 e 22978.

DALL'ALBA, João Leonir. **O Vale do Braço do Norte**. Orleans: Editora do autor, 1973. 429 p.

_____. **Laguna antes de 1880: documentário**. Florianópolis: Lunardelli/UFSC, 1979. 175 p.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática. 1983. 287 p.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo, povoamento, demografia e cultura**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1998. 402 p.

FIQUIERÓ, Adriano Severo. **Aplicação do zoneamento ambiental no estudo da paisagem: uma proposta metodológica**. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1997. 242 p.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Povoadores da fronteira: os casais açorianos rumo ao Sul do Brasil**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000. 84 p.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 35 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, 307 p.

GALVÃO, Manoel do Nascimento da Fonseca. **Notas Geográficas e Históricas sobre a Laguna: desde sua fundação até 1750**. Desterro: Typ. de J. J. Lopes, 1881. 56 p.

GAMA, Ângela M. R. C. **Diagnóstico ambiental do município de Santo Amaro da Imperatriz-SC: uma abordagem integrada da paisagem**. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. 249 p.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Paixão da terra: ensaios críticos de ecologia e geografia**. Rio de Janeiro: Socii, 1984. 160 p.

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁREIS. **Informes Técnicos nº 23/2001, Referente ampliação de área de pesca com “aviãozinho” – Colônia de Pescadores Z-14**. Florianópolis: IBAMA, 2001.

_____. **Censo Demográfico de Santa Catarina, 1970, 1980, 1991, 2000**. Rio de Janeiro: IBGE.

_____. **Contagem Demográfica da População de Santa Catarina, 1996**. Rio de Janeiro: IBGE.

_____. **Censo Agropecuário de Santa Catarina, 1960, 1970, 1985, 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE.

_____. **Diagnóstico da Produção agrícola de Santa Catarina, 2000**. Florianópolis: IBGE.

_____. Folhas topográficas de São Martinho (SH-22-X-B-II-1); Laguna (SH-22-X-B-11-3); Imbituba (SH-22-X-B-II-2); e Vila Nova (SH-22-X-B-II-4). Rio de Janeiro, 1992. Escala 1:50.000.

_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**, v. 32, Rio de Janeiro: IBGE, 1959. p.156-160

IMARUÍ. Prefeitura Municipal de Imaruí, **Imposto de engenhos e alambiques**, exercício de 1961.

INPH - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS HIDROVIÁRIAS. **Projeto Provida-SC: monitoramento ambiental do complexo lagunar sul catarinense**. Rio de Janeiro: INPH, 1992.

KLEIN, Roberto Miguel. **Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina: Texto explicativo**. Itajaí: SUDESUL/FATMA, 1978.

_____. **Ecologia da flora e vegetação do Itajaí**. *Sellowia*, Itajaí, nº. 32, 1980.

LAGO, Paulo Fernando de Araújo. Contribuição geográfica ao estudo da pesca em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, nº 1, p. 121–215, jan./mar. 1961.

LAGO, Paulo Fernando Araújo; GOUVÊA, Aguinaldo. **Comunidades Pesqueiras de Santa Catarina: condições sociais e econômicas do pescador artesanal e aspectos da evolução da atividade pesqueira em Santa Catarina**. Rio de Janeiro: SAI/MA, 1968.121 p.

LAGUNA. Arquivo Municipal de Laguna. **Imposto de engenhos e alambiques**, exercício de 1935.

_____. **Inventário nº 2.234**. Antônio Carlos de Souza França, 1891.

_____. **Inventário nº 726**. Clara do Rosário, 1838.

_____. **Inventário nº 174.** José Silveira Borges, 1808.

_____. **Inventário nº 680B.** Manoel Vieira da Rocha, 1836.

_____. **Inventário nº 149.** Maria de São José, 1805.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena História Territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas.** 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1990. 112 p.

LOPES, Lílian Jussara. **Rizicultura e poluição por metais pesados em águas da Bacia do Rio D'Una – SC.** Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. 134 p.

MONTEIRO, Maurici Amantino; FURTADO, Sandra Maria de Arruda. **O clima do Trecho Florianópolis - Porto Alegre: uma abordagem dinâmica.** Geosul, Florianópolis, n. 19/20, p. 117-133, 1995.

PAULILO, Maria Inez. **A fumicultura no Sul do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis, UFSC, caderno de Ciências Sociais, v. 6, nº 2, 1986. 39 p.

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. **Aspectos geográficos de Santa Catarina.** Florianópolis: FCC Ed. /Editora da UFSC, 1991. 288 p.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Os engenhos de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina: etnografia catarinense.** Florianópolis: Fundação Cultural Açorianista, 1993. 208 p.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1983. 748 p.

PORTO, José da Costa. **O sistema sesmaria no Brasil.** Brasília: Editora da UNB, 1965. 157 p.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório: estudos de antropologia da civilização**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1983. 260 p.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Nacional. **Sesmaria**. Rio de Janeiro: ANR, BI, Doc. 17
3 bobina de microfilme; 35 mm.

_____. Biblioteca Nacional. **Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina** João Alberto Miranda, 1796.

SAMPAYO, Theodoro. **O Tupi na Geografia Nacional**. 3 ed. Bahia: Escola de Aprendizes Artífices, 1928. 352 p.

SANTA CATARINA. Arquivo Público do Estado. **Livro de Requerimento de Concessões de terras por compra**. Livros 1, 2, 52, 60 e 66.

_____. Arquivo Público do Estado. **Fala do Presidente da Província de Santa Catarina**, Feliciano Nunes Pires, em 1º de março de 1833.

_____. Arquivo Público do Estado. **Fala do Presidente da Província de Santa Catarina**, João José Coutinho, em 1º de março de 1855.

_____. Arquivo Público do Estado. **Registro de Sesmarias**. Livro 1, 1753 - 1806.

_____. Arquivo Público do Estado. **Registro de Sesmarias**. Livro 2, 1806 -1814.

_____. Arquivo Público do Estado. **Registro de Sesmarias**. Livro 3, 1814 -1823.

_____. Arquivo Público. **Ofício** emitido pela Câmara municipal de Laguna ao Presidente da Província, em 3 de outubro de 1829.

_____. Arquivo Público do Estado. **Relatório do Governador de Santa Catarina, 1916.**

_____. Arquivo Público do Estado. **Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco José da Rocha, 1886.**

_____. Arquivo Público do Estado. **Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco José da Rocha, 1887.**

_____. Arquivo Público do Estado. **Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco José da Rocha, em 20 de maio de 1888.**

_____. Arquivo Público do Estado. **Leis Provinciais de Santa Catarina, de 1835 a 1840.** Decreto nº 32, de 07 de maio de 1836. Eleva à Paróquia com a invocação de N. S. da Piedade a Capela edificada nas margens do rio Tubarão do município de Laguna. Desterro: Tip. Desterrense. 1851. 313 p.

_____. Arquivo Público do Estado. **Leis Provinciais de Santa Catarina, de 1835 a 1840.** Lei nº 122, de 27 de abril de 1839. Desmembrando da Freguesia de Imaruhy e reunindo a de Santo Antônio dos Anjos da Laguna os moradores da Pescaria Brava, e o rio do Siqueiro. Desterro: Tip. Desterrense. 1851. 313 p.

_____. Arquivo Público do Estado. **Leis, Decretos e Resoluções da Província de Santa Catarina de 1854.** Resolução nº 370, de 27 de maio de 1854. Altera os limites das Freguesias de Sant' Ana e Imaruhy, e revoga os artigos 2º e 3º da Resolução nº 329 de 1851. Desterro: Tip. Desterrense. 1854. 88 p.

_____. Arquivo Público do Estado. **Leis, Decretos e Resoluções da Província de Santa Catarina de 1857.** Resolução nº 437, de 15 de maio de 1857. Desmembra da Freguesia de Santo Antônio dos Anjos de Laguna o distrito de Pescaria Brava e Siqueiro para formar uma freguesia sob a invocação de Bom Jesus do Socorro, e marca as divisões que deve ter a nova freguesia. Desterro: Tip. Desterrense. 1857. 85 p.

_____. Arquivo Público do Estado. **Leis, Decretos e Resoluções da Província de Santa Catarina de 1859**. Resolução nº 466, de 15 de abril de 1859. Marca novos limites a Freguesia do Senhor Bom Jesus do Socorro da Pescaria Brava. Desterro: Typ. Desterrense. 1859. 50 p.

_____. Arquivo Público do Estado. **Decretos e Resoluções de 17 de novembro de 1889 a 31 de dezembro de 1890**. Decreto nº 22, de 27 de agosto de 1890. Desmembrando a freguesia de Imaruhy do município de Laguna para formar um novo município. Florianópolis: Typ. Escola Artifices, 1915. 425 p.

_____. Centro de Memória da Assembléia Legislativa. **Livro de Pareceres**. 1835 - 1843, Folha. 31, Doc. 2.

_____. Mapa Político do Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1997. 1 mapa: color.; 84 x 114 cm. Escala 1:500.000

SANTOS, Milton. **Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 308 p.

SILVA, Célia Maria e. **Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992. 197 p.

SILVA, Geraldo. et al. **Os pescadores na história do Brasil: Colônia e Império**. v. 1. Rio de Janeiro: Vozes, 1988. 222 p.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. 192 p.

SILVA, Tânia Elias da. **Os pequenos pescadores, trabalhadores para o capital. Pesca artesanal: tradição e modernidade**. In: II Encontro de Ciências Sociais e Mar (1950: São Paulo). Anais.... Florianópolis: IOUP/F.FORD/UICN, 1989. 332 p.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1975. p. 151.

SUDESUL - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL
Dados gerais sobre a pecuária de Santa Catarina: bovinos (1950-1967).
Florianópolis: SUDESUL, 1968.

ULYSSÉA, Ruben. Panorama histórico da Laguna. In: **Publicação comemorativa do Centenário da Comarca da Laguna**. Porto Alegre: Santa Teresinha, 1956. p. 3 - 28.

_____. O Conselheiro Sousa França. In: **Santo Antônio dos Anjos da Laguna: seus valores históricos e humanos**. Florianópolis: IOESC, 1976. p. 203-266.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina: a Ilha**. Florianópolis: IOESC, 1984. 258 p.

VIEIRA, Rafaela. **Interpretação integrada da paisagem para identificar a qualidade ambiental na sub-bacia do Ribeirão Garcia - Blumenau/SC**. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. 173 p.

WOLFF. Ruy Ávila. **Recursos Naturais e pequena produção rural em Sorocaba de Dentro e Amâncio (Biguaçu-SC)** - Florianópolis, 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. 152 p.

ANEXOS

ANEXO 1 - Roteiro de entrevista com o antigo pescador

ANEXO 2 - Roteiro de entrevista com o antigo produtor rural

ANEXO 3 - Roteiro de entrevista com o pescador

ANEXO 4 - Roteiro de entrevista com o produtor rural

ANEXO 5 - Roteiro de entrevista com o pecuarista

ANEXO 1

Roteiro de entrevista com o antigo pescador

1. Nome da comunidade?
2. Nome do entrevistado?
3. Idade?
4. Quanto tempo mora no local?
5. Somente pescava (). Pescava e plantava ().
6. Tipo de pescado: Peixe (). Camarão (). Ambos ().
7. Qual era a modalidade de pesca para o peixe?
8. Qual era a modalidade de pesca para o camarão?
9. Qual a dimensão das malhas das redes e tarrafas?
10. Que material era usado na confecção das redes e tarrafas?
11. Quanto pescava? Peixe: Camarão:
12. Em que período pescava o peixe?
13. Em que período pescava o camarão?
14. Que espécie de peixe pescava e qual o período das safras?
15. Pescava para o sustento da família (). Pescava para vender (). Ambos ().
16. Qual era a forma de comercialização?
17. Quais os apetrechos usados: Pesca do peixe (). Pesca do camarão ().
18. Quais os problemas que enfrentava na atividade?

ANEXO 2

Roteiro de entrevista com antigo produtor rural

1. Nome da comunidade?
2. Nome do produtor?
3. Idade?
4. Quanto tempo mora no local?
5. Somente plantava (). Plantava e pescava ().
6. Possuía empregados?
7. Utilizava maquinários? Que tipo?
8. O que cultivava?
9. Quanto reservava para o consumo da propriedade?
10. Quanto vendia?
11. Como comercializa o produto?
12. Possuía alguma criação? Quais?
13. Possuía engenho? Que tipo?
14. Qual a produção: Farinha (). Açúcar ().
15. Costumava alugar?
16. Quais os problemas que enfrentava na atividade?

ANEXO 3

Roteiro de entrevista com o pescador

1. Nome da comunidade?
2. Nome do pescador?
3. Idade?
4. Quanto tempo mora no local?
5. Pesca que tipo de peixe?
6. Quanto arrecada?
7. Quais os problemas que enfrenta na atividade?
8. Quanto pesca?
9. Em que período?
10. Pretende continuar na atividade, por quê?
11. Qual o futuro da pesca no local?
12. Que atividade você faz no período da entressafra?
13. Qual a forma de comercialização?
14. Qual a vantagem e desvantagem desta forma de comercialização?
15. Qual o sistema de pesca que você acha mais apropriado?
16. Qual o sistema que você acha que causa mais problema?

ANEXO 4

Roteiro de entrevista com o produtor rural

1. Nome da comunidade?
2. Nome do produtor?
3. Idade?
4. Quanto tempo mora no local?
5. O que cultiva?
6. Faz uso de agrotóxicos? Quais?
7. Quais as principais fontes de renda?
8. Quantas pessoas trabalham na atividade?
9. Utiliza maquinário no cultivo?
10. Como comercializa o produto?
11. Quais as vantagens e desvantagens?
12. Quais os problemas que enfrenta na atividade?
13. Possui alguma criação? Quais?
14. Qual o futuro da agricultura no local?
15. Pretende continuar com a atividade, por quê?
16. Qual o destino do lixo na propriedade?
17. Possui engenho? Que tipo? Se já possuiu, em que data?
18. Qual a produção?
19. Costuma alugar?
20. Como está atualmente esta atividade, compara a antigamente?
21. Qual o futuro desta atividade?

ANEXO 5

Roteiro de entrevista com o pecuarista

1. Nome da comunidade?
2. Nome do pecuarista?
3. Idade?
4. Quanto tempo mora no local?
5. Número de cabeças? Que espécie?
6. Finalidade do rebanho?
7. Que tipo de pastagens? Natural ou cultivada?
8. Como comercializa o produto?
9. Quais as vantagens e desvantagens?
10. Qual o futuro da agropecuária no local?
11. Pretende continuar com a atividade, por quê?